



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 29ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**20/08/2015
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 20/08/2015.**

29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública para tratar da situação na Venezuela.	10

2ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 38/2015 - Não Terminativo -	SEN. ROMERO JUCÁ	12
2	MSF 42/2015 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	97

3ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDS 182/2015 - Não Terminativo -	SEN. VANESSA GRAZZIOTIN	156

2	PDS 214/2015 - Não Terminativo -	SEN. RONALDO CAIADO	169
3	PDS 326/2015 - Não Terminativo -	SEN. JOÃO CAPIBERIBE	183
4	PDS 327/2015 - Não Terminativo -	SEN. JORGE VIANA	186
5	PDS 338/2015 - Não Terminativo -	SEN. FERNANDO BEZERRA COELHO	189

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(17)(18)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Serra(PSDB)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG (61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)B)	RJ (61) 3303-5225/5730
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 20 de agosto de 2015
(quinta-feira)
às 09h**

PAUTA
29ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Audiência Pública
2ª PARTE	Sabatina
3ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Inversão da ordem das partes da reunião.

1ª PARTE**Audiência Pública****Assunto / Finalidade:**

Audiência Pública para tratar da situação na Venezuela.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 66/2015](#), Senador José Agripino

Convidado:

Miguel Henrique Otero

- Editor do Jornal El Nacional

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 02/07/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para

exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações:

1 - Em 02/07/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

3ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2015

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, de 2015

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 326, de 2015

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pendente de relatório.

Textos da pauta:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 327, de 2015

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de LOyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Textos da pauta:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 338, de 2015

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pendente de relatório.

Textos da pauta:

[Avulso da matéria](#)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Senhor **MIGUEL HENRIQUE OTERO**, proprietário e editor do Jornal El Nacional, para tratar da situação na Venezuela, na próxima quinta-feira, dia 20 de agosto.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2015.

Senador JOSÉ AGRIPINO

11

2ª PARTE - SABATINA

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

R ELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (MSF) nº 38, de 2015, da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.*

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ**

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental [art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)], elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura dos países a que se destina. Dos documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Nascido no Rio de Janeiro em 14 de julho de 1960, o indicado é filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões. Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1985.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1982, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1998; a Ministro de Segunda Classe, em 2003; e a Ministro de Primeira Classe, em 2007. Em todas as ocasiões, por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu diversas funções, entre as quais convém destacar as de Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), 1999; Coordenador-Geral das Negociações da ALCA, 2002; assessor no Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2003; Diretor do Departamento de Energia, 2006; Chefe da Delegação Brasileira na I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, 2007; Subsecretário-Geral na Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, em 2010; Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC, entre 2010 e 2015; Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional, entre 2010 e 2013; Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti, em 2010; Chefe de Delegação nas Reuniões do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, em 2013 e 2014; Chefe de Delegação na Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, em 2015.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Segundo Secretário na Embaixada em Santiago e de Primeiro Secretário da Missão do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), 1995, e Embaixador em Caracas, entre 2008 e 2010.

Entre as condecorações do Senhor Antonio José Ferreira Simões, citamos a Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz), a Ordem ao Mérito das Forças Armadas (Oficial), a Ordem ao Mérito Aeronáutico (Comendador), a Ordem Francisco de Miranda (Generalíssimo), e a Medalha do Pacificador.

Sobre os países designados – o Reino da Espanha e o Principado de Andorra –, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

Os laços entre Brasil e Espanha são tradicionalíssimos. Nesse sentido, o relatório do Itamaraty assinala que as relações entre os dois países iniciaram-se, formalmente, com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Desde então, destaca, “houve um estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX, e pela elevação a embaixada da Legação do Brasil na Espanha, em 1933”.

Note-se que, além dos vínculos históricos, culturais e políticos, destaca o documento enviado ao Senado, “a relação bilateral beneficiou-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil”. E assevera que, atualmente, “o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação e, em momento de crise econômica espanhola, o Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas”.

Aspecto importante na relação bilateral é o “Acordo de Parceria Estratégica”, assinado em 2003, por ocasião da visita do então Presidente de Governo José María Aznar ao Brasil. O documento estabelece um foro estruturado de consultas, para ajudar a planejar, coordenar, acompanhar e balizar a relação entre os dois países, e prevê o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de diversos grupos de trabalho. Em 2005, foi adotado “Plano de Ação”, que previa reuniões anuais dos Presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das Chancelarias, e encontros em diversos níveis da administração pública. Durante a visita da Presidente Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012, assevera o relatório, “foi criado mecanismo de consultas, que dinamizou o diálogo político e garantiu mais rápida avaliação relação bilateral”. E durante a visita do Ministro Luiz Alberto Figueiredo a Madri, em março de 2014, inaugurou-se a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha – fórum regular de consultas entre os Chanceleres de ambos os países.

Também destaca o relatório do Itamaraty que “o diálogo político beneficia-se da convergência na maioria dos temas da agenda internacional. Há, ainda, espaço para melhor coordenação política e maior troca de informações sobre América Latina e Europa. Na esfera bilateral, há possibilidades efetivas de cooperação em educação; ciência, tecnologia e inovação; no âmbito técnico e humanitário; e nas áreas jurídica e policial”.

As relações consulares são estreitas, estimando-se em cerca de 81 mil os brasileiros vivendo na Espanha. Sobre o assunto, nossa Chancelaria assinala que “o perfil socioeconômico dos imigrantes brasileiros é variado, destacando-se trabalhadores não-manuais em atividades de rotina (27,9%), trabalhadores domésticos (21,2%), estudantes (13,4%) e assalariados em atividade qualificada (9,5%)”.

Ainda sobre a situação dos brasileiros no Reino da Espanha, observe-se que, até 2012, a inadmissão de brasileiros foi o principal tema de vertente consular das relações bilaterais. A fim de equacionar a questão, realizou-se, no mesmo ano, em Madri, a Reunião Bilateral sobre Assuntos Migratórios, quando se obteve a facilitação de procedimentos de entrada. A partir de então, esclarece o relatório, “há intercâmbio constante entre autoridades consulares de ambos os países e compartilhamento de informações sobre novos requisitos de ingresso”. E conclui assinalando que “em razão dessas medidas, o número de inadmissões tem-se reduzido significativamente”.

Em se tratando dos diversos acordos bilaterais, destaca-se o *Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha*, celebrado em 24/07/2012, e que tramita no Congresso Nacional.

No que concerne a Andorra, lembramos que o país é um copríncipado que tem com Copríncipes Joan Enrike Vives i Sicília (Bispo da Sé de Urgel, Catalunha) e François Hollande (Presidente da França). O diálogo bilateral regular inicia-se com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas, em 1993. O primeiro Embaixador cumulativo no país, residente em Madri, foi nomeado em 1997. O serviço consular é oferecido pelo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Consulado-Geral em Barcelona.

O documento enviado pelo Itamaraty esclarece que, em 30 de abril de 2013, o Ministro dos Assuntos Exteriores andorrano, Gilbert Saboya Sunyé, visitou Brasília, ocasião na qual manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. Esta foi a primeira visita de um Chanceler andorrano ao Brasil, e ocorreu em contexto de busca deliberada de diversificação de parceiros diplomáticos e comerciais do Principado. Durante a visita, o Chanceler Gilbert Saboya manteve reuniões visando ao incremento da cooperação na área do turismo entre Brasil e Andorra. Ambos os países manifestaram o desejo de encorajar o intercâmbio bilateral de turistas e os investimentos mútuos na área de turismo, bem como de promover a cooperação entre os entes de turismo dos dois governos por meio do intercâmbio de especialistas, de troca de experiências e informações.

Observe-se que Andorra tem apoiado a quase totalidade das candidaturas apresentadas pelo Brasil. Nos últimos anos, apoiou candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos (ONU), ao Programa Hidrológico Internacional (UNESCO), ao Comitê Jurídico e ao Conselho Intergovernamental do Programa “Informação para Todos” (UNESCO) e ao Comitê para Proteção e Promoção da Diversidade das Experiências Culturais (UNESCO). Apesar de não se ter manifestado explicitamente sobre o Brasil, o anterior governo social-democrata era favorável à expansão dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não há atos bilaterais em vigor com Andorra que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NO REINO DA ESPANHA
EMBAIXADOR PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS

Transmito, a seguir, relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil junto ao Reino da Espanha nos termos da orientação oriunda da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

RELACIONAMENTO BILATERAL

Introdução

2. Assumi, em 18 de abril de 2009, as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federativa do Brasil junto ao Reino da Espanha, com apresentação, em 8 de junho de 2009, das cartas credenciais ao Rei Juan Carlos I.

3. Durante minha gestão, as relações bilaterais entre Brasil e Espanha experimentaram período de expressiva evolução, quer do ponto de vista político, quer do econômico. Sob as bases de uma parceria estratégica renovada, foi possível adensar a diversificada agenda de interesse comum. O intercâmbio de visitas de alto nível é testemunho de uma positiva fase de adensamento do diálogo político e setorial. Os importantes fluxos comercial e de investimentos também dão prova do crescente nível de interdependência entre os dois países. Em virtude dessas afinidades, a Espanha afigura-se parceiro natural para desenvolvimento de iniciativas conjuntas, intercâmbio de visões sobre temas da agenda global, e convergência de perspectivas em foros como o G-20. Com efeito, ao longo dos últimos anos, pude manter elevado grau de interlocução junto à Casa Real, ao Palácio da Moncloa, aos Ministérios de Assuntos Exteriores e Cooperação (MAEC), do Fomento, da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente, de Economia e Competitividade e de Indústria, Energia e Turismo, bem como junto às demais Pastas do Executivo. O interesse das autoridades espanholas no Brasil e a qualidade da interlocução facilitaram sobremaneira a construção de agenda pautada pela promoção de interesses recíprocos.

4. Do mesmo modo, a diversificação dos campos de colaboração bilateral está refletida no acervo de atos internacionais concluídos nos últimos anos. Durante o período de minha gestão foram firmados, ademais de atos declaratórios e administrativos específicos, o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Realização de Atividades de Cooperação Técnica com Terceiros Países, de 04/08/2009; o Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 03/12/2010; o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Criação de um Programa Conjunto de Cooperação Triangular, de 26/05/2011; o Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 24/07/2012; e o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à troca e proteção mútua de informações classificadas, assinado em 15/05/2015.

5. Uma das intervenções mais destacadas do Governo brasileiro, para o qual atuou a Embaixada em estreita coordenação com os Consulados-Gerais do Brasil em Madri e Barcelona, consistiu no tratamento eficiente e expedito do tema dos inadmitidos brasileiros nos aeroportos espanhóis. Tratava-se do único contencioso digno de registro nas relações bilaterais, que perdurou entre 2007 e 2010. Seu equacionamento, ademais de benefício imediato para o tratamento digno dos viajantes e migrantes brasileiros, redundou em repercussões muito positivas sobre o conjunto das relações entre Brasil e Espanha. Neutralizado um aspecto de potencial desgaste, foi possível construir uma agenda amplamente positiva e diversificada de temas.

6. A Embaixada manteve contatos fluidos e regulares com "think tanks", organizações da sociedade civil, academia, formadores de opinião e imprensa espanhola, junto aos quais procurei desfazer alguns argumentos simplistas sobre a realidade brasileira e o papel que o Brasil deseja desempenhar no mundo. Nesse sentido, constatei que, no plano multilateral, corresponde manter esforço de aproximação de visões sobre temas da agenda global, em especial sobre reequilíbrio e reforma das instituições internacionais às novas necessidades e realidade globais, do qual é tema central a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Diálogo político

7. No início da década passada, o relacionamento bilateral carecia de foro estruturado de consultas dedicado a coordenar, balizar e conferir seguimento adequado à pauta bilateral. A plataforma estabelecida pelo "Acordo de Parceria Estratégica" firmado em 2003, por ocasião da visita do Presidente de Governo José María Aznar ao Brasil, e pelo "Plano de Ação", adotado em 2005, ainda que sinalizasse o interesse mútuo e preconizasse intensa agenda de encontros, viu-se afetada pela irregularidade das reuniões dos grupos de trabalho previstos. De todo modo, foi possível explorar campos de trabalho conjunto e coordenar visitas temáticas de autoridades brasileiras à Espanha e espanholas ao Brasil.

8. Dediquei-me, assim, a contribuir para dotar as relações bilaterais de espaços de interlocução regulares e institucionalizados, em especial à luz dos mandatos do Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha de 2003 e da Declaração Presidencial de novembro de 2012. Como resultado concreto, pode-se afirmar, hoje, que Brasil e Espanha contam com instrumentos políticos e de cooperação adequados às necessidades e complexidades de relações que une os dois países: a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha e o Mecanismo de Diálogo Político, que estabelecem formato de interlocução estável e produtivo para temas bilaterais e assuntos regionais e multilaterais de interesse mútuo; os Grupos de Trabalho sobre Investimentos e Comércio e sobre Infraestruturas e Transporte; as Comissões Mistas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e no Âmbito de Defesa; e as Reuniões Consulares de Alto Nível.

9. Na visita da Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff à Espanha, em novembro de 2012 foi adotado mecanismo mais flexível, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político. A Declaração da Presidenta da República Federativa do Brasil e do Presidente de Governo espanhol, acordada em Madri, em 19 de novembro de 2012, sentou as bases para a constituição, em 2014, da Comissão Ministerial de Diálogo Político, por ocasião da

visita, em março de 2014, do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Espanha. Em cumprimento dos compromissos assumidos, inaugurou-se, em 27 de março de 2015, reunião de Consultas Políticas, presidida pelo Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América da Chancelaria espanhola, Embaixador Jesús Gracia, ao lado do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese.

Economia, comércio, investimentos

10. A principal vocação da área econômica e comercial da Embaixada nos últimos anos tem sido a atração de investimento produtivo espanhol para o Brasil, cuja intensificação teve início no final do século passado, e se constitui hoje em um dos principais pilares da relação bilateral.

11. Segundo o Banco Central, a Espanha ocupa o 3º lugar entre os maiores investidores finais no país, com um estoque total de US\$ 61 bilhões, até 2013. O fluxo de investimentos em 2013 montou a US\$ 2,2 bilhões (sétimo maior investidor). Em 2011, esse fluxo fora de 8,6 bilhões de dólares (12,4% do total de IED daquele ano) e, em 2012, de US\$ 2,5 bilhões. Diferentemente das exportações brasileiras, fortemente impactadas pela crise econômica iniciada em 2008, não houve diminuição do interesse do empresariado em relação ao Brasil como destino de seus investimentos. Muito pelo contrário: a internacionalização é encarada pelas companhias espanholas como uma das principais estratégias de resposta à crise, e o Brasil é atualmente o principal destino de investimentos estrangeiros espanhol, com um estoque total inferior apenas ao no Reino Unido.

12. A Embaixada manteve contato diuturno com os principais conglomerados espanhóis, tanto os que já possuem investimentos no Brasil como os que ainda planejam sua entrada no País, de modo a monitorar a evolução desse investimento, e, eventualmente, auxiliar em gestões junto a autoridades brasileiras. Também buscou promover a diversificação ainda maior dos setores da economia espanhola com investimentos no Brasil, para além daqueles nos quais já há forte presença, como finanças; telecomunicações; construção; gestão de infraestruturas de transporte; tecnologia; engenharia; alimentação; autopeças; trens e material ferroviário; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; energia eólica; petróleo e gás. Há grandes oportunidades para novos negócios, por exemplo, na área da saúde, tratamento e distribuição de água e energia fotovoltaica.

13. Uma vez que já atuam no Brasil praticamente todas grandes corporações espanholas, o principal desafio para a Embaixada foi - e continuará a ser - de atrair as pequenas e médias empresas com alta capacidade tecnológica deste país e ajudar a viabilizar sua instalação, quer do ponto de vista burocrático, quanto da identificação de fontes de financiamento. Há que se continuar a trabalhar, também, na promoção dos investimentos brasileiros na Espanha, de dimensão ainda reduzida quando comparados aos investimentos espanhóis. Considerando as estatísticas espanholas referentes a 2012 (último dado disponível) o Brasil acumula na Espanha um estoque de investimento de EUR 8,8 bilhões (cerca de 2,4% no total), cifra que posiciona o País no 11º lugar entre os principais investidores estrangeiros na Espanha.

14. Funcionários da Embaixada participaram nos últimos seis anos de dezenas de eventos de divulgação de oportunidades de investimento no País, em Madri e em todas as Comunidades Autônomas da Espanha (que foram visitadas cada uma em pelo menos uma ocasião).

15. Também foram organizados grandes eventos de promoção de investimentos no Brasil durante as visitas oficiais que realizaram à Espanha os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Vice-Presidente Michel Temer, os Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Turismo e das Cidades, os Governadores do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Piauí e Goiás, os Presidentes da EPL, da Embratur e do BNDES e outras autoridades estaduais e municipais.

16. Na organização desses eventos foi instrumental o apoio logístico - e por vezes financeiro - da Câmara de Comércio Brasil-Espanha, que conta com cerca de 400 sócios (é hoje a maior entre as câmaras bilaterais existentes na Espanha) e cinco delegações em território espanhol. Buscou-se desenvolver com a entidade uma relação de estreita colaboração, promovendo-a junto aos Governos e empresas dos dois países.

17. Também foi fundamental para o êxito dessas e de outras iniciativas da Embaixada o diálogo fluido e constante com APEX (especialmente com seu escritório europeu, localizado em Bruxelas), MDIC, EMBRATUR, SEBRAE, Governos Estaduais, Federações e Confederações de Comércio e Indústria e entidades de classe. A capacidade de mobilização da Embaixada e das entidades espanholas para organização de eventos de caráter empresarial ou elaboração de agenda de visitas é diretamente proporcional à antecedência com que dispõem de informações sobre missões oficiais realizadas à Espanha por autoridades de todos os níveis.

18. Outro importante instrumento de divulgação das oportunidades econômicas do País de que se lançou mão foi a publicação de livros em parceria com instituições espanholas. A Embaixada colaborou com as duas edições do livro "Brasil: un gran mercado en expansión sostenida", publicado pela Cátedra Nebrija-Grupo Santander em Internacionalização de Empresas, que recolhe opiniões de experts, acadêmicos, empresários e executivos sobre as oportunidades de negócios no Brasil e a experiência da empresa espanhola no País. Também participou da elaboração de número especial dedicado ao Brasil do boletim "Información Comercial Española" (ICE), publicado pela Secretaria de Estado de Comércio da Espanha.

19. No que tange ao comércio, o intercâmbio entre os dois países experimentou rápido crescimento até 2011, quando passou a oscilar entre US\$ 7,2 e US\$ 8 bilhões de dólares. Até 2012 o saldo desse comércio era favorável ao Brasil; em 2013 passou a ser deficitário. Os dois movimentos (de estagnação da corrente e de surgimento de um superávit espanhol) decorrem principalmente da retração do consumo na Espanha causada pela crise e pela perda geral de competitividade das exportações brasileiras nos últimos anos. O desafio para o futuro próximo é retomar a tendência de crescimento do comércio experimentada até 2011, de forma a se atingir o verdadeiro potencial de intercâmbio entre as duas economias. Também se recomenda seguir trabalhando para diversificar a pauta de produtos exportados. Das exportações brasileiras em 2014, 76,5% corresponderam a produtos básicos (como soja, derivados de petróleo, minério de ferro, café, milho e açúcar), 15%, a manufaturados e 6,8%, a semimanufaturados (o

1,8% restante se refere a operações especiais). Por seu turno, a pauta de importações procedentes da Espanha é muito mais diversificada, tendo grande peso compras de produtos semimanufaturados e acabados, muitas vezes relacionados a projetos de investimentos espanhóis.

20. Observou-se nos últimos quatro anos uma constante diminuição da participação de empresas brasileiras em feiras em sua área de atuação (que em geral eram custeadas pela Apex), fruto da contração do mercado doméstico espanhol. Feiras que contavam outrora com expressivo contingente brasileiro - Intergift (presentes), Modacalzado, SIMM (moda), Bisutex (bijuteria) - não tiveram representação brasileira nas últimas edições. Em 2014, também a importante feira de frutas e hortaliças Fruit Attraction deixou de ter expositores brasileiros. Em 2015, só houve, na área de atuação do setor comercial da Embaixada, estandes oficiais do Brasil na Fitur (principal feira de turismo do país; estande brasileiro a cargo da EMBRATUR) e ARCOMadrid (feira de arte contemporânea; participação coordenada pela APEX).

21. Uma alternativa utilizada pela Embaixada para minorar as consequências dessa retração foi a organização de eventos no estilo "projeto vendedor". Em 2013, por exemplo, a Embaixada ajudou a montar, na Casa do Brasil, em parceria com a Associação Cearense de Artesanato, showroom do projeto "Arte Brasil" da Apex. A Associação havia deixado de participar da feira Intergift devido a seus altos custos. Foram identificados e convidados pelo setor de promoção de comércio, investimentos e turismo da Embaixada (SECOM) mais de 400 potenciais compradores para o "projeto vendedor".

22. Com a retomada do crescimento espanhol, seria oportuno renovar as gestões junto à Apex e as associações de classe brasileiras para que voltem a ter presença nas principais feiras de negócio de Madri.

23. Para se cumprir os objetivos de incremento do comércio é necessário continuar com o trabalho de monitoramento atento da economia espanhola, quer de seus dados macroeconômicos mais relevantes do ponto de vista do Brasil (níveis de emprego, renda e consumo; crédito ao consumidor e às empresas) quer de possíveis oportunidades para exportadores e investidores.

24. Ainda no que diz respeito ao comércio bilateral, cumpre destacar que, de acordo com empresas exportadoras brasileiras e importadoras espanholas, as autoridades sanitárias da Espanha vinham reiteradamente rejeitando cargas de carne de aves do Brasil, por alegada contaminação por Salmonella, ao impor regras mais restritivas do que aquelas determinadas pelos regulamentos europeus. Gestões realizadas pela Embaixada junto Ministério da Saúde da Espanha (em coordenação com as empresas afetadas) contribuíram para a solução do problema.

25. Certamente teria impacto positivo na corrente de comércio a conclusão de Acordo entre MERCOSUL e União Europeia. A Espanha apresenta-se como principal interessado, dentro do bloco europeu, no êxito das negociações e defende que o Acordo deva ser visto, entre os europeus, com a mesma prioridade conferida às negociações com Estados Unidos, Austrália e Japão. Os setores industrial e de serviços são os principais interessados no Acordo, por nele vislumbrar oportunidade de ampliação de sua presença na América do Sul. Por outro lado, há um importante "lobby" agrícola

protecionista, que conta com recursos provenientes da Política Agrícola Comum (PAC), sendo a Espanha seu segundo principal beneficiário (estão previstos repasses equivalentes a 45 bilhões de euros para a Espanha no período 2014-2020). Embora não esteja diretamente envolvida nas negociações, a Embaixada desempenha relevante trabalho de divulgação do Acordo (e das posições brasileiras) junto a variados segmentos do Governo e sociedade espanhóis.

26. Em 2014 e 2015 (respectivamente em Brasília e Madri) foram realizadas reuniões dos Grupos de Trabalho bilaterais sobre Comércio e Investimentos e sobre Transporte e Infraestruturas, cuja realização se havia interrompido em 2008, e cujo principal objetivo é, exatamente, discutir iniciativas conjuntas que possam favorecer o incremento dos fluxos de comércio e investimento e criar oportunidades para encontro entre os empresários dos dois países.

Turismo

27. Em média, entre 170 e 190 mil espanhóis têm desembarcado anualmente no Brasil, a passeio ou a trabalho, segundo dados da Polícia Federal e Ministério do Turismo brasileiro. A Espanha foi, em 2013, o nono maior mercado emissor de turistas para o Brasil (quarto na Europa). Nos últimos cinco anos, a Espanha tem mantido sua posição entre oitavo e décimo mercado emissor, com participação entre 3,1% e 4,3% do total de chegadas ao Brasil. A Embaixada trabalha em estreita colaboração com funcionária de Embratur em Madri para a organização de ações de promoção do turismo brasileiro, especialmente juntos aos operadores de turismo. O número e procedência dos vôos entre os dois países vêm-se expandindo, estando previsto que a TAM inicie dois vôos semanais para Barcelona, um procedente de São Paulo e outro do Rio de Janeiro.

Defesa

28. No campo de cooperação no âmbito da defesa, o diálogo avançou enormemente com a eficiente contribuição da Adidância de Defesa e do Exército e da Adidância Naval e Aeronáutica. Nos projetos de cooperação, utilizaram-se como critérios o potencial de absorção de tecnologia e intercâmbio de conhecimento. Além disso, o Brasil figura como um dos principais compradores de material militar da Espanha fora da OTAN e da EU, com a aquisição, nos últimos anos, de aviões CASA 295, contratos de modernização de aeronaves P-3 Órion e instalação de simuladores de tiro. Destacam-se, ainda, as atividades de ensino e intercâmbio de oficiais militares em cursos de formação. O Brasil é o único país a ter um professor militar regular no Centro de Altos Estudos Militares da Espanha.

29. Nesse plano, cabe destacar a assinatura, em Madri em 2010, do Acordo de Cooperação Estratégica no âmbito da Defesa, que ofereceu quadro favorável ao incremento de visitas de trabalho de autoridades. Brasil e Espanha contam com Comissão Mista na Área de Defesa dedicada a fortalecer os intercâmbios nas respectivas Forças Armadas. Finalmente, a Declaração Presidencial estabeleceu a criação do Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa, cuja convocação compete conjuntamente à Secretaria de Estado de Defesa (SEDEF) da Espanha e à Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) do Brasil. A visita a Madri do Comandante do Exército, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, nos dias 1 e 2 de

junho corrente, abre possibilidades para o fortalecimento da cooperação no âmbito dos Exércitos brasileiro e espanhol.

Cooperação policial

30. Brasil e Espanha desenvolveram ao longo de minha gestão crescente trabalho na área de cooperação policial e combate à criminalidade, fruto, principalmente do estabelecimento de Oficialato de Ligação na Espanha (em 2011) e de Representação Policial junto à Embaixada do Brasil (em 2012), em conformidade com as atribuições previstas no Convênio sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade (2007), que regula a troca de informações para o combate a ações criminosas e o apoio operacional entre as instituições policiais dos dois países.

31. Durante minha gestão, as principais iniciativas da Representação da Polícia Federal visaram a intensificar a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais e em outros temas de interesse bilateral, como colaboração em atividades de inteligência. As principais demandas brasileiras no período referiram-se a tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, temas relacionados ao tráfico de seres humanos e à exploração sexual. As solicitações espanholas estiveram, em sua maioria, relacionadas com falsidade documental e tráfico de drogas. Desde a instalação da Representação da PF em Madri, foram desarticuladas 5 redes de tráfico de pessoas (há 4 outras em processo de investigação) e apreendida mais de uma tonelada de cocaína.

32. Registra-se o interesse espanhol em ampliar os contatos entre oficiais das polícias brasileiras e espanholas, com menção específica à disponibilidade da Espanha em cooperar com seus homólogos brasileiros em treinamento e, eventualmente, em processo de unificação das forças policiais brasileiras.

Meio ambiente

33. No que diz respeito aos temas ambientais, a Embaixada vem acompanhando as principais medidas adotadas pelo Governo espanhol na matéria, particularmente no que diz respeito às políticas de combate à mudança climática, às vésperas da 21ª. Cúpula das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), prevista para o final de 2015, em Paris. Esse tema é caro à Espanha pois, embora o país tenha sido o primeiro no qual a energia eólica foi a maior fonte de geração de eletricidade ao longo de um período de um ano, o setor energético é responsável por mais de 75% das emissões espanholas de gases de efeito estufa. Medidas mais contundentes deverão ser, portanto, implementadas para que a Espanha possa cumprir com as metas acordadas de redução das emissões, tanto no âmbito comunitário como nas Nações Unidas.

34. No relacionamento bilateral, vem ganhando destaque a cooperação sobre gestão dos recursos hídricos, considerando a ampla experiência da Espanha nesse setor, bem como as realidades hidrológicas semelhantes entre os dois países, com desigualdade na distribuição pluviométrica em ambos os territórios. No contexto da visita do Senhor Vice-Presidente da República Michel Temer, em abril de 2015, foi firmado Memorando de Entendimento entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente da Espanha, para a cooperação em matéria de recursos hídricos. Em seguimento a esse instrumento, está em fase de definição cronograma de ações a serem empreendidas nos próximos meses.

35. É importante mencionar que, em janeiro de 2015, o programa "Cultivando Água Boa", da Itaipu Binacional, recebeu o Prêmio Internacional da Comunidade de Madri - Cumbres de Guadarrama, na categoria de comportamento ambiental sustentável, pela promoção da flora e da fauna, com a manutenção de reservas biológicas, e por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Espera-se que o Programa seja em breve implementado na Espanha, em bacias na região de Madri e do País Basco, em projetos como recuperação de nascentes e agricultura orgânica. A Espanha será, então, o primeiro país europeu a adotar a metodologia do Cultivando Água Boa.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

36. A Embaixada apoiou e participou da celebração de acordos interinstitucionais e da realização de visitas de parte a parte, em diferentes níveis, com agendas focadas em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

37. No âmbito da visita da Presidenta da República Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012, da qual participou o então Ministro do MCTI, Marco Antonio Raupp, assinou-se o "Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Nanotecnologia", que possibilitou a participação de pesquisadores brasileiros em programas conjuntos no Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), sediado em Braga, Portugal, bem como a participação brasileira na reunião da "Latin Laser Lab", rede de pesquisadores latino-americanos e europeus para o desenvolvimento científico e tecnológico de lasers ultra-pequenos e ultra-rápidos, em Salamanca, em 2013.

38. Ainda no contexto da visita presidencial, foram definidas as demais áreas prioritárias de cooperação científico-tecnológica: supercomputação; astrofísica; e física de partículas. Na ocasião, a parte espanhola solicitou ao Ministro Raupp maior participação brasileira - sobretudo financeira e por intercâmbio de pesquisadores - em iniciativas lideradas ou que contam com contribuições técnico-financeiras da Espanha, entre elas: i) Centro Nacional de Supercomputação de Barcelona; ii) Grande Telescópio de Canárias; iii) Sincrotrón ALBA; e iv) Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED).

39. Entre os demais acordos celebrados durante a minha gestão, cumpre citar: Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o então Ministério da Ciência e Inovação (MICINN), em 2010; Memorando de Entendimento entre Brasil, Espanha e Portugal, em 2013, para o fortalecimento da cooperação técnica e científica; e Acordo Institucional entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial (CDTI), em 2013. Ademais, o CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) lançaram, em coordenação com suas congêneres espanholas, editais de convocação de projetos conjuntos, em 2010 e 2013, respectivamente.

40. A Embaixada negociou e prestou apoio a inúmeras iniciativas bilaterais e multilaterais em CT&I, das quais destaco: gestões junto ao Banco Santander para cessão de terreno em Campinas, São Paulo, para a construção de Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), no âmbito do "Projeto Sirius"; projeto de interconexão Brasil-

Europa por cabo submarino via Ilhas Canárias (empresa Islalink); participação de cem pesquisadores brasileiros no Centro Comum de Pesquisa da Comissão Europeia.

41. Entre as atividades que merecem ter acompanhamento atento, indico a expectativa do CDTI quanto à concordância da FINEP para o lançamento de convocatória de projetos conjuntos ainda em 2015. A prioridade, porém, no contexto das relações Brasil-Espanha em CT&I recai na convocação da primeira Reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme prevê o "Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica", de 1992.

Cooperação educacional

42. O relacionamento Brasil-Espanha na área educacional é pautado pela fluidez e pela constância e está baseado em cinco vertentes principais, que procurei, quando possível, aprofundar e ampliar: (i) o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF); (ii) acordo para concessão de bolsas entre a CAPES e a Fundação Carolina; (iii) os convênios entre universidades brasileiras e espanholas, com ênfase naquelas pertencentes ao "Grupo Tordesilhas"; (iv) bolsas concedidas pela CAPES e pelo Santander Universidades aos alunos do "Programa Universidade para Todos" (PROUNI); (v) ensino do português e difusão da cultura brasileira do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca; e (vi) divulgação da realidade brasileira pela Cátedra-Brasil da Universidade de Valladolid e da de Alcalá.

43. O CsF é o principal programa de mobilidade acadêmica no âmbito da cooperação educacional. Desde a primeira edição do CsF-Espanha, em 2012, até o momento, foram concedidas 4.125 bolsistas em 55 universidades espanholas. A Espanha detém o 7º lugar como destino de estudantes e pesquisadores brasileiros. Por outro lado, há 112 pesquisadores espanhóis atuando em projetos conjuntos em universidades brasileiras ao amparo do CsF, o que coloca a Espanha em segundo lugar mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

44. Cumpre recordar que a Presidenta da República Dilma Rousseff, acompanhada do então Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, mantiveram encontro com bolsistas do CsF na Casa do Brasil em Madri, em 2012. A Embaixada tem acompanhado a implementação do CsF e dado encaminhamento às solicitações de assistência por parte dos bolsistas.

45. Ressalto que a Embaixada deve continuar envidando esforços junto a diferentes interlocutores espanhóis para que todos os bolsistas interessados consigam obter vaga para estágio profissionalizante em empresas locais, ao final do período acadêmico da bolsa. Essa iniciativa tem gerado resultados positivos, mas ainda não cobre o total de bolsistas que expressam interesse em estágios.

Cooperação técnica e humanitária

46. Entre as várias iniciativas no âmbito da cooperação técnica e humanitária que tiveram o apoio e a colaboração da Embaixada, cumpre destacar as seguintes: (a) Cooperação Técnica Brasil-Espanha em Benefício da Bolívia, nas áreas de Água Potável e Esgotamento Sanitário; (b) Projeto de Reflorestamento da Bacia do Mapou, no Haiti; (c) Fortalecimento Institucional da Procuradoria-Geral do Uruguai; (d) Ação

Humanitária em Cuba, Haiti e Honduras, com doação de alimentos após a ocorrência de furacões; e (e) Doações de alimentos provenientes de estoques públicos brasileiros, no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a países africanos em situação de grave insegurança alimentar.

47. Em setembro de 2013, a Espanha propôs relançar as bases da cooperação bilateral, com mudança do paradigma tradicional "norte-sul" (doador-recebido) para um modelo de cooperação na qual os dois países possam atuar como parceiros no mesmo nível. Encontra-se em fase final de negociação o "Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento", que assentará as bases para a implementação de projetos de cooperação técnica na modalidade triangular entre Brasil, Espanha e um terceiro país demandante.

Cooperação jurídica

48. O Brasil possui longa tradição histórica de cooperação em matérias jurídicas com a Espanha. Atualmente, os principais instrumentos em vigor (Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal; Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil; e Tratado sobre Transferência de Presos) têm-se mostrado suficientes para atender as demandas com relação à transferência e extradição de presos ou de execução de cartas rogatórias entre os dois países.

49. A implementação do sistema de comunicação direta entre as autoridades centrais, conforme previsto no Tratado sobre Transferência de Presos, poderá agilizar a tramitação dos processos.

50. Seria igualmente importante a realização de reunião do grupo de trabalho bilateral para o encaminhamento de casos tramitados ao amparo da Convenção de Haia de 1980 sobre Subtração Internacional de Menores.

51. Cabe dar relevo à disposição espanhola em cooperar com o Brasil caso venha a ser parte do instrumento conhecido como "Apostila de Haia", que se encontra sob exame do Senado Federal. Dado o volume de documentos que sustentam o relacionamento empresarial, comercial e acadêmico, a adoção desse instrumento de facilitação de reconhecimento de firmas facilitará o intercâmbio entre os dois países nesses setores.

Promoção cultural

52. A promoção da cultura brasileira na Espanha leva em conta o significativo conhecimento que programadores, curadores e profissionais das diferentes áreas culturais demonstram sobre a produção contemporânea em seus respectivos campos de trabalho. Isso pode ser comprovado pela observação da participação brasileira em feiras de arte e da programação de museus e centros de cultura. O conhecimento dos especialistas cria cenário favorável para o trabalho de difusão da cultura brasileira na Espanha. Resta, no entanto, ultrapassar o conhecimento técnico específico para alcançar o público não especializado. Apesar do contexto favorável criado junto às instituições promotoras de cultura espanholas, o grande público ainda apresenta conhecimentos limitados e geralmente restritos à música popular brasileira das décadas de 1960 e 1970 e a nomes consagrados de nossas artes e literatura.

53. Ao longo dos seis últimos anos, a Embaixada manteve a realização regular de eventos de promoção de cultura brasileira em todas as disciplinas artísticas e recebeu não apenas músicos, escritores, artistas visuais e cineastas vindos do Brasil, mas também acadêmicos das mais diversas áreas, que participaram de atividades em cátedras de universidades de Madrid e de outras cidades espanholas. No marco da programação, destaco a organização de grandes eventos musicais realizados pela Embaixada. Nos últimos três anos, por exemplo, foram realizados pelo menos quatro com público de mais 2000 mil pessoas, que atraíram a atenção da imprensa. A organização de eventos de massa, gratuitos, tem como efeito positivo apresentar ao grande público a produção artística atual, formar público e multiplicar o interesse pelo Brasil junto à população em geral por meio de significativo impacto de imprensa.

54. Além das grandes apresentações musicais, destaca-se a realização da Mostra e Encontro do Cinema Brasileiro, Novocine. Ao longo das oito edições anuais da mostra observou-se o crescimento do público presente nas salas de cinema e do impacto de imprensa, o que prova a eficácia do evento para a promoção da cultura brasileira. Em 2013, último ano em que se fez avaliação econômica do impacto de mídia, estimou-se que a repercussão do evento nos meios de comunicação equivalia a cerca de 250 mil euros em publicidade. Além disso, o evento conta sempre com sessões lotadas e a cada ano distribui mais de 3 mil ingressos gratuitos durante os oito dias de projeção. O Novocine, além de ser um evento capaz de mostrar ao público espanhol a crescente capacidade de produção da indústria audiovisual brasileira contemporânea, é poderoso instrumento de difusão da realidade nacional. Entendo ser de fundamental importância dar continuidade à mostra e ampliá-la no sentido de que possa vir ocupar mais espaços em Madrid e em outras cidades, para além daquelas em que já se apresentaram filmes da Mostra - Salamanca, Huelva, Zamora, Ávila e Avilés.

55. Além da realização de eventos de promoção da cultura brasileira, buscou-se ampliar a interlocução com as instituições públicas e privadas e de criar parcerias entre a Embaixada e o sistema cultural espanhol. Dessa maneira, envolvi empresas na promoção da cultura brasileira na Espanha, o que tornou possível a realização de eventos nos principais centros de cultura, sem custo de locação de espaço. Entendo ser da maior relevância continuar a cultivar as relações com estas instituições para que seja possível manter as ações de promoção da cultura nacional na agenda cultural espanhola.

56. A Casa do Brasil em Madrid, para além de suas funções tradicionais de lugar de acolhida de estudantes, tem funcionado como referência aglutinadora da comunidade brasileira - local inclusive da celebração do 7 de Setembro -, de vetor de difusão das manifestações culturais e artísticas do Brasil, bem como de centro de ensino da modalidade brasileira do Português (em 2014, contou com 2.110 alunos). Cumpre ainda mencionar que a Casa do Brasil tem apoiado a realização de encontros de caráter informativo entre a Embaixada e os bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras.

57. De igual importância são as atividades da Fundação Cultural Hispano Brasileira (entidade privada espanhola, mantida com recursos de empresas com interesse no Brasil), que tornou possível a realização de muitos dos eventos da programação proposta pela Embaixada por meio de apoio financeiro e do trabalho de seus funcionários, além de proporcionar a manutenção das atividades do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca.

Imprensa e divulgação

58. Em linha com os novos desafios da diplomacia pública, a Embaixada reformulou os canais de divulgação do Brasil na Espanha e passou priorizar plataformas de comunicação online. Foi criado boletim digital mensal, "Panorama Brasil", que abarca notícias da atualidade política, social e econômica do Brasil, as relações do país com a Espanha e os eventos culturais realizados pela Embaixada. O boletim e outras informações são enviados a base eletrônica de contatos com cerca de 8 mil nomes.

59. Em 2011, foi elaborada uma página do Facebook - que hoje conta com 3980 seguidores - e, recentemente, foi aberto um canal no Youtube. Para a divulgação do Novocine, criou-se uma página web (www.novocine.es), uma página no Facebook - com 1030 seguidores - e uma conta de Twitter - com cerca de 200 seguidores. As páginas no Facebook e no Twitter da Casa do Brasil passaram em 2011 a ser geridos pelo Setor de Imprensa e Divulgação da Embaixada e hoje contam, respectivamente, com 5600 e 840 seguidores.

60. A Embaixada também buscou estreitar o contato com os grandes meios de comunicação espanhol visitando suas sedes, organizando encontros informais, e oferecendo pronta resposta a pedidos de informação ou de entrevistas. Do mesmo modo, buscou-se estreitar a relação com os correspondentes brasileiros em Madri.

Principais visitas de autoridades brasileiras à Espanha (em ordem cronológica)

61. - Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Cesar Asfor Rocha, em 2009;
- Governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, em 2009;
 - Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, acompanhado de delegação composta, entre outros, pelo Ministro da Economia, Guido Mantega, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; e pelo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.
 - Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em 2010;
 - Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em 2010;
 - Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, em 2010;
 - Ministro da Defesa, Nelson Jobim, em 2010;
 - Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, em 2010, 2011, 2012 e 2014;
 - Ministro do Turismo, Pedro Novais Lima, em 2011;
 - Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Ari Pargendler, em 2011 e 2012;
 - Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, em 2012, acompanhada de delegação composta, entre outros, pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota; Ministro da Educação, Aloizio Mercadante; e Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antonio Raupp;
 - Ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira, em 2011;
 - Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, em 2012;
 - Governador de Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, em 2012;
 - Governador da Bahia, Jaques Wagner, em 2012;
 - Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, em 2013;

- Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, em 2013;
- Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, em 2013;
- Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, em 2013;
- Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, em 2013
- Governador do Piauí, Wilson Nunes Martins, em 2013;
- Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, em 2013;
- Governador do Goiás, Marconi Perillo, em 2013;
- Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, em 2014;
- Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wellington Moreira Franco, em 2014;
- Presidente do TCU, Ministro João Augusto Nardes, em 2014;
- Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, em 2015; e
- Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, em 2015, acompanhado pelo Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Portos, Edinho Araújo.

Visitas de autoridades espanholas ao Brasil

62. Nesse mesmo intervalo, o Brasil foi visitado em várias oportunidades por altas autoridades espanholas. Destaco as diversas viagens do então Príncipe das Astúrias Felipe de Borbón, a última delas em março de 2014; e a visita oficial realizada pelo Rei Juan Carlos I, em junho de 2012. Além disso, o Presidente de Governo Mariano Rajoy participou, no Brasil, em junho de 2012, da Cúpula Rio+20. Houve quatro visitas ao País de Chanceleres espanhóis: Miguel Ángel Moratinos, em julho de 2009 e maio de 2010; Trinidad Jiménez, em maio de 2011; e José Manuel García-Margallo, em maio de 2012. Destacaria, ainda, as visitas de cortesia e de trabalho ao Brasil do então Presidente das Cortes espanholas, José Bono, em julho de 2011; da Ministra do Fomento, Ana Pastor, em dezembro de 2012 e maio de 2013; do Ministro de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente, Miguel Arias Cañete, em fevereiro de 2013; e do Ministro da Defesa Pedro Morenés, em março de 2013.

63. Está prevista para 17 de junho próximo visita do Chanceler José Manuel García-Margallo ao Brasil. Contempla-se a perspectiva de realização de visita oficial do Presidente de Governo Mariano Rajoy ainda em 2015.

SEGUIMENTO DA POLÍTICA ESPANHOLA

Política externa

64. Em permanente diálogo com interlocutores nos diferentes níveis do Executivo espanhol, a Embaixada ocupou-se de aprofundar a interlocução e aproximação de visões em questões de ordem global, como nos campos da manutenção da paz e segurança, desenvolvimento sustentável, em temas econômico-comerciais e de investimentos, segurança energética e alimentar. À luz do mandato emanado da Declaração Presidencial, foram identificados como temas que oferecem especial sinergia entre Brasil e Espanha para iniciativas conjuntas em foros multilaterais, a luta contra a discriminação e a violência de gênero, a abolição da pena de morte e a proteção dos defensores dos direitos humanos. Ademais, Brasil e Espanha compartilham presença no G-20, espaço privilegiado para o desenho de estruturas mais equilibradas de governança global nas questões econômicas e financeiras.

65. Em relatórios periódicos ao Ministério das Relações Exteriores, informei regularmente sobre as mudanças de matizes da política externa espanhola do Governo socialista de José Luis Zapatero (2004-2011) ao atual mandato do Governo do Partido Popular liderado por Mariano Rajoy (2012-). Coube, em especial, observar o desenvolvimento da estratégia de inserção internacional da Espanha no contexto da profunda crise econômica que atingiu o país nos últimos anos e seu impacto sobre posição relativa na União Europeia. Nesse período, constatou-se interesse crescente dos espanhóis em estreitar laços com a América Latina e, em particular, com o Brasil. A Embaixada realizou seguimento sistemático das relações da Espanha com sócios latino-americanos, em particular Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, México e Venezuela. Também foi objeto de acompanhamento diuturno da Embaixada os seguintes temas de interesse de política externa: i) relações euro-atlânticas da Espanha (União Europeia; Organização do Tratado do Atlântico Norte; relações com os Estados Unidos); ii) relações com os países do Oriente Médio e da Bacia do Mediterrâneo (União para o Mediterrâneo; relações com o Magreb, em particular com o Marrocos e Argélia; questão do Saara Ocidental; questão Israel-Palestina); iii) posições espanholas no âmbito multilateral (distintos organismos das Nações Unidas e, em particular, Conselho de Segurança das Nações Unidas, durante exercício do mandato de assento não-permanente iniciado em 2014).

Política interna

66. A política espanhola nos últimos seis anos foi marcada pelo impacto da crise econômica e social que se abateu sobre o país a partir de 2009. Sua eclosão desidratou o apoio popular ao Governo de José Luis Zapatero (Partido Socialista e Operário Espanhol, PSOE, de centro esquerda), e propiciou a vitória de Mariano Rajoy (Partido Popular, PP, de centro direita) nas eleições gerais de 2011.

67. Desde que assumiu a Presidência de Governo, Mariano Rajoy (PP) buscou superar os efeitos da crise (e retomar o crescimento) por meio de políticas de ajuste fiscal (aumento de impostos, corte de gastos, reformas previdenciária, sanitária e educacional) e de aumento de competitividade da economia (deflação dos meios de produção, desindexação de contratos e flexibilização das leis trabalhistas).

68. Se por um lado obtiveram êxito no campo econômico, por outro, essas medidas pouco afetaram, ainda, os números relativos a desemprego e outros indicadores sociais. Os custos sociais da crise e do ajuste econômico implicaram forte desgaste dos tradicionais partidos políticos do período pós-Transição (PP e PSOE) junto à população, especialmente às classes médias. Em consequência, novas agremiações emergiram no cenário político nacional, com destaque para o Podemos (partido de esquerda nascido a partir das manifestações de rua) e o Ciudadanos (partido de centro-direita com origem na burguesia catalã), que obtiveram resultados relevantes nas eleições autonômicas e municipais de 24 de maio de 2015. Esse possível fim do bipartidarismo tem gerado profundos debates na sociedade espanhola acerca de estabilidade política e na governabilidade do País, que estaria passando de um sistema de alternância entre dois partidos a um sistema de governos de coalizão entre dois ou mais partidos.

69. Outro tema que monopolizou, em muitas ocasiões, o debate político na Espanha foi a exacerbação dos ânimos soberanistas na Comunidade Autônoma da Catalunha e as

consequentes discussões em torno da possibilidade de separação daquela região. O movimento teve seu ápice em 2013. As eleições autonômicas e municipais de maio deste ano indicam que teria perdido algo de sua dinâmica.

70. Nos últimos anos também se assistiu à renovação da Casa Real espanhola. O anúncio da abdicação, em 2 de junho de 2014, do Rei Juan Carlos I culminou processo de transformações na monarquia com a ascensão, em 19 de junho do mesmo ano, do Rei Felipe VI.

71. Para dar conta do seguimento e análise desses fenômenos, a Embaixada buscou estabelecer durante os últimos seis anos ampla rede de contatos, que inclui líderes políticos, funcionários de Governo, empresários, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil, corpo diplomático estrangeiro, jornalistas e formadores de opinião. A Embaixada participou nestes seis anos de inúmeros eventos informativos realizados por órgãos de governo, veículos de imprensa, "think tanks" e partidos políticos, bem como de convenções partidárias. Tais eventos constituem oportunidade para captar, entre formuladores de políticas públicas e analistas locais, distintas avaliações sobre o quadro político interior. Cumprem igualmente a função de auxiliar na construção da rede de contatos do Posto.

72. De particular importância - não apenas para o acompanhamento da política espanhola, como também para a consecução de objetivos da política externa do Brasil - foram os contatos estabelecidos nas duas casas do Parlamento espanhol e com as administrações das Comunidades Autônomas espanholas (equivalentes aos Estados). Busquei manter encontros frequentes com líderes do Governo e da oposição no Congresso de Deputados e do Senado e com parlamentares das Comissões de Assuntos Exteriores e Iberoamericanos. Visitei, também, todas as Comunidades Autônomas da Espanha, sempre sendo recebido por altas autoridades locais.

73. Passadas as eleições de novembro próximo na Espanha, seria oportuno reativar os contatos com Parlamentares do novo Congresso, bem como retomar o diálogo no âmbito do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Espanha, relevante instrumento para impulsionar as relações bilaterais, especialmente nas áreas de comércio, investimentos e cooperação. Delegação da Comissão de Assuntos Exteriores do Congresso espanhol visitou Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo em julho de 2013. Na oportunidade, os parlamentares espanhóis manifestaram interesse por projetos de desenvolvimento de infraestrutura no Brasil e pela negociação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Considero que poderemos avançar os interesses bilaterais mediante o intercâmbio de visitas entre representantes dos Legislativos brasileiro e espanhol. Para tanto, poderia ser estudada a possibilidade de reciprocidade a visita.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

74. A Embaixada participou de eventos no âmbito do sistema ibero-americano e manteve estreito diálogo e coordenação com a SEGIB e os organismos especializados ibero-americanos, todos sediados nesta capital: a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), cujo Secretário-Geral, eleito em 2014, é o ex-Secretário de Ensino Superior do MEC, Paulo Speller; a Organização

Ibero-americana da Juventude (OIJ); a Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS); e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB). Em minha gestão, foram assinados os seguintes acordos no âmbito ibero-americano: Acordo sobre Simplificação da Extradicação entre Argentina, Brasil, Espanha e Portugal, em 2010 (COMJIB); Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral, em 2011 (OEI); Convênio Multilateral Ibero-americano de Seguridade Social, em 2012 (OISS); e Convênio Ibero-americano dos Direitos dos Jovens, em 2014 (OIJ).

75. Cumpre notar o envolvimento da Embaixada, no âmbito da COMJIB, no processo de criação do Grupo de Cádiz durante a 1ª Reunião Ibero-Americana de Ministros de Interior e de Justiça (Valência, setembro de 2012), com o intuito de impulsionar o início do funcionamento do Sistema Ibero-Americano de Informação e Investigação Policial, bem como um sistema de compilação de estatísticas de Segurança Pública.

76. A Embaixada acompanhou a preparação de seis Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. Em 2012, em razão de a Cúpula ter sido realizada na Espanha (Cádiz), a Embaixada envolveu-se de maneira especialmente intensa, inclusive com deslocamento de funcionários e montagem de escritório de apoio naquela cidade. A Embaixada também participou das reuniões anuais de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação realizadas na Espanha.

Outros órgãos

77. Também tem sua sede em Madri a Organização Mundial de Turismo (OMT), agência especializada da ONU em turismo, e a Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). Muito embora a Embaixada não seja a representante oficial do Governo brasileiro junto a esses órgãos, foi mantido durante minha gestão intenso diálogo com ambos. Sempre que cabível, funcionários da Embaixada participaram de eventos por eles realizados e, quando necessário, intervieram para facilitar a interlocução entre as entidades e diferentes esferas da administração brasileira.

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO AO PRINCIPADO DE ANDORRA
EMBAIXADOR PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS

Transmito, a seguir, relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil junto ao Principado de Andorra nos termos da orientação oriunda da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

2. Assumi, em 22 de setembro de 2009, as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, não residente, da República Federativa do Brasil junto ao Principado de Andorra, apresentadas cartas credenciais ao então Presidente da França e Co-príncipe de Andorra e ao Co-Príncipe Episcopal, o Bispo de Seu D'Urgell.

3. Desde minha assunção, encontrei enorme receptividade por parte das autoridades andorranas com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Por meio de contato estreito com a Embaixada de Andorra em Madri, foi possível estabelecer diálogo fluido e cordial com o Principado em assuntos de rotina e de gestões sobre temas multilaterais.

4. Nos mais de cinco anos em que representei o Brasil junto ao Principado, a Embaixada em Madri acompanhou e relatou a Brasília os recentes desenvolvimentos da democracia parlamentar andorrana, baseada na Constituição promulgada em 1993. Desse modo, no período, deram-se três legislaturas andorranas e segui duas eleições gerais no país: em abril de 2011, quando assume o partido de centro-direita "Dèmocrates de Andorra" liderado pelo Chefe de Governo, Antoni Martí Petit, sucedendo o governo social-democrata de Jaume Bartumeu Cassany (2009-2011); bem como sua reassunção, com nova maioria no Parlamento (Consell General), nas recentes eleições de março de 2015.

5. A Embaixada pode acompanhar, no período, os esforços dos últimos governos no sentido de promover reformas econômicas que mitigassem os efeitos da profunda crise econômica que afetou os países vizinhos - e, em particular, a Espanha-, por meio de reforma da administração pública e da reformulação do modelo produtivo do país fortemente centrado nos setores financeiro e turístico.

6. Um dos episódios mais importantes das relações bilaterais entre Brasil e Andorra consistiu na organização da visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília. Em 30 de abril de 2013, o Ministro andorrano manteve encontros no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério do Turismo, com vistas a passar em revista as relações bilaterais e explorar campos de cooperação bilateral. Nessa ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo entre Brasil e Andorra.

7. O turismo é uma das principais atividades econômicas de Andorra, e representa a principal fonte de renda nacional. A experiência adquirida por Andorra na promoção e

prestação de serviços turísticos representa agenda de contatos bilaterais de grande potencial, sob os parâmetros do Memorando de Entendimento supramencionado.

8. Motivam, ainda, seguimento, as repercussões dos esforços do governo andorrano de normatização da condição fiscal internacional de Andorra, desde que o país deixou de figurar na "lista negra" de paraísos fiscais da OCDE. No plano bilateral, encontra-se em negociação Acordo em Matéria de Intercâmbio de Informações Fiscais (TIEA). O acordo está em exame pelo lado brasileiro.

9. Cumpre notar que, apenas em 1993, Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas. Nesse contexto, a Embaixada acompanha os esforços de adequação do Principado ao acervo de diplomas multilaterais sobre os mais diversos temas, atuando no sentido de favorecer a incorporação do país pirenaico, a exemplo do pedido de apoio à sua adesão à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Menores.

10. Ainda com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular e as excelentes relações bilaterais culminaram em positivos réditos em termos de apoios logrados pelo Brasil para candidaturas a cargos multilaterais. Com efeito, durante minha gestão, observo consistente respaldo do Governo de Andorra aos mais distintos pleitos brasileiros, como pedidos de apoio para Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC); Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI); Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Tribunal Penal Internacional; Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT); Programa Hidrológico Internacional (UNESCO), entre outros.

11. Participei, em algumas ocasiões, da cerimônia da data nacional de Andorra, 14 de março, oportunidades nas quais pude manter contato com Ministros de Estado de Andorra e com os Embaixadores residentes naquele país (Espanha, Portugal e França). Em março de 2011, fui recebido pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, Xavier Espot.

12. Em junho de 2011, realizei visita de cortesia ao novo Chanceler Gilbert Saboya. Na ocasião, realizei gestão em favor da candidatura de José Graziano à Diretoria-Geral da FAO; e mantive agenda de reflexão sobre cooperação nos foros multilaterais e possibilidades de cooperação bilateral, sobretudo à luz do potencial de incrementar o intercâmbio comercial. Coloquei o Setor de Promoção Comercial da Embaixada à disposição do Principado para que fossem exploradas iniciativas bilaterais no campo comercial e sugeri que empresários andorranos passassem a participar de eventos sobre investimentos no Brasil realizados na Espanha, especialmente em Barcelona.

13. Acompanhei, desde seu início, o processo ainda em curso de negociação de acordo de associação entre a União Europeia e Andorra, com vistas a permitir a redução de barreiras ao comércio e à livre circulação de pessoas.

14. A Embaixada tem mantido, em base regular, diálogo com Andorra em matéria de cooperação judicial internacional, por meio da tramitação de Cartas Rogatórias que solicitam diligências judiciais.

15. Ademais dos contatos com a Embaixada de Andorra em Madri, o Posto vale-se de acompanhamento periódico dos principais veículos de imprensa do Principado, a saber o "Diari D'Andorra", o "El periodíc D'Andorra", o "Bondia" e o "Més", todas publicações em língua catalã.

16. Não se identificam dificuldades específicas nas relações entre Brasil e Andorra, em virtude da pauta positiva que une os dois países. Em razão das pequenas dimensões do país e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos. A título de ilustração, note-se que Andorra possui apenas oito representações diplomáticas no exterior o que supõe naturalmente um grande escopo de atuação bilateral e multilateral por parte de seus oficiais diplomáticos.

17. A interlocução fluida com a Embaixada de Andorra em Madri em muito contribuiu para facilitar as comunicações com as autoridades andorranas, de modo que se verifica perfeita compatibilidade das atribuições da Embaixada do Brasil em Madri junto, cumulativamente, ao Principado de Andorra.

18. Andorra participa, desde 2005, das Reuniões de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, de forma que esses encontros podem criar oportunidade de encontros de alto nível para fortalecer os laços bilaterais. Andorra participa, por meio de contribuição financeira, em projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano.

19. Ainda no plano da Comunidade Ibero-americana, cumpre notar que a capital de Andorra, Andorra La-Vella, foi escolhida como capital ibero-americana da Cultura para 2016, o que poderá proporcionar oportunidades de atividades conjuntas no âmbito cultural.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 38, DE 2015

(Nº 187/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

EM nº 00200/2015 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

CPF.: 548.539.407-82

ID.: 8112 MRE

1960 Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1981	CPCD - IRBr
1985	Direito pela Universidade de Brasília/DF
1988	CAD - IRBr
2001	CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica

Cargos:

1982	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1993	Primeiro-Secretário, por merecimento
1998	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, merecimento

Funções:

1983-86	Divisão de Política Comercial, assistente
1986-90	Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1989	Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
1990-93	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1990	Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
1993	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1993-95	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
1995	Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
1995-99	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1999-2001	Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
1999	II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação
1999	III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
2000	Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001	Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001-03	Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas, Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral
2003-05	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2005-06	Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe
2006-08	Departamento de Energia, Diretor
2007	I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da delegação
2008-10	Embaixada em Caracas, Embaixador
2009-11	LXXVIII a LXXXV Reuniões Ordinárias do Grupo Mercado Comum, Assunção, Brasília, Buenos Aires e Montevideú, Chefe da delegação
2010-	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário-Geral
2010-15	Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC
2010-13	Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional
2010	Reunião de Altos Funcionários e Reunião de Chanceleres da Cúpula da Unidade da América Latina e do

	Caribe, Cancun, Chefe da delegação
2010	Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti
2011	Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Haiti, Nova York, Chefe de Delegação
2011	Reuniões de Coordenadores Nacionais da CELAC, Chefe de Delegação. (2011-2015)
2013	Representante do Ministério das Relações Exteriores no Encontro Nacional de Comércio Exterior - ENAEX 2013. Rio de Janeiro.
2013	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Paramaribo, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Puerto Ayora, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Prioridades e Estratégias da UNASUL, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Brasília, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Visão Estratégia da UNASUL, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Guayaquil, Chefe de Delegação.
2015	Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, São José da Costa Rica, Chefe de Delegação.

Condecorações:

1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
2001	Medalha do Pacificador, Brasil
2003	Ordem ao Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2010	Ordem Francisco de Miranda, Generalíssimo
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

2001	O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
2002	A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
2003	Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
2007	"Biofuels will help fight hunger", International Herald Tribune, Nova York
2011	"Integração: sonho e realidade na América do Sul", FUNAG, Brasília
2012	"Eu sou da América do Sul", FUNAG, Brasília.

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ESPAÑA



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVA

Março de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.370 km ²
POPULAÇÃO	47 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral: Congresso dos Deputados (<i>Congreso de los Diputados</i>) e Senado (<i>Senado</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente do Governo Mariano Rajoy (desde 2011)
CHANCELER	José Manuel García-Margallo (desde 2011)
PIB nominal	US\$ 1,459 trilhão (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB PPP (est. 2014, FMI)	US\$ 1,466 trilhão (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (est. 2014, FMI)	US\$ 31.215 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP per capita	US\$ 31.375 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,31% (2014); -1,22% (2013); -1,64% (2012); 0,05% (2011); -0,2 (2010); -3,7 (2009); 0,9 (2008)
IDH	0,885 - 23º lugar (Brasil: 0,744/79º)
EXPECTATIVA DE VIDA	81,6 anos (Brasil: 73,8)
ALFABETIZAÇÃO	97,9% (Brasil: 90,3%)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Manuel de la Cámara Hermoso
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	81.132 (segundo Instituto Nacional de Estatística da Espanha)

Brasil-Espanha	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	3.761,5	5.319,8	6.546,5	4.619,3	6.667,5	8.004,5	7.206,9	8.032,5	7.165
Exportações	2.330,4	3.476,3	4.074,5	2.663,7	3.893,8	4.705,5	3.663,4	3.546,2	3.255
Importações	1.431,1	1.843,5	2.472,1	1.955,6	2.773,7	3.299,0	3.543,4	4.486,3	3.910
Saldo	899,3	1.632,8	1.602,4	708,1	1.120,1	1.406,5	120,0	-940,1	-655

PERFIS BIOGRÁFICOS

Felipe VI
Rei da Espanha



Dom Felipe de Borbón y Grecia nasceu em Madri, a 30 de janeiro de 1968. Graduado em Direito pela Universidade Autônoma de Madri, também conta com formação em pilotagem de helicópteros pela Academia Aeronáutica de San Javier. Em 1995, concluiu Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

Na condição de Príncipe de Astúrias, realizou uma série de visitas internacionais, com papel muito ativo na promoção dos interesses econômico-comerciais da Espanha. Atuou também com protagonismo na difusão da língua espanhola.

Com a abdicação de seu pai, o Rei Juan Carlos I, em 18 de junho de 2014, tornou-se Rei da Espanha, assumindo o nome de Felipe VI.

Mariano Rajoy
Presidente do Governo da Espanha



Nasceu em Santiago de Compostela, na Galícia, em 27 de março de 1955.

Após a conclusão do curso de Bacharel em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, aos 23 anos, tornou-se o mais jovem notário público da Espanha. Aos 26 anos, foi eleito Deputado para o Parlamento local da Galícia pela Aliança Popular (atual Partido Popular). Em 1983, foi eleito vereador em Pontevedra (Galícia). Foi eleito deputado nacional em todas das eleições legislativas desde 1986.

Em 1996, dirigiu a campanha de José Maria Aznar à Presidência de Governo da Espanha. Após a vitória, chefiou diversos ministérios: Administrações Públicas (1996-1999), Educação e Cultura (1999-2000), Interior (2001-2002), Porta-Voz e Ministro da Presidência (2002-2003).

Em 2004, tornou-se Presidente do Partido Popular e líder da oposição no Congresso dos Deputados. Nessa condição, foi candidato à Presidência do Governo nas eleições de 2004 e 2008. Novamente candidato em 2011, foi eleito e tomou posse como Presidente do Governo em 21 de dezembro do mesmo ano.

José Manuel García-Margallo y Marfil
Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação



Nasceu a 13 de agosto de 1944, em Madri. É bacharel em Direito pela Universidade de Deusto (1965), mestre em Direito pela Universidade de Harvard (1972) e doutor em Direito pela Universidade Miguel Hernández (2002). Tornou-se Inspetor de Finanças em 1968. Elegeu-se Deputado em 1977 e desempenhou a função de Diretor-Geral de Desenvolvimento Comunitário do Ministério da Cultura entre 1977 e 1979. Foi Presidente da Comissão de Petições do Congresso entre 1979 e 1982. Ocupou o cargo de Porta-voz de Economia e Fazenda nos períodos 1986-1989; 1989-1993 e 1993-1994. A partir de 1990 passou, também, a advogar.

Foi eleito Eurodeputado pelo Partido Popular para o período entre 1994 e 2011. No Parlamento Europeu, exerceu as funções de Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Monetários (1994-1999); Vice-Presidente da Delegação para América Central e Cuba (1994-2004); e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (1999-2004).

Em 21 de dezembro de 2011, foi nomeado Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se, formalmente, com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve um estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX, e pela elevação a embaixada da Legação do Brasil na Espanha, em 1933.

Além dos vínculos históricos, culturais e políticos, a relação bilateral beneficiou-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação e, em momento de crise econômica espanhola, o Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas.

Apesar de denso, o relacionamento Brasil-Espanha ressentia-se da inexistência de foro estruturado de consultas, que ajudasse a planejar, coordenar, acompanhar e balizar a relação entre os dois países. Em 2003, por ocasião da visita do então Presidente de Governo José María Aznar ao Brasil, foi assinado “Acordo de Parceria Estratégica”, que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de diversos grupos de trabalho. Da mesma forma, em 2005, foi adotado “Plano de Ação”, que previa reuniões anuais dos Presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das Chancelarias, e encontros em diversos níveis da administração pública.

Durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012, foi criado mecanismo de consultas, que dinamizou o diálogo político e garantiu mais rápida avaliação relação bilateral. Durante a visita do Ministro Luiz Alberto Figueiredo a Madri, em março de 2014, inaugurou-se a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha – fórum regular de consultas entre os Chanceleres de ambos os países.

O diálogo político beneficia-se da convergência na maioria dos temas da agenda internacional. Há, ainda, espaço para melhor coordenação política e maior troca de informações sobre América Latina e Europa.

Na esfera bilateral, há possibilidades efetivas de cooperação em educação; ciência, tecnologia e inovação; no âmbito técnico e humanitário; e nas áreas jurídica e policial.

Cooperação Educacional

A cooperação educacional entre Brasil e Espanha apoia-se em três pilares: (i) os numerosos convênios bilaterais diretos entre

universidades brasileiras e espanholas; (ii) acordo para concessão de bolsas entre a CAPES e a Fundação Carolina; e, mais recentemente, (iii) o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Em fevereiro de 2012, chegou à Espanha o primeiro grupo de estudantes brasileiros bolsistas do programa CsF. Na primeira grande chamada de graduação do CsF para a Espanha, para o ano letivo 2012/2013, foram mais de 1.600 bolsistas. Desde a primeira edição do programa até o início de 2015, entre graduação, doutorado sanduíche e doutorado pleno, foram concedidas 4.408 bolsas em 44 universidades espanholas. A Espanha ocupa o 5º lugar como destino de estudantes brasileiros do programa.

Os acordos diretos de intercâmbio de professores e alunos entre Universidades brasileiras e espanholas assumem diversas formas, sendo as principais por intermédio do Programa Erasmus Mundus e aquelas resultantes das atividades do Grupo Tordesillas (que inclui Portugal). As áreas mais destacadas de tais acordos são engenharias e humanidades.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mantém com a Fundação Carolina, desde 2010, acordo para a concessão de bolsas de parte a parte, sobretudo nas modalidades de pós graduação sanduíche. Desde o início das atividades da Fundação Carolina, em 2001, foram concedidas 1.190 bolsas para brasileiros. A Fundação também reserva, dentro de suas convocatórias anuais de bolsas para cidadãos latino-americanos, cerca de 30 bolsas para professores brasileiros.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)

Em 2008, foi assinado Plano de Ação em Ciência e Tecnologia, com as seguintes áreas relevantes identificadas por centros de tecnologia brasileiros e espanhóis: tecnologia da informação, nanotecnologia e nanomedicina, engenharia biomédica, biotecnologia, pesquisa biomédica translacional, energias renováveis e biocombustíveis, agricultura e pecuária, hidrogeologia, atividades aeroespaciais, tecnologias em matéria de saúde e cooperação entre museus e centros de ciências.

A cooperação em nanotecnologia ganhou especial impulso, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012. Seus primeiros resultados foram: i) a participação de 16 pesquisadores de diferentes Universidades e Centros de Pesquisa brasileiros no "Workshop Brasil-INL de Nanotecnologia", na sede do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, localizado na cidade de Braga (Portugal), em abril de 2012; e ii) a participação brasileira na mais recente reunião (Salamanca, março de 2013) da "Latin Laser Lab", rede de pesquisadores latino-americanos e europeus para o

desenvolvimento científico e tecnológico de lasers ultrapequenos e ultrarrápidos.

Cooperação Técnica e Humanitária

A cooperação trilateral entre Brasil e Espanha é gerenciada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela "Agencia Española de Cooperación Internacional al Desarrollo" (AECID).

Destacam-se os seguintes projetos e ações, alguns já concluídos: (a) Cooperação Técnica Brasil-Espanha em Benefício da Bolívia, nas áreas de Água Potável e Esgotamento Sanitário; (b) Projeto de Reflorestamento da Bacia do Mapou, no Haiti; (c) Fortalecimento Institucional da Procuradoria-Geral do Uruguai; (d) Ação Humanitária em Cuba, Haiti e Honduras, com doação de alimentos após a ocorrência de furacões; e (e) Doações de alimentos provenientes de estoques públicos brasileiros, no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a países africanos em situação de grave insegurança alimentar.

Em setembro de 2013, o Diretor da ABC reuniu-se em Brasília com delegação da AECID, encontro que procurou relançar as bases da cooperação entre os dois países, com mudança do paradigma tradicional "norte-sul" para cooperação na qual os dois países atuem no mesmo nível.

Cooperação Jurídica e Policial

O Brasil possui longa tradição histórica de cooperação em matérias jurídicas com a Espanha. O primeiro Tratado bilateral de Extradução foi firmado em 1872 vigorou até 1914.

Atualmente, os principais instrumentos em vigor são: i) Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal, firmado em 2006; ii) Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, firmado em 1989; iii) Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em 1996.

Brasil e Espanha desenvolvem crescente trabalho também na área de cooperação policial e combate à criminalidade. Foi estabelecido, em 2011, Oficialato de Ligação na Espanha e, em 2012, Representação Policial na Embaixada do Brasil em Madri.

As iniciativas visam a intensificar a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais e em outros temas bilaterais como colaboração em atividades de inteligência.

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil na Espanha é ampla, contando com três postos (Embaixada e Consulado-Geral em Madri e Consulado em Barcelona) e treze Consulados Honorários (Las Palmas de Gran Canaria,

Málaga, Santander, Sevilha, Tarragona, Valencia, Tenerife, Granada, Santiago de Compostela, Alicante, Palma de Mallorca, San Sebastián e Bilbao).

Segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE), 81.132 brasileiros residiam, de forma regular ou não, na Espanha em 2014. O tamanho da comunidade brasileira nesse país atingiu um pico em 2009, com 126.185 pessoas e, nos últimos anos, vem diminuindo continuamente, em razão da redução de oportunidades de trabalho e da menor oferta de serviços de saúde pública para migrantes em situação irregular. O perfil socioeconômico dos imigrantes brasileiros é variado, destacando-se trabalhadores não-manuais em atividades de rotina (27,9%), trabalhadores domésticos (21,2%), estudantes (13,4%) e assalariados em atividade qualificada (9,5%).

Até 2012, a inadmissão de brasileiros foi o principal tema de vertente consular das relações Brasil-Espanha. A fim de equacionar a questão, realizou-se, no mesmo ano, em Madri, a Reunião Bilateral sobre Assuntos Migratórios, quando se obteve a facilitação de procedimentos de entrada. A partir de então, há intercâmbio constante entre autoridades consulares de ambos os países e compartilhamento de informações sobre novos requisitos de ingresso. Em razão dessas medidas, o número de inadmissões tem-se reduzido significativamente.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Espanha.

POLÍTICA INTERNA

A Espanha é uma monarquia com sistema parlamentarista de governo. O Parlamento é denominado “Cortes Gerais” e se compõe de duas casas, o Senado e o Congresso dos Deputados. O Senado é uma câmara de representação territorial, para a qual cada província elege quatro senadores, por sufrágio universal, direto e secreto. O Congresso dos Deputados é câmara de representação popular, composta por no mínimo 300 e no máximo 400 deputados, eleitos também por sufrágio universal, direto e secreto, para um período de quatro anos. As eleições atendem a critérios de representação proporcional.

O Presidente de Governo Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP), foi eleito em novembro de 2011, sucedendo a José Luiz Rodríguez Zapatero, do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), que governou a Espanha entre 2004 e 2011. Com a vitória de Rajoy, o PP alcançou a maior

concentração de poder de um partido político espanhol no período pós-Transição. Além de contar com maioria no Congresso (185 deputados de um total de 350, e 161 senadores de um total de 265), o PP governa 11 das 17 Comunidades Autônomas da Espanha e administra 35 das 50 capitais de província.

Desde que assumiu o Governo, Rajoy teve como principal desafio a superação da crise econômica que afeta a Espanha e faz com que um de cada quatro cidadãos em idade economicamente ativa esteja desempregado. Utilizando-se de sua ampla maioria parlamentar, o Governo Rajoy procurou combater a crise por meio de ajustes que envolveram reformas legislativas (laboral, previdenciária e sanitária, entre outras) e aumento de impostos. Em 2014, ao completar três anos de legislatura, o Governo do PP experimentou forte desgaste político em razão dos custos sociais da crise e dos ajustes econômicos, bem como de denúncias de corrupção.

Os socialistas espanhóis, que governaram a Espanha entre 1982-1996, com Felipe González, e entre 2004-2011, com José Luiz Rodrigues Zapatero, também enfrentam grandes dificuldades políticas. Sofreram a pior derrota de sua história nas eleições gerais de 2011 e tiveram desempenho modesto nas eleições para o Parlamento europeu, em maio de 2014.

As crises que alcançam o PP e o PSOE contribuíram para a ascensão de uma nova força política, o “Podemos”. Forjado no seio do “Movimento dos Indignados” (2011), o novo partido articula-se por meio de redes sociais e já conta com mais 200 mil filiados, majoritariamente jovens oriundos das classes médias urbanas. Apresenta-se de forma inovadora, financia-se mediante doações do tipo “crowdfunding” e disputa terreno político especialmente com a esquerda tradicional (PSOE e Izquierda Unida, ex-Partido Comunista), defendendo a superação do “déficit democrático” que marcaria a atual política espanhola. Nas eleições europeias de maio de 2014, o Podemos recebeu 1,2 milhão de votos e elegeu cinco eurodeputados.

Em meio às recentes movimentações partidárias, cabe observar a inversão da tendência de desgaste da Monarquia. A abdicação do Rei Juan Carlos em favor de seu filho, Felipe VI, em junho de 2014, abriu espaço para o atendimento dos anseios de renovação da Coroa. Nos primeiros meses de reinado, Felipe VI tem procurado aproximar a Monarquia da cidadania espanhola, manifestando-se publicamente acerca dos efeitos da crise sobre o desemprego, condenando os escândalos de corrupção e fazendo-se presente na questão independentista catalã. Atualmente, o Rei Felipe VI conta com uma taxa de aprovação popular na casa dos 67%.

Nacionalismos catalão e basco

Além da crise econômica e social, o Governo Rajoy encontra um grande desafio nos nacionalismos catalão e basco. O fenômeno dos nacionalismos periféricos permeia a vida política espanhola desde o final do século XIX. Não obstante, como efeito da crise econômica de 2008, o nacionalismo catalão passou por forte recrudescimento a partir de 2012, com a realização de grandes manifestações populares, e passou a adotar postura claramente independentista.

Em dezembro de 2013, o Presidente da Catalunha, Artur Mas, acompanhado pelos líderes dos partidos soberanistas catalães, anunciou a organização de referendo, em novembro de 2014, com as seguintes perguntas: "Quer que a Catalunha seja um Estado", e, em caso positivo, "Quer que a Catalunha seja um Estado independente?" Apesar de o referendo ter sido considerado ilegal pelo Tribunal Constitucional Espanhol, foi realizado pelas autoridades catalãs na forma de um "processo participativo" ("consulta alternativa").

No momento, se não totalmente impossível, a independência catalã é bastante improvável. De acordo com pesquisas de opinião, cerca de 40% dos catalães é favorável à independência (há grande número de indecisos). Uma Catalunha independente seria, ao menos em um primeiro momento, excluída da União Europeia, entidade para a qual deveria solicitar pedido de admissão como novo estado.

A situação basca é distinta da catalã no que diz respeito ao relacionamento com Madri. Apesar do forte discurso separatista, o Partido Nacionalista Basco (PNV), que governa o País Basco, parece ter optado, pelo menos no momento, por um caminho mais pragmático que envolva a tradicional busca de vantagens que, paulatinamente, aumentem a autonomia basca.

A realidade política do País Basco também se beneficia do fim do uso da violência por parte do ETA desde 2011. O grupo, no entanto, não se dissolveu nem tampouco entregou as armas, preferindo, conclamar uma negociação com o governo espanhol para discutir as "consequências do conflito", tema que envolve os ex-membros do ETA que cumprem pena em diversos presídios da Espanha.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa espanhola prioriza o relacionamento com a União Europeia e os Estados Unidos. Merecem destaque, ainda, as relações com (i) os países da América Latina (com destacado peso para Brasil e México), no contexto da promoção da Comunidade Ibero-Americana; e (ii) os países que compartilham a Bacia do Mediterrâneo, sobretudo os sócios do Norte da África (Marrocos, em particular). A atuação na África, Ásia e Oriente Médio estão marcadamente orientadas pela busca de fortalecimento do diálogo político e pela promoção da “Marca España”, dedicada ao fomento da imagem, produtos e serviços prestados por empresas espanholas no exterior.

A eleição da Espanha para assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2015-2016, representa a principal conquista da política externa do Governo de Mariano Rajoy, iniciado em dezembro de 2011. A Espanha deverá experimentar, na condição de membro do CSNU, significativo aumento da exposição internacional, especialmente se comparado aos dois primeiros anos do Governo do Partido Popular, dedicados precipuamente à gestão da crise econômica e às relações no âmbito da União Europeia.

Além disso, constituíram fatos relevantes para a política externa espanhola, em 2014, (a) a realização, em setembro, da Conferência Internacional sobre a Líbia; (b) a inflexão de sua posição sobre o diálogo de paz no Oriente Médio, com a aprovação pelo Congresso de moção em favor do reconhecimento do Estado Palestino; (c) o processo de retomada das relações com Cuba, com a visita, em dezembro, do Chanceler García-Margallo a Havana; (d) visitas do Presidente de Governo Mariano Rajoy, em janeiro, aos Estados Unidos e, em setembro, à China.

Casa Real

A abdicação do Rei Juan Carlos I tem relevância para a política externa, tendo em vista a importância do papel exercido pela Coroa na interlocução com sócios tradicionais, especialmente com várias famílias reais no Oriente Médio. Felipe VI, enquanto Príncipe das Astúrias, dedicou-se a tecer laços com lideranças latino-americanas e representava seu país com assiduidade nas cerimônias de posse presidencial na região, inclusive na primeira posse da Presidenta Dilma Rousseff em 2011.

Após participar da abertura da 69ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2014, onde apelou por um voto de confiança da comunidade internacional pela candidatura espanhola ao CSNU, Felipe VI e a Rainha Letizia empreenderam ciclo de visitas de apresentação, que, entre outubro e

dezembro, incluiu Países Baixos, Luxemburgo, Bélgica, Itália e Alemanha. A agenda de compromissos oficiais em 2014 envolveu, por fim, em dezembro, a participação na Cúpula Ibero-Americana de Veracruz.

União Europeia

Com os indicadores de paulatina recuperação na economia espanhola e uma vez superada a “ameaça de resgate”, Madri acredita ter chegado o momento de assumir papel mais decisivo na construção do projeto de integração europeu, tema prioritário da política externa espanhola, segundo o Chanceler e ex-eurodeputado José Manuel García-Margallo. Em paralelo ao impulso multilateral, a diplomacia espanhola ainda busca reverter o que considera uma sub-representação no sistema europeu, esforçando-se para aumentar o número de espanhóis em altos cargos em Bruxelas. A nomeação de Miguel Arias Cañete, ex-Ministro da Agricultura, para o cargo de Comissário de Energia e Mudança Climática foi recebida com agrado pelo Governo espanhol. Outro tema de particular ativismo espanhol no âmbito comunitário diz respeito aos custos incorridos pelos países europeus mediterrâneos para fazer frente à pressão migratória no espaço Schengen nos últimos cinco anos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A crise financeira internacional iniciada em 2008 teve efeitos extremamente negativos para a economia espanhola. No período anterior de crescimento econômico (1996-2007), houve acúmulo de desequilíbrios, estimulados principalmente pelos vastos recursos disponibilizados pela União Europeia (UE). Esses desequilíbrios figuram em questões como o sobredimensionamento de infraestruturas (linhas de trem de alta velocidade, aeroportos, estradas, etc.); o excesso de exposição e insuficiente capitalização do setor bancário; e o superaquecimento do setor imobiliário.

O grande aumento do endividamento público e privado, em contexto de desaceleração econômica internacional, passou a gerar incertezas quanto à solvência da economia espanhola, abrindo espaço para trajetória de expressiva elevação do diferencial de rentabilidade entre os títulos da dívida espanhola de dez anos e os da dívida alemã, usada como referência.

Ainda em 2010, o então Presidente de Governo José Luiz Rodrigues Zapatero, do Partido Socialista, deu início ao processo de reformas, mantido e aprofundado pelo atual Presidente Mariano Rajoy, do Partido Popular, que começou sua administração com aumento de impostos e cortes orçamentários. A persistente desconfiança em relação às contas públicas e, principalmente, ao estado do setor bancário, levou a crise econômica espanhola a um momento crítico em maio de 2012, quando a taxa de risco do país atingiu o nível máximo registrado desde a adoção do euro.

Nesse contexto, foi aprovada pelo Eurogrupo, em junho de 2012, linha de crédito de até EUR 100 bilhões, para mitigar os temores sobre a solvência do setor bancário, a serem transferidos por meio do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), sucedido pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Desse total, foram desembolsados EUR 41,3 bilhões, de uma linha de crédito encerrada em janeiro de 2014, quando a economia espanhola passou a dar sinais de recuperação.

Atualmente, de acordo com os últimos dados oficiais disponíveis, a Espanha já acumula quatro trimestres consecutivos de crescimento econômico (1,2% interanual). No segundo trimestre de 2014, houve aumento de 0,6% do PIB, o ritmo mais elevado já registrado desde o quarto trimestre de 2007. O crescimento econômico registrado em 2014, de 1,3%, é um dos melhores resultados entre as economias da zona do euro. Segundo a OCDE, a expectativa de crescimento do país é de 1,7% em 2015 e de 1,9% em 2016.

A desaceleração da economia europeia, particularmente da Alemanha e da França, pode, no entanto, criar dificuldades para que a Espanha consolide o crescimento de sua economia, razão pela qual o Governo vem anunciando uma série de medidas de incentivo às exportações e à promoção das empresas espanholas no exterior.

A recuperação econômica espanhola, no entanto, não tem contribuído significativamente para a redução da taxa de desemprego, que permanece em torno de 24% (em 2013, a taxa registrada foi de 26,03%). Para os trabalhadores com menos de 25 anos de idade, o índice de desemprego é ainda mais expressivo, 53,7%. Não obstante, em 2014, o país foi capaz de gerar empregos pela primeira vez em sete anos, interrompendo a série de seis anos consecutivos de aumento do desemprego.

Outro fator negativo do período pós-crise é constituído pelo aumento da dívida externa, que chegou a superar, em 2014, a marca histórica de 1 trilhão de euros, equivalente a 100% do PIB, o maior endividamento relativo em cem anos (antes da crise, em 2007, a proporção era de 36%). Será preciso gerar contínuos superávits para que a Espanha possa honrar o pagamento da dívida, fortemente concentrada no setor público. Some-se a isso a baixa inflação registrada, que terminou o ano de 2014 próxima de 0%, o que impede a desvalorização do componente nominal da dívida.

Comércio exterior

A balança comercial espanhola é tradicionalmente deficitária. Observa-se, no entanto, sensível redução do déficit em transações comerciais de bens, que em 2013 limitou-se a US\$ 21,3 bilhões. No acumulado de 2014, porém, o déficit voltou a registrar tendência de deterioração, atingindo US\$ 30,7 bilhões. O aumento do déficit é visto como reflexo da retomada do consumo interno, que pressiona as importações, em um contexto de leve queda do desemprego.

Entre 2009 e 2013, as exportações de mercadorias espanholas cresceram 39,4%. No acumulado de janeiro a novembro de 2014, as exportações continuaram assinalando boa evolução, traduzida no incremento de 2,7% sobre o mesmo período de 2013. Em termos geográficos, as vendas são fortemente concentradas em direção aos vizinhos europeus, sobretudo França (15,9% de participação no total), Alemanha (10,5%), Portugal (7,4%), Itália (7,1%) e Reino Unido (7,0%). No mesmo período, as importações expandiram-se 15,6%. No acumulado de 2014, os principais países supridores da demanda externa da Espanha foram: Alemanha (13,1% do total); França (11,7%); China (6,1%); Itália (6,0%); Países Baixos (4,7%); Reino Unido (4,3%); Portugal (3,8%).

O comércio de bens entre o Brasil e a Espanha cresceu 7,9% entre 2010 e 2014. Observe-se, porém, que esse crescimento deveu-se sobretudo ao desempenho das importações, uma vez que as exportações para a Espanha decresceram no período. Em valores monetários, o intercâmbio evoluiu de US\$ 6,641 bilhões, em 2010, para US\$ 7,165 bilhões, em 2014. As trocas, em 2014, experimentaram retração de 10,8% em relação a 2013. O enfraquecimento do fluxo comercial, no último ano, refletiu tanto perda de dinamismo pelo lado das exportações brasileiras, quanto decréscimo no montante adquirido pelo Brasil no mercado espanhol. No que tange ao resultado final das transações, a balança comercial com a Espanha reverteu tendência superavitária para o Brasil, resultando na acumulação de déficits para o lado brasileiro nos dois últimos anos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA

Anos	Eventos
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril
1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo ditatorial do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia
1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas
2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha

2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2012	Espanha passa por grave crise econômica, atingindo novo recorde de desemprego, com 25,2%, o que representa 5,77 milhões de pessoas (26/10)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada
1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradicação entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Rodríguez Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa
2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidenta Dilma Rousseff visita a Espanha

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	30/04/1870
Convenção de Arbitramento	08/04/1909	29/06/1911
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/11/1949	22/02/1954
Acordo Cultural	25/06/1960	01/06/1965
Acordo de Migração	27/12/1960	10/06/1964
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975
Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	02/04/1993
Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990
Tratado de Extradicação	02/02/1988	30/06/1990
Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988	26/04/1988	05/10/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	13/04/1989	31/07/1991
Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções	13/04/1989	27/07/1992
Convênio de Seguridade Social	16/05/1991	01/12/1995
Tratado Geral de Cooperação e Amizade	23/07/1992	06/07/1994
Tratado sobre Transferência de Presos	07/11/1996	22/04/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	18/04/1997	20/05/1998
Ajuste Complementar relativo à Realização da Terceira Edição do curso Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências	14/05/1998	17/06/1998
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-sustentado da Região Semi-árida brasileira	19/02/2002	26/08/2002
Convênio Complementar ao Convênio de	14/05/2002	Em ratificação

Seguridade Social		
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre o Brasil e a Espanha	22/05/2006	01/02/2008
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	31/08/2011
Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	07/04/2009
Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	16/11/2009
Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	10/11/2009
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/07/2012	Tramitação CN
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	23/08/2013	Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

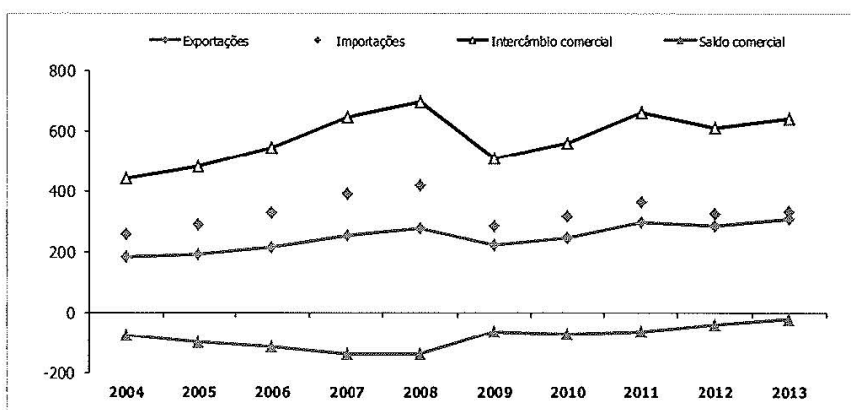
Evolução do Comércio Exterior da Espanha⁽¹⁾ US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	182,7	17,1%	259,3	24,3%	442,2	21,3%	-76,5
2005	192,8	5,5%	289,6	11,7%	482,5	9,1%	-96,8
2006	214,1	11,0%	330,0	13,9%	544,1	12,8%	-115,9
2007	253,8	18,5%	391,2	18,6%	645,2	18,6%	-137,5
2008	279,2	10,0%	418,7	7,0%	698,1	8,2%	-139,5
2009	223,1	-20,1%	287,5	-31,3%	510,4	-26,9%	-64,4
2010	246,3	34,8%	315,5	21,7%	562,2	27,1%	-69,3
2011	298,2	21,1%	362,8	15,0%	661,2	17,6%	-64,7
2012	285,9	-4,1%	325,8	-10,2%	611,7	-7,5%	-39,9
2013	311,0	8,8%	332,3	2,0%	643,3	5,2%	-21,3
2014(jan-nov)	299,4	2,7%	330,1	6,1%	629,5	4,5%	-30,7
Var. % 2004-2013	70,2%		28,2%		45,5%		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

(n.c.) Dado não calculado.



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Direção das Exportações da Espanha		
US\$ bilhões		
US\$ bilhões		
Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
França	47,47	15,9%
Alemanha	31,47	10,5%
Portugal	22,19	7,4%
Itália	21,29	7,1%
Reino Unido	20,89	7,0%
Estados Unidos	12,88	4,3%
Países Baixos	9,20	3,1%
Bélgica	7,57	2,5%
Marrocos	7,14	2,4%
Turquia	5,93	2,0%
...		
Brasil (17ª posição)	3,84	1,3%
Subtotal	189,86	63,4%
Outros países	109,54	36,6%
Total	299,40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

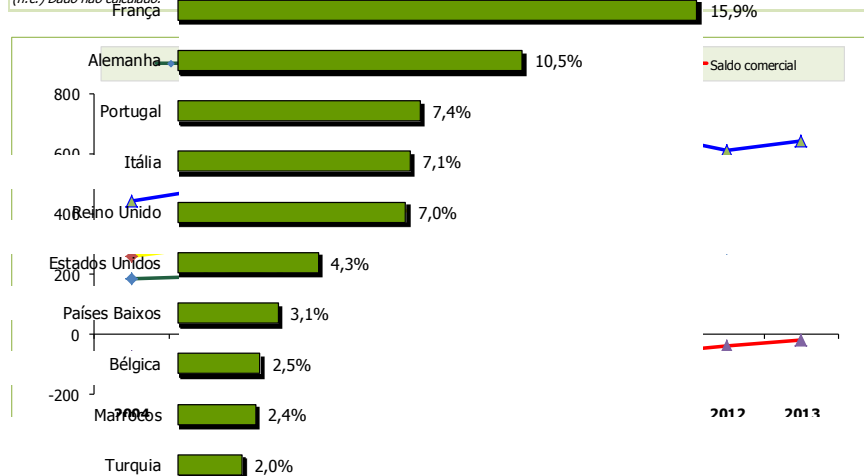
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

2004-2013 **70,2%** **28,2%** **45,5%** **n.c.**

10 principais destinos das exportações

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

(n.c.) Dado não calculado.



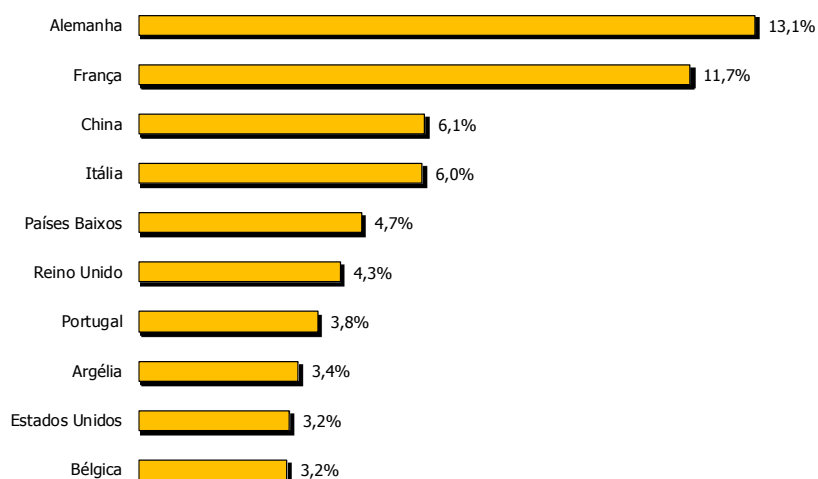
Origem das Importações da Espanha
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
Alemanha	43,24	13,1%
França	38,69	11,7%
China	20,09	6,1%
Itália	19,91	6,0%
Países Baixos	15,64	4,7%
Reino Unido	14,16	4,3%
Portugal	12,56	3,8%
Argélia	11,23	3,4%
Estados Unidos	10,61	3,2%
Bélgica	10,45	3,2%
...		
Brasil (21ª posição)	3,69	1,1%
Subtotal	200,28	60,7%
Outros países	129,81	39,3%
Total	330,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais origens das importações



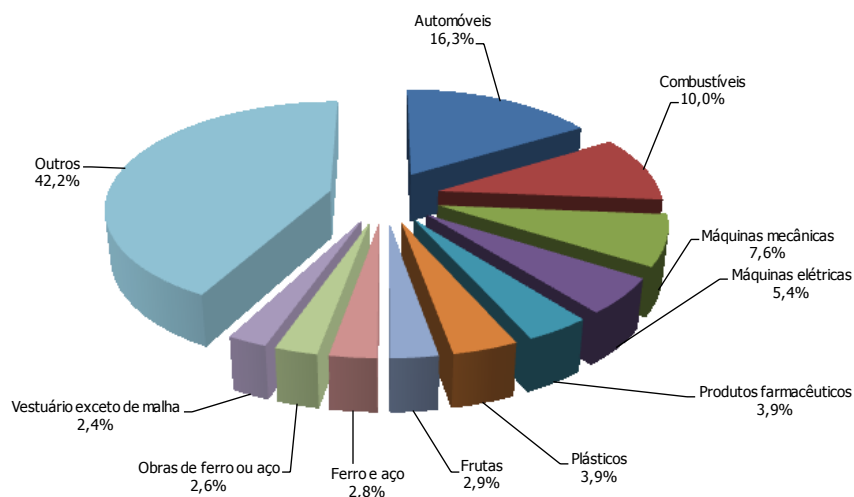
Composição das exportações da Espanha
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
Automóveis	48,95	16,3%
Combustíveis	29,80	10,0%
Máquinas mecânicas	22,76	7,6%
Máquinas elétricas	16,08	5,4%
Produtos farmacêuticos	11,82	3,9%
Plásticos	11,79	3,9%
Frutas	8,59	2,9%
Ferro e aço	8,47	2,8%
Obras de ferro ou aço	7,73	2,6%
Vestuário exceto de malha	7,05	2,4%
Subtotal	173,05	57,8%
Outros	126,35	42,2%
Total	299,40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



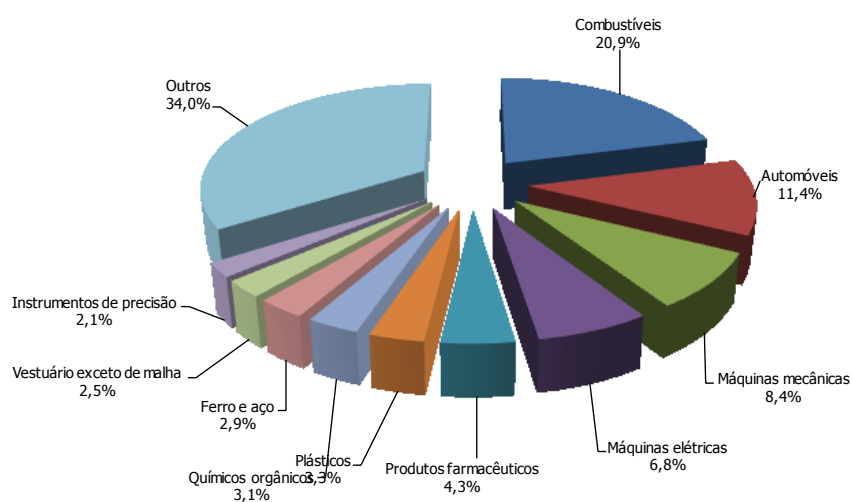
Composição das importações da Espanha
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
Combustíveis	69,14	20,9%
Automóveis	37,54	11,4%
Máquinas mecânicas	27,74	8,4%
Máquinas elétricas	22,58	6,8%
Produtos farmacêuticos	14,32	4,3%
Plásticos	10,87	3,3%
Químicos orgânicos	10,37	3,1%
Ferro e aço	9,70	2,9%
Vestuário exceto de malha	8,36	2,5%
Instrumentos de precisão	7,10	2,1%
Subtotal	217,72	66,0%
Outros	112,37	34,0%
Total	330,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais grupos de produtos importados



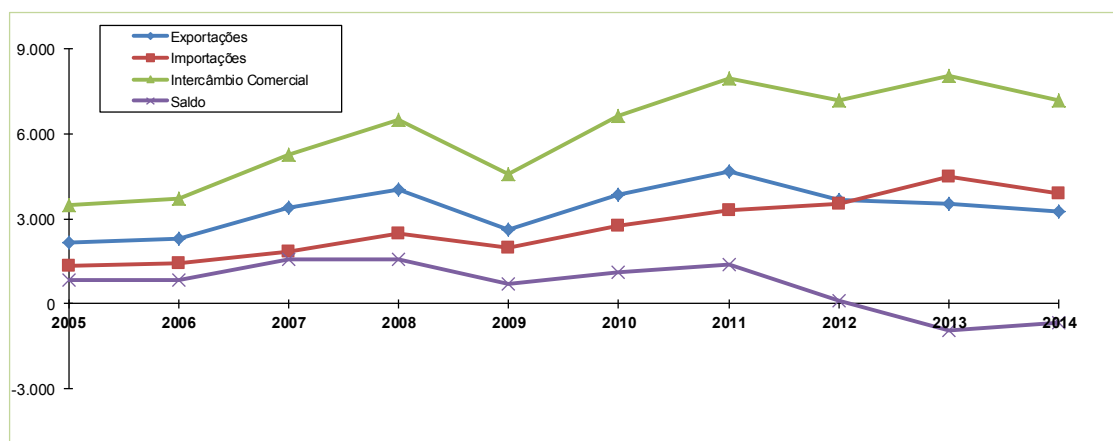
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Espanha
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	2.157	9,0%	1,82%	1.333	13,3%	1,81%	3.490	10,6%	1,82%	825
2006	2.279	5,6%	1,65%	1.431	7,4%	1,57%	3.710	6,3%	1,62%	848
2007	3.405	49,4%	2,12%	1.843	28,8%	1,53%	5.248	41,5%	1,87%	1.562
2008	4.046	18,8%	2,04%	2.472	34,1%	1,43%	6.518	24,2%	1,95%	1.574
2009	2.637	-34,8%	1,72%	1.956	-20,9%	1,53%	4.593	-29,5%	1,64%	682
2010	3.867	46,6%	1,92%	2.773	41,8%	1,53%	6.641	44,6%	1,73%	1.094
2011	4.675	20,9%	1,83%	3.299	19,0%	2,07%	7.974	20,1%	1,65%	1.376
2012	3.663	-21,6%	1,51%	3.543	7,4%	1,59%	7.207	-9,6%	1,55%	120
2013	3.546	-3,2%	1,47%	4.487	26,6%	1,96%	8.033	11,5%	1,67%	-940
2014	3.255	-8,2%	1,45%	3.910	-12,8%	1,71%	7.165	-10,8%	1,58%	-655
2015 (jan)	122	-40,9%	0,89%	346	19,6%	2,05%	468	-5,6%	1,53%	-224
Var. % 2005-2014	50,9%		n.a.	193,4%		n.a.	105,3%		n.a.	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

(n.a.) Critério não aplicável.

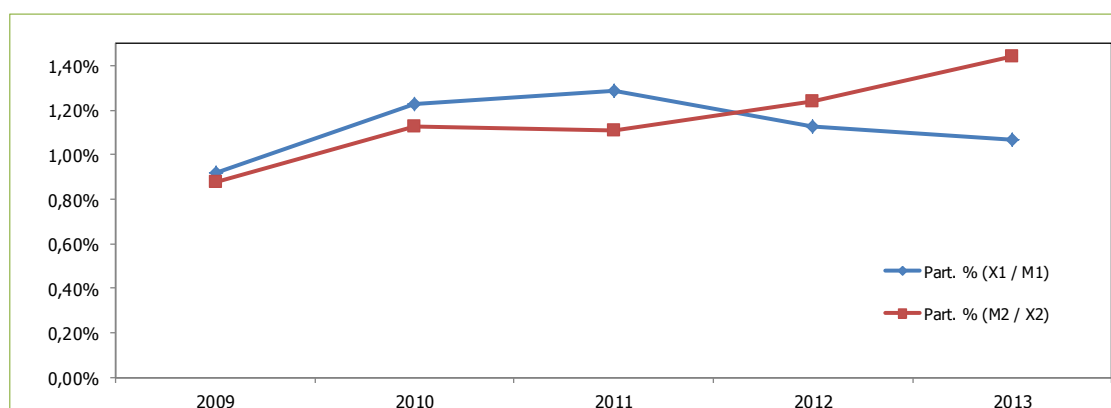
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio da Espanha
US\$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para a Espanha (X1)	2.637	3.867	4.675	3.663	3.546	34,5%
Importações totais da Espanha (M1)	287.502	315.547	362.835	325.835	332.267	15,6%
Part. % (X1 / M1)	0,92%	1,23%	1,29%	1,12%	1,07%	16,3%
Importações do Brasil originárias da Espanha (M2)	1.956	2.773	3.299	3.543	4.487	129,4%
Exportações totais da Espanha (X2)	223.132	246.265	298.171	285.936	310.964	39,4%
Part. % (M2 / X2)	0,88%	1,13%	1,11%	1,24%	1,44%	64,6%

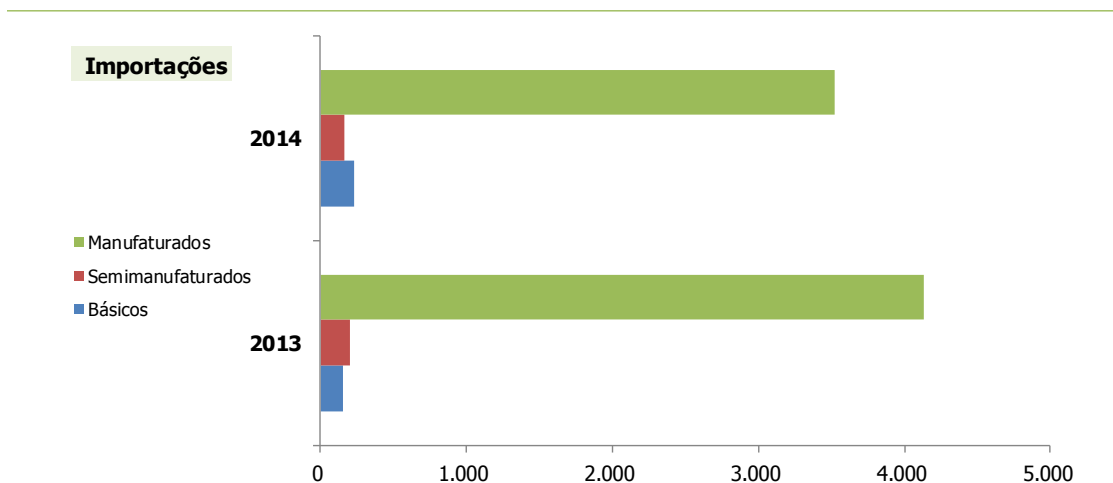
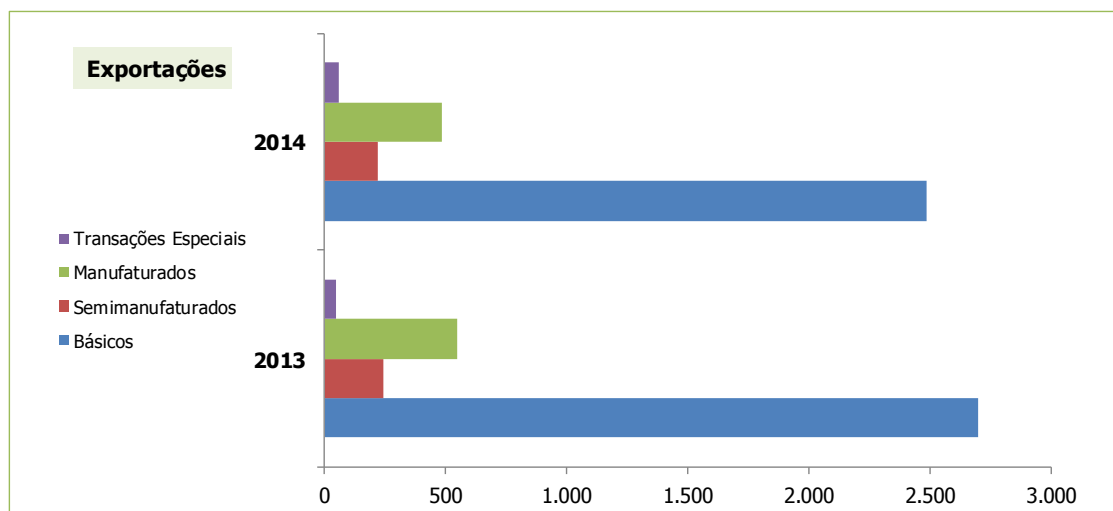
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



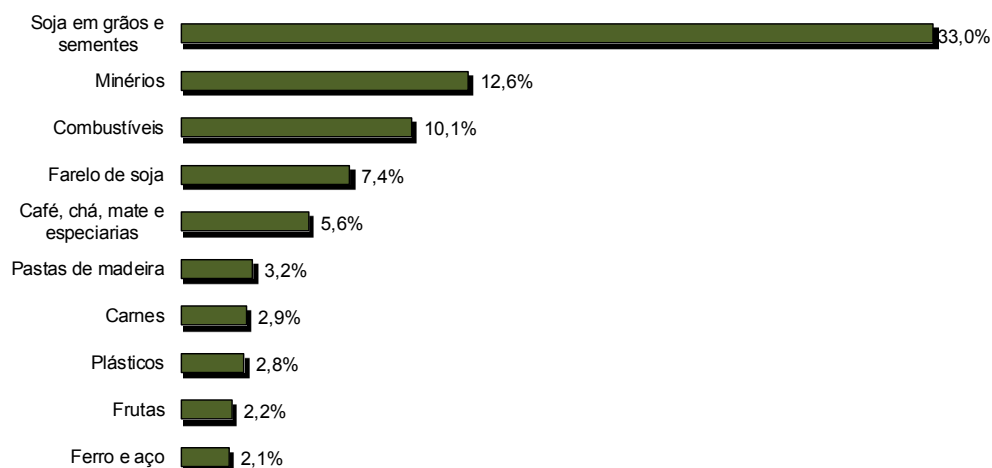
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Espanha
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	1.134	31,0%	1.061	29,9%	1.074	33,0%
Minérios	536	14,6%	391	11,0%	410	12,6%
Combustíveis	432	11,8%	535	15,1%	329	10,1%
Farelo de soja	169	4,6%	116	3,3%	241	7,4%
Café, chá, mate e especiarias	151	4,1%	132	3,7%	183	5,6%
Pastas de madeira	100	2,7%	80	2,3%	103	3,2%
Carnes	86	2,3%	101	2,8%	94	2,9%
Plásticos	88	2,4%	89	2,5%	91	2,8%
Frutas	64	1,7%	72	2,0%	73	2,2%
Ferro e aço	63	1,7%	47	1,3%	69	2,1%
Subtotal	2.823	77,1%	2.624	74,0%	2.667	81,9%
Outros produtos	840	22,9%	922	26,0%	588	18,1%
Total	3.663	100,0%	3.546	100,0%	3.255	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

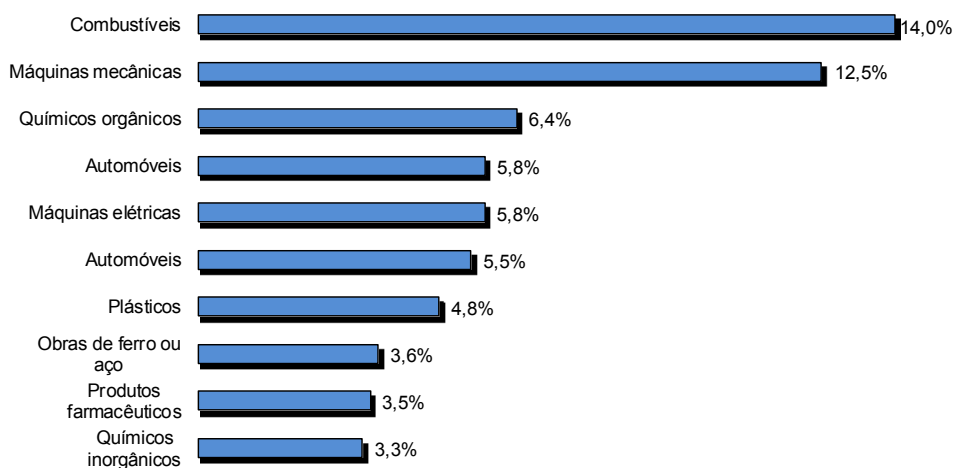


Composição das importações brasileiras originárias da Espanha
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	145	4,1%	902	20,1%	547	14,0%
Máquinas mecânicas	545	15,4%	655	14,6%	489	12,5%
Químicos orgânicos	233	6,6%	242	5,4%	250	6,4%
Automóveis	210	5,9%	186	4,1%	225	5,8%
Máquinas elétricas	340	9,6%	318	7,1%	225	5,8%
Automóveis	23	0,6%	46	1,0%	215	5,5%
Plásticos	151	4,3%	170	3,8%	189	4,8%
Obras de ferro ou aço	185	5,2%	246	5,5%	142	3,6%
Produtos farmacêuticos	137	3,9%	140	3,1%	135	3,5%
Químicos inorgânicos	121	3,4%	120	2,7%	129	3,3%
Subtotal	2.090	59,0%	3.025	67,4%	2.547	65,1%
Outros produtos	1.453	41,0%	1.462	32,6%	1.363	34,9%
Total	3.543	100,0%	4.487	100,0%	3.910	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Minérios	57,1	27,6%	27,2	22,2%	Minérios 27,2
Combustíveis	22,2	10,7%	20,1	16,4%	Combustíveis 20,1
Café, chá, mate, especiarias	8,7	4,2%	17,6	14,4%	Café, chá, mate, especiarias 17,6
Frutas	8,0	3,9%	7,2	5,9%	Frutas 7,2
Pastas de madeira	9,8	4,7%	6,3	5,1%	Pastas de madeira 6,3
Carnes	7,5	3,6%	5,1	4,2%	Carnes 5,1
Máquinas mecânicas	3,1	1,5%	4,9	4,0%	Máquinas mecânicas 4,9
Plásticos	13,1	6,3%	3,2	2,6%	Plásticos 3,2
Papel	5,3	2,6%	3,0	2,5%	Papel 3,0
Pescados	0,8	0,4%	2,9	2,3%	Pescados 2,9
Subtotal	136	65,6%	97	79,7%	
Outros produtos	71	34,4%	25	20,3%	
Total	207	100,0%	122	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

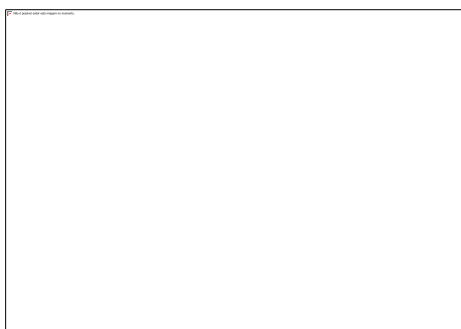
Importações					
Combustíveis	7,0	2,4%	77,0	22,3%	Combustíveis 77,0
Máquinas elétricas	15,1	5,2%	38,6	11,2%	Máquinas elétricas 38,6
Máquinas mecânicas	60,1	20,8%	35,1	10,1%	Máquinas mecânicas 35,1
Obras de ferro ou aço	20,4	7,1%	22,3	6,5%	Obras de ferro ou aço 22,3
Automóveis	18,0	6,2%	21,2	6,1%	Automóveis 21,2
Químicos orgânicos	13,3	4,6%	19,9	5,7%	Químicos orgânicos 19,9
Adubos	11,2	3,9%	14,9	4,3%	Adubos 14,9
Químicos inorgânicos	14,9	5,2%	11,0	3,2%	Químicos inorgânicos 11,0
Plásticos	11,9	4,1%	10,8	3,1%	Plásticos 10,8
Borracha	9,3	3,2%	9,9	2,9%	Borracha 9,9
Subtotal	181	62,7%	261	75,4%	
Outros produtos	108	37,3%	85	24,6%	
Total	289	100,0%	346	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ANDORRA

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Principado de Andorra
CAPITAL	Andorra la Vella
ÁREA	468 km ²
POPULAÇÃO (est. 2014)	85.458 pessoas
IDIOMA OFICIAL	Catalão (oficial)
PRINCIPAL RELIGIÃO	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia Parlamentar
CHEFES DE ESTADO	Os Copríncipes Joan Enrike Vives i Sicília (Bispo da Sé de Urgel, Catalunha) e François Hollande (Presidente da França)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Antoni Martí Petit
CHANCELER	Gilbert Saboya Sunyé
PIB NOMINAL (2013)	€ 2,447 bilhões
PIB PPP (2013)	€ 3,26 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2013)	€ 34.975
VARIAÇÃO DO PIB	- 0,1% (2013) -1,6% (2012); -2,8% (2011); -3,4% (2010);
IDH	0,83/37º (Brasil: 0,74/79º)
EXPECTATIVA DE VIDA	82,7 anos
ALFABETIZAÇÃO	100%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US\$ milhares) *Fonte: MDIC*

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	27,4	34,5	438,7	113,9	3.617,4	1.983,8	1.447,9	1.300,8	165,9
Exportações	27,2	34,5	21,6	101,0	105,6	171,2	366,0	14,6	1,6
Importações	209	--	417,1	12,8	3.511,8	1.812,5	1.081,9	1.286,2	164,2
Saldo	130,2	34,5	-395,5	88,2	-3.406,2	-1.641,3	-715,9	-1.271,6	-162,5

PERFIS BIOGRÁFICOS**Joan Enric Vives i Sicília**

Bispo de Urgel e Copríncipe do Principado de Andorra



Dom Joan Enric Vives i Sicília, Bispo de Urgel, é chefe de Estado do Principado de Andorra, ao lado de François Hollande, Presidente da República Francesa. Nasceu a 24 de julho de 1949, em Barcelona. Ordenou-se sacerdote aos 25 anos, fixando-se na Arquidiocese de Barcelona. Licenciou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia de Barcelona em 1976 e em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Barcelona em 1982. É doutor em filosofia pela Universidade de Barcelona.

Foi sagrado Bispo de Urgel em 2003, depois da renúncia, por motivos de idade, do Monsenhor Joan Martí Alanís. Em 10 de julho do mesmo ano, fez seu juramento constitucional como Copríncipe de Andorra, na sede do Conselho Geral, em Andorra la Vella.

François Hollande

Presidente da República Francesa e Copríncipe do Principado de Andorra



Nascido a 12 de agosto de 1954, em Rouen (Normandia), François Hollande estudou em três das principais instituições do ensino superior francês – Escola Nacional de Administração, Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po) e Escola de Altos Estudos de Comércio.

Eleito presidente da República Francesa em maio de 2012, sua ascensão ao Palácio do Eliseu consagra trajetória política de três décadas, que destoa das biografias dos demais Presidentes da V República. Trata-se do primeiro Chefe de Estado que jamais exerceu função ministerial. Sua principal responsabilidade política foi ter sido Primeiro-Secretário do Partido Socialista, de 1997 a 2008. Foi ainda Prefeito de Tulle (2001-2008), Presidente do Conselho Geral do Departamento da Corrèze (2008-2012) e Deputado (1988-93 e 1997-2012).

Antoni Martí Petit

Chefe de Governo



O Chefe de Governo de Andorra, Antoni Martí Petit, nasceu a 10 de novembro de 1963, em Escaldes-Engordany. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Toulouse, na França.

Começou sua carreira política em 1994, ao ser eleito Conselheiro-Geral (Deputado) pelo *Partido Liberal de Andorra*. Ocupou o cargo até 2003, quando foi eleito Cônsul-Maior (Prefeito) de Escaldes-Engordany.

Em abril de 2011, foi eleito novamente Conselheiro-Geral e conduziu a coalizão de centro-direita *Democratas por Andorra* a expressiva vitória nas eleições legislativas andorranas. A campanha da coalizão fundou-se principalmente em um programa contrário à criação de um imposto de renda no país.

Em 12 de maio do mesmo ano foi designado Chefe de Governo (*Cap de Govern*) de Andorra. Em setembro, a coalizão *Democratas por Andorra* tornou-se um partido político e Antoni Martí foi escolhido Presidente da legenda. Em 1º de março de 2015, foi reeleito para o cargo, após vitória da coalizão *Democratas por Andorra* nas eleições gerais andorranas.

Gilbert Saboya Sunyé
Ministro dos Assuntos Exteriores



Gilbert Saboya Sunyé, Ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, nasceu a 28 de julho de 1966, em Sant Julià de Lòria, na fronteira com a Espanha.

Após realizar estudos primários e secundários em Andorra, graduou-se em Ciências Económicas pela Universidade de Toulouse, na França. Entre 1991 e 2009, trabalhou no setor financeiro andorrano, ocupando diversos cargos de direção no Banc Internacional Banca Mora. Em 2010, fundou a empresa de consultoria financeira Alfa Quest Saboya Assessores.

Desde princípios dos anos 1990, integrou agremiações à direita do espectro político. É membro, desde 2011, dos *Democratas por Andorra*, coalizão de centro-direita, de corte liberal. Foi Deputado na primeira legislatura do Parlamento andorrenho após a Constituição de 1993 (1994-1997).

Em 15 de maio de 2011, após a vitória dos *Democratas por Andorra* no pleito legislativo de 3 de abril, foi designado Ministro dos Assuntos Exteriores pelo Primeiro-Ministro Antoni Martí.

RELAÇÕES BILATERAIS

Com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas, em 1993, o Brasil e o Principado passaram a manter diálogo político regular e a trocar votos em eleições para organismos internacionais. Em 1997, foi nomeado o primeiro Embaixador cumulativo no país, residente em Madri. O serviço consular é oferecido pelo Consulado-Geral em Barcelona.

Em 30 de abril de 2013, o Ministro dos Assuntos Exteriores andorrano, Gilbert Saboya Sunyé, visitou Brasília, ocasião na qual manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. Esta foi a primeira visita de um Chanceler andorrano ao Brasil, e ocorreu em contexto de busca deliberada de diversificação de parceiros diplomáticos e comerciais do Principado.

Durante a visita, o Chanceler Gilbert Saboya manteve reuniões visando ao incremento da cooperação na área do turismo entre Brasil e Andorra. Ambos os países manifestaram o desejo de encorajar o intercâmbio bilateral de turistas e os investimentos mútuos na área de turismo, bem como de promover a cooperação entre os entes de turismo dos dois governos meio do intercâmbio de especialistas, de troca de experiências e informações.

Andorra tem apoiado a quase totalidade das candidaturas apresentadas pelo Brasil. Nos últimos anos, apoiou candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos (ONU), ao Programa Hidrológico Internacional (UNESCO), ao Comitê Jurídico e ao Conselho Intergovernamental do Programa "Informação para Todos" (UNESCO) e ao Comitê para Proteção e Promoção da Diversidade das Experiências Culturais (UNESCO). Mais recentemente, apoiou a reeleição da Dr.^a Silvia Pimentel para o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), e a candidatura brasileira como membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Apesar de não se ter manifestado explicitamente sobre o Brasil, o anterior governo social-democrata era favorável à expansão dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Andorra é o último remanescente da *Marca Hispanica*, o conjunto de Estados-tampão criado por Carlos Magno, nos Pireneus, para impedir o avanço

dos sarracenos para além da Península Ibérica. O mito fundacional de Andorra refere uma carta de autonomia outorgada pelo próprio Imperador ao povo andorrenho, em 805, como reconhecimento por seus esforços no combate aos mouros. Apesar de historicamente contestada, a versão mítica serve de tema ao hino nacional, intitulado “Ao Grande Carlos Magno, meu pai”.

O primeiro registro oficial da existência de Andorra consta do ato de consagração do Condado de Urgel, de 839, firmado por Carlos, o Calvo, neto de Carlos Magno. O ato elenca as paróquias andorrenhas entre os domínios feudais do Conde. Em 1133, o domínio sobre o território foi transferido aos bispos de Urgel, na Catalunha.

No século XIII, a diocese de Urgel e o Conde de Foix, nos Pireneus franceses, disputaram militarmente o controle da região. O conflito terminou em 1278, mediante a assinatura de tratado que estabeleceu o regime de *diarquia* que vige até hoje: desde então, o domínio sobre o território foi dividido entre dois co-príncipes: um francês e laico (o Conde de Foix e, posteriormente, por sucessão dinástica ou por sucessão de Estados, o Rei de Navarra, o Rei da França, e, finalmente, o Presidente da República Francesa), um espanhol e eclesiástico (o Bispo de Urgel).

O principado, por seu isolamento, manteve-se alheio às mudanças políticas dos séculos subsequentes (o que ajuda a explicar sua preservação como entidade independente). Somente em 1914 foi concluída a primeira estrada a interligar Andorra ao mundo exterior (neste caso, à Sé de Urgel). Ligação rodoviária com a França somente foi concluída em 1933. As primeiras instalações elétricas chegaram a Andorra em 1929. Emissora de rádio somente começou a operar em 1935. Até hoje não há aeroportos ou estações de trem no país.

As reformas de 1993

Resquícios do feudalismo permaneceram até 1993, sobretudo no que dizia respeito à separação de Poderes. O país também era muito criticado, àquela altura, por sua legislação liberal em matéria de nacionalidade, que implicava que 70% dos habitantes não fossem cidadãos andorrenhos. Em 1993, o país passou a integrar a ONU e estava em vias de ultimar sua adesão ao Conselho da Europa, que já exercia pressão em prol da modernização do sistema constitucional.

Em maio daquele ano, adotou-se nova Constituição, aprovada em consulta popular e referendada pelo Bispo de Urgel e pelo Presidente François Mitterand. A nova Carta estabeleceu democracia parlamentar plena e multipartidária e manteve a diarquia vigente (embora reduzisse os poderes dos dois copríncipes, sobretudo ao retirar-lhes o poder de vetar legislação). O Poder Executivo passou a ser chefiado por um *Cap de Govern* eleito pelo

Conselho Geral, assessorado por nove Ministros de Estado por ele indicados. O Poder Legislativo, unicameral, é exercido pelo Conselho Geral de Andorra, composto por 28 parlamentares eleitos para mandatos de quatro anos por representação proporcional em lista fechada.

A despeito das reformas de 1993, as relações especiais com a França e a Espanha preservam-se em domínios como a defesa nacional (a cargo dos vizinhos, uma vez que o país não mantém forças armadas), os serviços postais (operados pelos vizinhos) e no pagamento de tributo anual (chamado a *pestia*) aos co-soberanos.

Contexto atual

Desde 1993, o sistema político andorrano vem-se estruturando em torno de duas principais forças políticas: um polo de centro-direita (atualmente representado pela coalizão *Democratas por Andorra* e pelo Partido Liberal) e um de centro-esquerda (atualmente representado pela coalizão *Junts* e pelo Partido Social-Democracia e Progresso - SDP).

As últimas eleições gerais — o sétimo pleito desde 1993 — foram realizadas em 1º de março de 2015. A Coalizão *Democratas por Andorra*, do Primeiro-Ministro Antoni Martí Petit, recebeu 37% dos votos. O segundo lugar coube ao Partido Liberal, com 27,6% dos votos. A coalizão *Junts*, composta pelos sociais-democratas, verdes e pela Iniciativa Cidadã, somou 23,5% dos votos. O Partido Social-democracia e Progresso (SDP) terminou o pleito com 11,7% dos votos. A coalizão *Democratas por Andorra* e o Primeiro-Ministro Antoni Petit estão no Governo desde abril de 2011.

Desde a gestão social-democrata, o principal legado dos Governos de Andorra é a relativa normalização do *status* fiscal, requisito indispensável para a continuidade do processo de aproximação com relação à União Europeia. O país deixou de figurar na “lista negra” de paraísos fiscais da OCDE e, desde então, elabora novo sistema tributário.

POLÍTICA EXTERNA

Após a promulgação da Constituição de 1993, Andorra, Espanha e França assinaram *Tratado Tripartite de Boa Vizinhança, de Amizade e de Cooperação*. Pelo tratado, Madri e Paris reconheceram o principado como Estado soberano, estabeleceram relações diplomáticas com Andorra e assumiram o ônus de, quando instadas a tanto, exercer a representação diplomática de Andorra perante terceiros países, prestar assistência consular a nacionais andorranos e emitir vistos para viajantes que queiram visitar o país. O artigo 6º do tratado estabelece que será mantido equilíbrio entre a França e a Espanha no exercício dessas funções de representação.

Andorra tornou-se membro da ONU em 1993 e do Conselho da Europa em 1994. O país não é membro da União Europeia, com a qual, no entanto, integra união aduaneira desde 1991 (cujas disposições não se aplicam a produtos agrícolas). É um *status* semelhante ao da Turquia e algo menos profundo do que de Mônaco e San Marino (para os quais vige a união aduaneira inclusive para bens agrícolas). Andorra, de resto, adota o euro, embora sem integrar o Eurogrupo.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal da OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização.

Andorra participa das reuniões da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo desde 2005.

ECONOMIA

Cerca de metade do PIB andorrano provém dos setores financeiro, imobiliário e de serviços. Merece destaque especial o turismo, a mais importante fonte de receitas do país: com população de 85 mil habitantes, Andorra recebe 9 milhões de turistas por ano e conta com mais de 250 estabelecimentos hoteleiros. O principal atrativo turístico do país é a prática do esqui. Ao todo, o esqui gera receitas da ordem de € 340 milhões por ano, empregando mais de 2 mil pessoas. Preocupado com a recessão europeia, o Governo de Andorra tem buscado divulgar o país como destino de inverno, e identifica no Brasil um foco prioritário.

O Principado mantém boas relações comerciais com os países europeus de seu entorno. Pelas limitações de sua economia e por razões geográficas, as prioridades comerciais andorranas centram-se, sobretudo, nos dois grandes vizinhos: Espanha e França. As exportações andorranas de bens revelaram, contudo, perda de dinamismo ao longo dos últimos dez anos. As vendas externas passaram de € 130 milhões em 2005 para € 74 milhões em 2014, o que representou decréscimo de 43,3% no período. As exportações são direcionadas, sobretudo, aos dois principais sócios comerciais do Principado.

O comércio bilateral com o Brasil é pouco expressivo. Em 2014, o Brasil foi o 28º destino de produtos andorranos, com participação de 0,1% sobre o total. Entre as exportações brasileiras, cabe destaque aos produtos de confeitaria (como bombons e caramelos) e de joalheria, que somaram, em 2012, mais de 80% pauta. Entre os produtos comprados pelo Brasil, sobressaem-se peças e circuitos eletrônicos digitais (revendidos a partir de Andorra, mas não produzidos no país). O Brasil mantém déficit estrutural em suas trocas com Andorra, devido sobretudo à importação desse último grupo de produtos.

Desde o início da crise econômica internacional, no contexto de maior pressão contra os chamados “paraísos fiscais”, Andorra buscou firmar com diversos países acordos para troca de informações tributárias. No Brasil, Andorra consta da relação de “países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados” da Receita Federal, de acordo com a Instrução Normativa nº 1037, de 4 de junho de 2010. Com vistas a mudar essa situação, o Governo andorrano iniciou negociações com a Receita Federal sobre Acordo em Matéria de Intercâmbio de Informação Fiscal em outubro de 2009.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE ANDORRA

Ano	Evento
839	Primeira menção à existência de Andorra, em ato que elenca a região como domínio do Condado de Urgel.
1113	O domínio sobre Andorra passa ao Bispo de Urgel.
1278	Termina disputa entre o Conde de Foix e o Bispo de Urgel pelo domínio sobre Andorra. Estabelecimento da diarquia.
1914	Construída a primeira estrada a interligar Andorra ao mundo exterior.
1929	Primeiras instalações elétricas.
1993	Outorga de nova Constituição. Início da participação na ONU.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado
1997	Nomeação do primeiro Embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri
2013	O Ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil

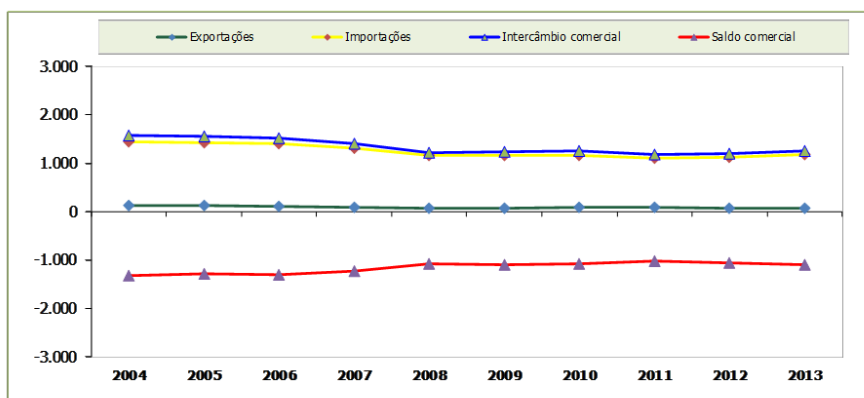
ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais em vigor com Andorra que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional.

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior de Andorra € milhões							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	130,1	17,8%	1.449	2,5%	1.580	3,6%	-1.319
2006	132,4	1,8%	1.423	-1,8%	1.555	-1,5%	-1.291
2007	109,9	-17,0%	1.403	-1,4%	1.513	-2,8%	-1.293
2008	94,2	-14,3%	1.320	-5,9%	1.414	-6,5%	-1.226
2009	72,1	-23,5%	1.153	-12,6%	1.225	-13,4%	-1.081
2010	69,9	-3,0%	1.160	0,6%	1.229	0,4%	-1.090
2011	81,8	-37,1%	1.164	-19,7%	1.246	-21,1%	-1.083
2012	82,4	0,8%	1.103	-5,3%	1.185	-4,9%	-1.020
2013	74,5	-9,6%	1.128	2,3%	1.203	1,5%	-1.054
2014	73,7	-1,0%	1.175	4,2%	1.249	3,8%	-1.101
Var. % 2005-2014	-43,3%		-18,9%		-20,9%		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado.

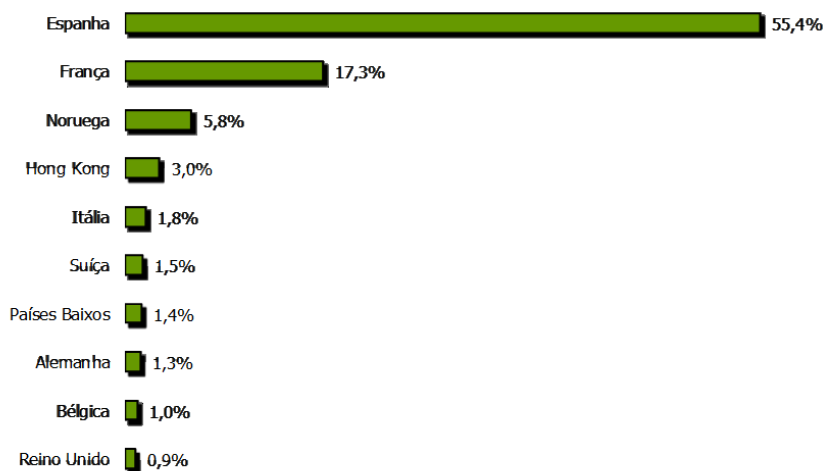


Direção das Exportações de Andorra
€ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	40,86	55,4%
França	12,72	17,3%
Noruega	4,26	5,8%
Hong Kong	2,21	3,0%
Itália	1,33	1,8%
Suíça	1,13	1,5%
Países Baixos	1,06	1,4%
Alemanha	0,99	1,3%
Bélgica	0,77	1,0%
Reino Unido	0,65	0,9%
...		
<i>Brasil (28ª posição)</i>	<i>0,06</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	66,03	89,5%
Outros países	7,71	10,5%
Total	73,74	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais destinos das exportações

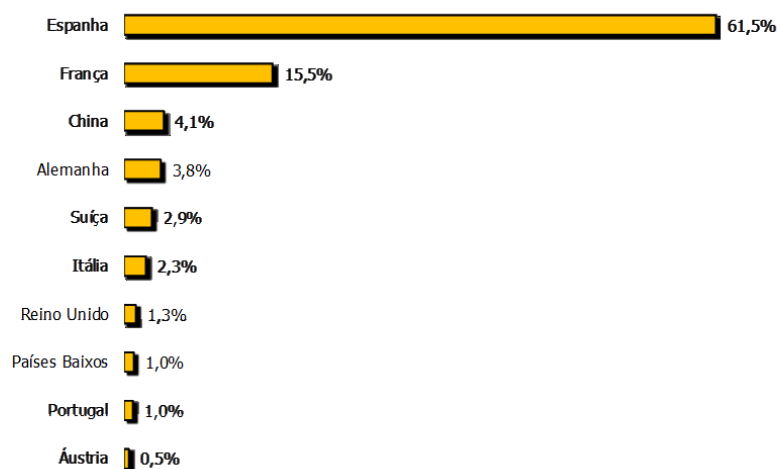


Origem das Importações do país
€ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	722,77	61,5%
França	181,82	15,5%
China	48,60	4,1%
Alemanha	45,19	3,8%
Suíça	34,40	2,9%
Itália	27,07	2,3%
Reino Unido	15,04	1,3%
Países Baixos	12,16	1,0%
Portugal	11,21	1,0%
Áustria	6,46	0,5%
...		
Brasil (53ª posição)	0,18	0,0%
Subtotal	1.105	94,0%
Outros países	70	6,0%
Total	1.175	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais origens das importações

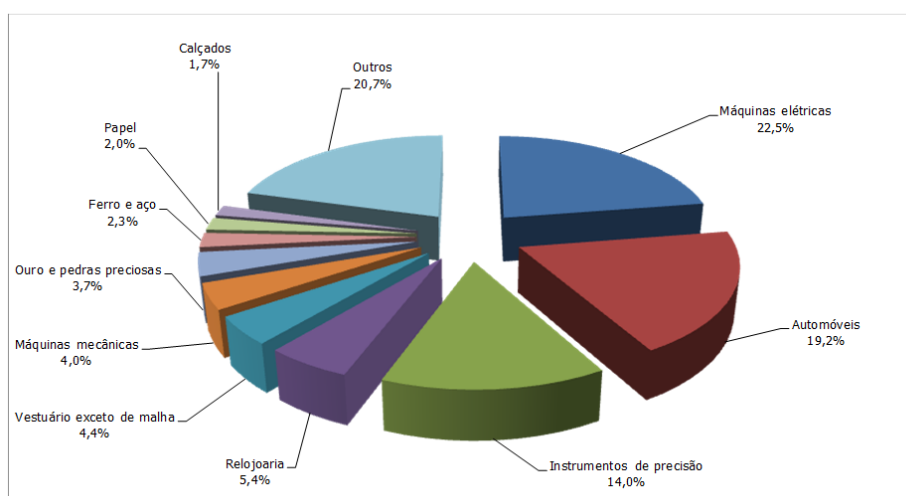


**Composição das exportações de Andorra
€ milhões**

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	16,62	22,5%
Automóveis	14,19	19,2%
Instrumentos de precisão	10,35	14,0%
Relojoaria	3,99	5,4%
Vestuário exceto de malha	3,24	4,4%
Máquinas mecânicas	2,98	4,0%
Ouro e pedras preciosas	2,73	3,7%
Ferro e aço	1,68	2,3%
Papel	1,45	2,0%
Calçados	1,24	1,7%
Subtotal	58,47	79,3%
Outros	15,27	20,7%
Total	73,74	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

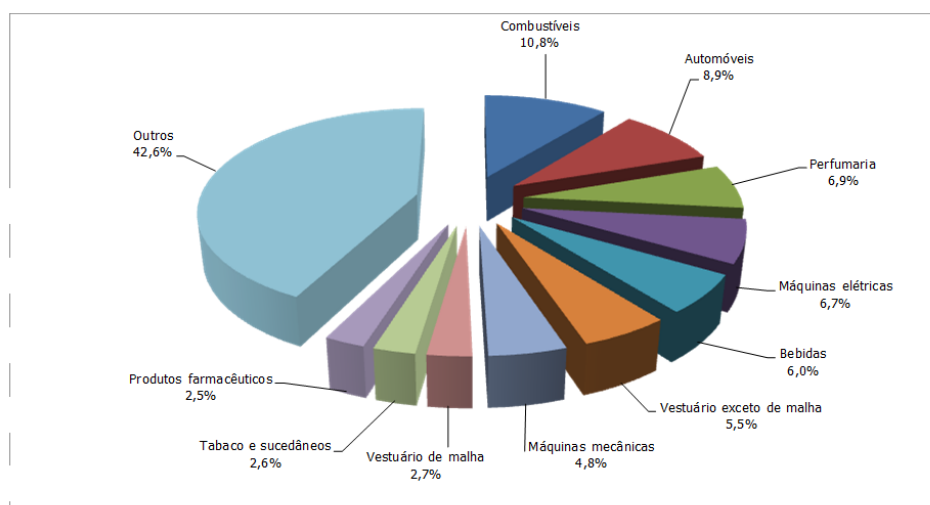


Composição das importações de Andorra € milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	127,44	10,8%
Automóveis	104,97	8,9%
Perfumaria	80,74	6,9%
Máquinas elétricas	78,69	6,7%
Bebidas	70,12	6,0%
Vestuário exceto de malha	64,65	5,5%
Máquinas mecânicas	56,08	4,8%
Vestuário de malha	32,21	2,7%
Tabaco e sucedâneos	30,37	2,6%
Produtos farmacêuticos	29,43	2,5%
Subtotal	675	57,4%
Outros	500	42,6%
Total	1.175	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Andorra

US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2005	61	321,1%	0,05%	0,3	-71,3%	0,00%	61	296,0%	0,03%	61
2006	27	-55,5%	0,02%	0,2	-78,9%	0,00%	27	-55,3%	0,01%	27
2007	34	26,8%	0,02%	0,0	-100,0%	0,00%	34	25,8%	0,01%	34
2008	22	-37,4%	0,01%	417	100,0%	0,24%	439	(+)	0,13%	-396
2009	101	368,0%	0,07%	13	-96,9%	0,01%	114	-74,0%	0,04%	88
2010	106	4,5%	0,05%	3.512	(+)	1,93%	3.617	(+)	0,94%	-3.406
2011	171	62,2%	0,07%	1.813	-48,4%	0,08%	1.984	-45,2%	0,41%	-1.641
2012	366	113,7%	0,15%	1.082	-40,3%	0,48%	1.448	-27,0%	0,31%	-716
2013	15	-96,0%	0,01%	1.286	18,9%	0,56%	1.301	-10,2%	0,27%	-1.272
2014	2	-88,6%	0,00%	164	-87,2%	0,07%	166	-87,3%	0,04%	-163

Não houve trocas comerciais entre os dois países em janeiro de 2015.

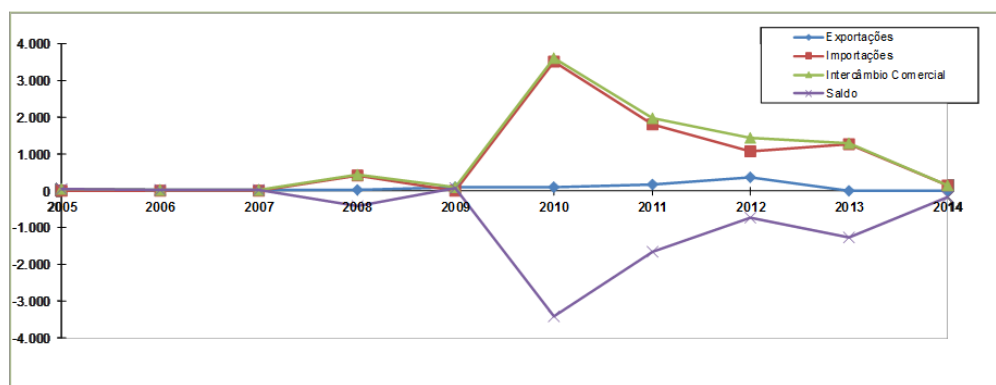
Var. % 2005-2014	-97,3%	n.a.	57710,9%	n.a.	170,2%	n.a.	n.c.
-----------------------------	---------------	-------------	-----------------	-------------	---------------	-------------	-------------

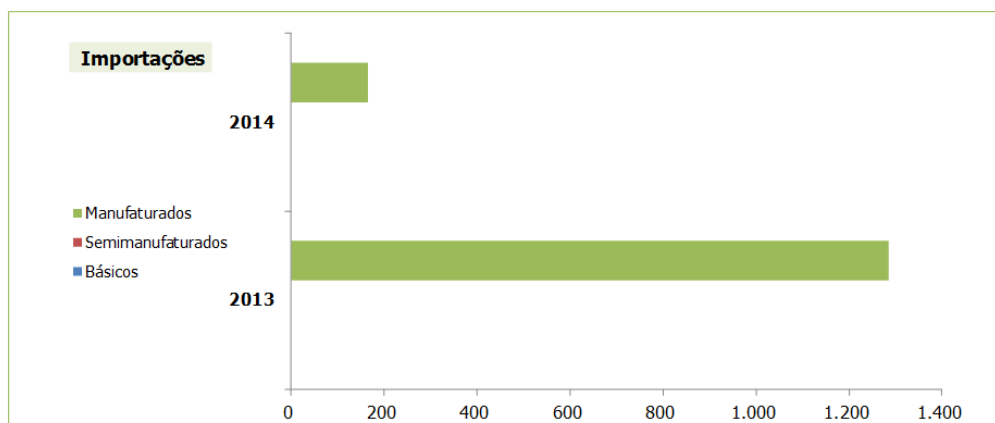
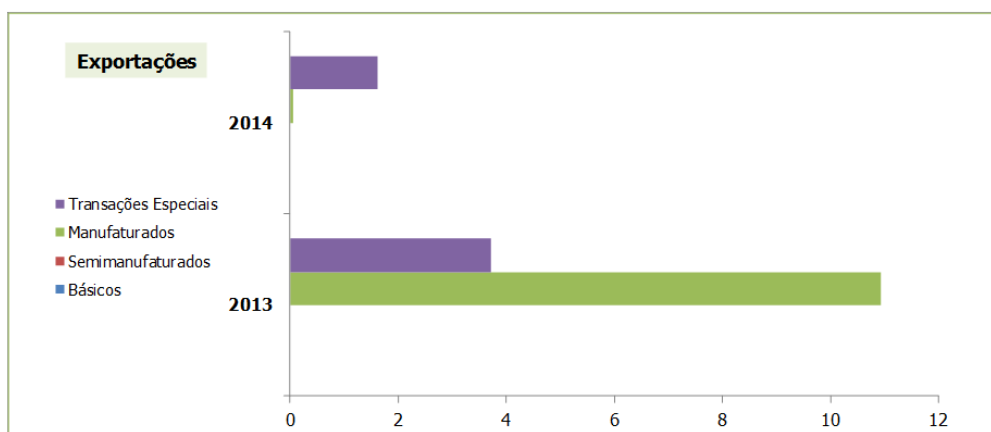
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

(+) Variação superior a 1.000%

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**US\$ mil****Comparativo 2014 com 2013**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

**Composição das exportações brasileiras para Andorra
US\$ fob**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Transações especiais	16.887	4,6%	3.712	25,3%	1.615	96,4%
Instrumentos médicos e de precisão	0	0,0%	0	0,0%	61	3,6%
Calçados	0	0,0%	10.937	74,7%	0	0,0%
Açúcar	321.745	87,9%	0	0,0%	0	0,0%
Cacau	24.960	6,8%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	363.592	99,3%	14.649	100,0%	1.676	100,0%
Outros produtos	2.432	0,7%	0	0,0%	0	0,0%
Total	366.024	100,0%	14.649	100,0%	1.676	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

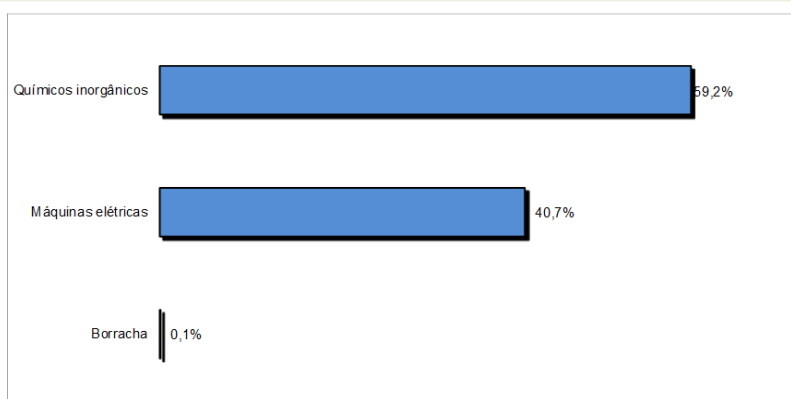


Composição das importações brasileiras originárias de Andorra
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	21	1,2%	31	2,4%	97	59,2%
Máquinas elétricas	1.034	57,1%	1.153	89,6%	67	40,7%
Borracha	0,00	0,0%	0,04	0,0%	0,09	0,1%
Subtotal	1.056	58,2%	1.184	92,0%	164	100,0%
Outros produtos	757	41,8%	103	8,0%	0	0,0%
Total	1.813	100,0%	1.286	100,0%	164	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcaweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Aviso nº 231 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Publicado no DSF de ____/6/2015

2ª PARTE - SABATINA

2

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 42, de 2015 (nº 191, de 28 de maio de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Celso Diniz e de Vera Lucia Vieira Diniz. Nasceu em 5 de novembro de 1955 na cidade de Baltimore, estado de Maryland, nos Estados Unidos da América (brasileiro em conformidade com o art. 129, II, da Constituição de 1946).

Em 1977, concluiu a graduação (*Bachelor of Sciences*) em Física e Filosofia pela *The American University*, Washington/DC. No ano de 1982, finaliza Mestrado em Economia pela mesma instituição. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso Preparatório para a Carreira Diplomática (1986), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996); e o Curso de Altos Estudos (2007), tendo defendido tese com o seguinte título: “O processo de integração regional no continente africano: o caso da África austral”.

O Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1993. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005; e a Ministro de Segunda Classe em 2008.

Em sua carreira desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Segundo Secretário na Embaixada em Roma (1994-97); assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1997-98); assistente na Divisão da África I (1998-2000); Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami (2002-03); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Pretória (2003-07); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Montevidéu; e Embaixador em *Saint George's* (Granada), desde 2011.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Botsuana, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

As relações diplomáticas entre Brasil e Botsuana foram formalmente estabelecidas em 1985. De início, as relações bilaterais eram mantidas pelas Embaixadas do Brasil em Pretória, e do Botsuana em

Washington. Em 2007, foi aberta legação diplomática residente em Gaborone. O Botsuana abre embaixada em Brasília, primeira do país na América Latina, em 2009.

Desde 2003, ocorreram três visitas presidenciais. Em fevereiro de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Botsuana. Em março de 2010, ocorreu na capital betchuana a I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana.

Na esfera comercial, as trocas bilaterais ainda são pouco expressivas. Elas registraram, em 2014, o montante de US\$ 1,442 milhão. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, já que as importações brasileiras provenientes do Botsuana são praticamente inexistentes. Exportamos máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; obras de ferro ou aço; tabaco e manufaturas; açúcar; e armas e munições.

A comunidade de brasileiros vivendo no Botsuana é estimada em 28 pessoas, que vivem em sua maioria na capital do país, Gaborone.

Convém registrar, por igual, que o Botsuana caracteriza-se por ser, no plano econômico, um dos países com maior crescimento na África. O país tem *status* de economia de renda média elevada graças à convergência de políticas macroeconômicas sólidas, boa governança e exportação de diamantes (maior produtor mundial), que responde por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Para além disso, o país é líder regional em abertura econômica e se destaca por ter o menor nível de corrupção na África.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente,

, Relator

4

4

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DE BOTSUANA
EMBAIXADOR MÁRCIO ARAUJO LAGE

Apresenta relatório de gestão de atividades realizada pela Embaixada em Gaborone no período de 2012 a 2015.

Relações Bilaterais

Em cerimônia protocolar no Gabinete presidencial, menos de 24 horas depois de minha chegada a Gaborone, entreguei minhas credenciais ao Presidente Ian Khama no dia 10 de setembro de 2012. Na ocasião, reiterei o compromisso do Governo brasileiro de buscar um relacionamento mais próximo e denso com Botsuana. Afirmar que nossa cooperação com Botsuana tinha sido muito positiva nos últimos anos em diversos campos de atuação e que esperava que ela se fortalecesse durante minha gestão neste país. Nestes quase três anos em Gaborone, muito foi feito para desenvolver esta cooperação, embora esteja ciente das restrições orçamentárias que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) sofreu no período.

2. Em todos os contatos que mantive com autoridades deste país, verifiquei o grande interesse em aprofundar os temas de cooperação já presentes na agenda bilateral, mas também examinar novas áreas de cooperação. Em dezembro de 2013, realizou-se, em Gaborone, reunião de seguimento da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana, chefiada, pelo lado brasileiro, pelo Diretor do Departamento da África, Ministro Nedilson Ricardo Jorge, e pelo lado botsuanês, pelo Secretário Permanente do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Embaixador Lapologang C. Lekoa. Na ocasião, foi destacado pela parte botsuanesa o significativo papel que o Brasil exerce nos países do Sul e salientado o progresso da cooperação bilateral nos últimos anos. Ainda na reunião de seguimento da Comissão Bilateral, foi examinada a proposta brasileira de se assinar um memorando de entendimento para o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas. Em princípio, o lado botsuanês afirmou apreciar a ideia, expressando que o tema seria examinado pelo Governo deste país, de forma a acolher a experiência botsuanesa em mecanismos semelhantes que mantem com outros países. O lado brasileiro ressaltou que o mecanismo era bem amplo e abria a oportunidade de que altos funcionários dos dois países venham a se reunir sobre temas de seus interesses, no nível e local que as partes venham a acordar. O tema deverá, provavelmente, voltar a ser discutido na II Reunião da Comissão Bilateral, prevista para o segundo semestre de 2015.

Cooperação bilateral

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, com a assinatura do Acordo Bilateral de Cooperação Técnica em julho de 2005, diversos projetos começaram a ser implementados com o apoio brasileiro de forma a contribuir para a redução do impacto da epidemia de HIV/AIDS em Botsuana; para a expansão da produção de pecuária de corte; para a diversificação de atividades primárias relacionadas com a produção de alimentos através do desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural;

para treinamento técnico da polícia de Botsuana; e para programas de erradicação da pobreza. Deve-se destacar que a negociação dos projetos de cooperação é por vezes lenta, em razão do processo decisório botsuanês. O trabalho da Embaixada, junto aos técnicos da ABC, é parte constante de esclarecimentos e busca de soluções para a finalização dos referidos projetos.

4. O projeto "Fortalecimento da estrutura nacional para HIV/AIDS", assinado em dezembro de 2009, teve diversas atividades ao longo deste período, cuja implementação objetiva reduzir o impacto da AIDS neste país, mediante a capacitação de profissionais multiplicadores. A última parte do projeto, que prevê atividades relacionadas ao envio de técnicos brasileiros a Botsuana para realizar avaliação das necessidades do Centro Nacional de Pesquisa de IST (infecções sexualmente transmitidas) de Botsuana e elaborar relatório sobre possíveis melhorias e apoios futuros; bem como, ministrar treinamento sobre técnicas básicas de pesquisa para HIV e DSTs, acabou não ocorrendo em 2014, seja por discrepância nas datas propostas pelas partes, seja por indisponibilidade de recursos. Em março de 2015, foi novamente solicitado ao Governo de Botsuana que confirmasse interesse em realizar estas atividades, cuja resposta ainda não foi fornecida.

5. Dois projetos, "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte em Botsuana" e "Capacitação em Cisternas e Gerenciamento de Recursos Hídricos para a Agricultura Familiar", que foram objeto de missão de verificação da ABC a Gaborone, em setembro de 2011, encontram-se sem a implementação iniciada. O primeiro teve minuta de projeto submetida à Chancelaria local, não havendo resposta do governo botsuanês. O segundo teve seu ajuste complementar submetido à Chancelaria botsuanesa, que propôs alterações. O lado brasileiro respondeu às propostas botsuanesas, mas o tema não avançou, não tendo sido assinado o ajuste complementar. A Embaixada tem-se eximido de gerenciar junto à Chancelaria local com vistas a promover a execução desses projetos, devido à sabida indisponibilidade de recursos. Em dezembro de 2013, em reunião de acompanhamento da Comista Botsuana-Brasil, realizada nesta capital, o tema foi uma vez mais suscitado.

6. O projeto "Desenvolvimento de Cooperativas e Associações Rurais em Botsuana" teve sua primeira atividade realizada no Brasil em junho de 2014, quando participaram técnicos botsuaneses de um "workshop" em Brasília, organizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Em março de 2015, missão de especialistas brasileiros veio a Gaborone, onde cumpriu extenso programa de atividades relacionadas com a execução do projeto, que visa a fortalecer as associações rurais, com o propósito de incrementar a produção de alimentos em Botsuana.

7. O projeto "Treinamento Técnico para a Polícia de Botsuana Police - Fase I", que visa a fornecer o necessário treinamento em recursos humanos para a qualificação da força policial botsuanesa, levou cerca de um ano (junho 2013 a maio de 2014) para ser assinado. Em princípio, a entidade executora, a Polícia Federal, indicou que poderia executar as duas primeiras atividades do projeto em novembro/dezembro de 2014, o que acabou não ocorrendo. Atualmente, aguarda-se momento mais conveniente para a retomada do projeto, de forma a priorizar a alocação de recursos humanos e financeiros em atividades já iniciadas pela ABC. Cabe agora o lado brasileiro indicar interesse em prosseguir com o projeto.

8. O tema da erradicação da pobreza (e a contribuição que o Brasil poderia prestar a Botsuana nesse campo) é constantemente levantado por meus interlocutores no governo local. Conquanto país de renda média alta, cerca de 20% da população de Botsuana vive abaixo da linha da pobreza, problema cujo enfrentamento é prioritário para o governo do Presidente Khama. O governo botsuanês demonstra admiração e curiosidade pelos programas brasileiros de transferência de renda às camadas pobres. A título de exemplo do interesse botsuanês, pouco depois de minha chegada a Gaborone fui convidado para almoço pelo então Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Mokgweetsi Masisi, para tratar de possíveis aportes brasileiros para o plano de erradicação da pobreza botsuanês. Ainda, em agosto de 2013, participei, a convite do Ministro Masisi, de seminário sobre erradicação da pobreza em pequena vila no noroeste do país, em que os participantes recebem treinamento técnico na aquisição de algum processo produtivo. Em novembro de 2013, delegação botsuanesa deslocou-se a Brasília para participar de seminário sobre políticas sociais promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

9. Outros temas da cooperação como a importância do fortalecimento da cooperação cultural e da cooperação educacional, com a abertura da possibilidade para os estudantes botsuaneses possam participar dos Programas Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e Pós-graduação (PEC-PG) continuam na pauta das relações bilaterais. Em 2016, os primeiros botsuaneses poderão participar do programa e o processo de seleção está em andamento. A cooperação esportiva teve pouco desenvolvimento neste período, embora exista sempre a vontade de treinamento no Brasil de treinadores e jogadores de futebol. Com as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016, Botsuana pretende enviar uma pequena delegação de atletas que possam ganhar de 4 a 6 medalhas, especialmente em atletismo. Registro, igualmente, que há disposição botsuanesa em voltar a discutir a cooperação na área de biocombustíveis, tendo em vista a necessidade deste país de buscar uma alternativa energética renovável.

Cooperação em TV Digital

10. A cooperação técnica prestada pelo Brasil, junto com o Japão, nos testes de comparação entre os diversos sistemas de televisão digital, foi fundamental para que Botsuana pudesse ter decidido pela migração digital através do sistema nipo-brasileiro ISDB-T. Desde 2009, Botsuana já se destacava como um dos países da África Austral mais interessados em desafiar o aparente consenso sub-regional a favor do sistema europeu DVB-T. Em 2011, com a nomeação do Ministro Masisi para a pasta de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, o tema da TV digital adquiriu uma nova dinâmica. Em julho de 2011, veio a Gaborone missão brasileira, quando foi reiterado o interesse deste país em adotar o sistema nipo-brasileiro. Na viagem do Ministro Masisi ao Brasil em setembro de 2011, ele entrevistou-se com o ex-Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, que colocou a experiência brasileira à disposição do governo de Botsuana. A partir de então, diversas atividades foram efetuadas tanto no Brasil como em Botsuana, até que em julho de 2013 ocorreu a cerimônia oficial de início de transmissão digital nesse país. O governo de Botsuana deu amplas mostras, ao longo do período de avaliação dos diferentes padrões de TV Digital, de especial apreço pelos aspectos de interatividade e inclusão social proporcionados pelos conteúdos interativos com base no "middleware" brasileiro Ginga. Atualmente, o Governo de Botsuana vem anunciando que iniciará a migração, através de testes, no próximo dia 17 de junho. Embora o Japão tenha cooperado financeira e fortemente para a implantação

do mencionado sistema digital em Botsuana, cabe registrar que, em 2015, houve importante volume de exportação de material eletrônico e transmissores de televisão brasileiros para este país.

Comércio bilateral

11. A corrente de comércio entre Brasil e Botsuana ainda é bastante modesta, tendo havido nos últimos anos uma variação nas transações entre os dois países. Em 2011, as exportações brasileiras alcançaram 1 milhão 269 mil dólares, uma diminuição de 19,4% em relação a 2010, quando as exportações para Botsuana atingiram US\$ 1 milhão 576 mil dólares. Em 2012, as exportações foram de apenas US\$ 658 mil (-48,1%), em 2013, alcançaram US\$ 994 mil (+ 50,87%), e em 2014 obtiveram US\$ 1.446 mil (+ 45,5%), chegando quase ao nível de 2010. Até abril de 2015, as exportações atingiram o valor de US\$ 1.653.519,00, maior valor dos últimos 5 anos, em razão da exportação de aparelhos transmissores de televisão. As importações brasileiras no mesmo período dos últimos cinco anos foram de apenas US\$ 331.605,00, sendo que somaram US\$ 169.468 mil em 2010 e US\$ 130.935, nos primeiros quatro meses de 2015.

12. O Banco de Botsuana não registra investimentos brasileiros em Botsuana.

Assuntos consulares e comunidade brasileira

13. A comunidade brasileira em Botsuana é mínima, em torno de 25 pessoas, o que não permite abrir uma zona eleitoral. A rede consular se restringe ao Setor Consular da Embaixada, não dispondo o país de Conselho de Cidadãos, uma vez que a maioria dos brasileiros vive em cidades do interior, em trabalho missionário.

Política interna

14. Botsuana tem uma florescente democracia multipartidária constitucional, com sistema político que tem proporcionado ao país significativa estabilidade e crescimento econômico. Eleições gerais são realizadas a cada cinco anos, de forma livre, imparcial e transparente. O presidente de Botsuana é eleito indiretamente. O candidato presidencial do partido que obtém a maioria dos assentos na Assembléia Nacional, de 57 lugares, é eleito Presidente da República. Há um conselho consultivo da Assembléia Nacional, chamado Casa dos Chefes, sem poderes legislativos ou de veto, mas que deve referendar qualquer projeto que diga respeito a questões tribais ou costumes tradicionais.

15. Na eleição nacional de outubro de 2014, o Partido Democrata de Botsuana (BDP), que está no poder desde a independência, obteve 37 cadeiras e reelegeu o atual Presidente Ian Khama. Os partidos oposicionistas, a UDC ("Umbrella for Democratic Change") com 17 deputados chegou em segundo lugar e o BCP ("Botswana Congress Party") elegeu somente 3 deputados. Nenhum candidato independente foi eleito desta vez. No final, a Comissão Independente Eleitoral contabilizou apenas 478 mil eleitores que participaram do processo, embora pudessem votar cerca de 1.2 milhão de botsuaneses. Recorde-se que o voto não é obrigatório.

16. Pela primeira vez, os partidos usaram modernas técnicas de campanha, incluindo as redes sociais ainda insignificantes no país. Como consequência, houve muitas

surpresas em distritos eleitorais governistas, onde batalhas foram travadas entre membros do BDP nas primárias do partido, com resultados inesperados e aumento da Oposição na Assembleia Nacional.

17. Em consequência, houve uma mudança significativa no Gabinete ministerial em novembro de 2014, uma vez que todos os Ministros devem ser membros da Assembleia Nacional. Quatro ex-deputados que perderam as eleições foram reconduzidos, através do sistema denominado "especialmente eleitos", que permite ao partido majoritário aumentar sua presença no Parlamento. Assim, a renovação no novo Parlamento foi grande, 32 novos deputados em 57 eleitos. A primeira batalha no começo dos trabalhos parlamentares foi a eleição do Presidente ("Speaker") da Assembleia Nacional, quando a anterior, Margaret Nasha, que lutava para ser reeleita foi derrotada pela candidata apoiada pelo Presidente Khama, Gladys Kokorwe.

18. Com a aposentadoria do veterano político, Dr. Ponatshego Kedikilwe, que havia sido apontado Vice Presidente da República em agosto de 2012, abriu-se a oportunidade para o ex-Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Mokgweetsi Eric Masisi, ser indicado para a Vice Presidência do país. Masisi tem agora pela frente a oportunidade de assumir o poder em 2018 e ser o candidato do partido governista nas eleições de 2019, como ocorreu com os últimos três Presidentes. Na próxima Convenção nacional do BDP, que se realizará em julho de 2015, Masisi apresenta-se como candidato à presidência partidária, fortalecendo, em caso de vitória, suas aspirações políticas.

19. Masisi visitou o Brasil em agosto de 2011, quando assinou Memorando de Entendimento com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome na área do desenvolvimento social. A questão da erradicação da pobreza é tema que ele tratou com muita intensidade nos últimos anos e a expectativa que tem na cooperação com o Brasil em áreas como o cadastramento de beneficiários de programas sociais e na construção de cisternas são sempre ressaltadas por ele nos encontros que mantivemos nos últimos quase três anos.

20. A nova Ministra dos Negócios Estrangeiros, Pelonomi Venson-Motoi, que assumiu no início de novembro último, é a política mais antiga na Assembleia Nacional e dona de grande prestígio no BDP. Nos poucos encontros que manteve com o corpo diplomático, mostrou-se bem disposta e aberta ao diálogo. Não aparenta ter experiência com relação à América Latina e não há registro de viagem sua ao Brasil.

Política externa

21. Como disse o Presidente Ian Khama, em sua mensagem de abertura do ano legislativo de 2014, "como um país pequeno e em desenvolvimento, a diplomacia multilateral continua ser o veículo mais efetivo através do qual nós avançamos e protegemos nossos interesses nacionais no complexo sistema global". Botsuana é membro fundador da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cujo Secretariado tem sede em Gaborone. É membro da União Africana e de diversos organismos internacionais, tendo desempenhado funções importantes de promoção da paz e da convivência pacífica no contexto africano. A Força de Defesa de Botsuana participou de diversas operações

humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, como no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

22. Botsuana, por sua localização geopolítica, procura manter uma política de coexistência pacífica e boa vizinhança com seus vizinhos, priorizando a melhoria dessas relações e aprofundamento da cooperação. Botsuana, como outros países da região meridional da África, mantém vínculos estruturais de ligação com a África do Sul, dependendo das redes de estradas e portos sul-africanos para seus fluxos de importação e exportação. Além disso, a indústria sul-africana oferece empregos diretos a trabalhadores botsuaneses e capitais sul-africanos atuam em toda a região, especialmente na prospecção e comercialização de minérios, na geração de energia e nas grandes redes varejistas. A África do Sul é o principal parceiro comercial de Botsuana, de onde vêm 75% de suas importações.

23. Os demais vizinhos, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue, mantêm relações cordiais com Botsuana. As relações com o Zimbábue, que estiveram estremecidas depois de anos de desavença e alguma desconfiança públicas entre os Presidentes Ian Khama e Robert Mugabe, parecem ter melhorado com a eleição dos dois mandatários para a presidência e vice presidência da SADC em agosto de 2014. Analistas têm arguido que ultimamente Khama parece ter sucumbido na batalha que lutou por longo tempo contra Mugabe, ficando numa posição isolada no âmbito da SADC, com relação ao Zimbábue. Na visita que Mugabe fez à sede da SADC, em maio último, Khama o convidou para uma reunião privada, seguida de almoço na Residência presidencial. O Zimbábue é um dos principais parceiros comerciais de Botsuana e fonte de alguma preocupação com a imigração ilegal para este país.

24. Botsuana é membro da Comunidade Britânica e tem participado das atividades daquela organização em todos os níveis, recebendo assistência técnica em treinamento para o serviço público, saúde, agricultura e vários setores econômicos. Botsuana é membro da OMC e do FMI, que tem sido um parceiro no que diz respeito a implementação de políticas fiscais e monetárias.

SADC

25. Em novembro de 2012, entreguei ao então Secretário Executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) uma carta a ele endereçada pelo então Chanceler Antônio Patriota, solicitando meu credenciamento como Representante Especial do Brasil junto à organização regional. Na ocasião, reiterei o desejo do Brasil de manter uma cooperação frutífera com a SADC, uma vez que os fundamentos desta cooperação já haviam sido estabelecidos no Acordo de Cooperação e Parceria firmado em 2010. Indiquei que havia recebido instruções do Ministro Patriota para que esta cooperação se aprofundasse e esperava que da parte da SADC houvesse um empenho de se encontrar áreas de interesse comum em que o Brasil pudesse aprofundar esta parceria.

26. A SADC reúne 15 países, engloba uma população de 277 milhões de pessoas, com um PIB estimado de 575,5 bilhões de dólares. Esta Comunidade atua visando a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico regional, através da integração de mercados e da manutenção da estabilidade política e social. As assimetrias do desenvolvimento na África Austral, no entanto, têm sido um desafio para

os países da região, no que diz respeito a seus esforços de integração. A SADC pode ser avaliada como a organização regional africana mais bem-sucedida e coesa, tendo demonstrado maturidade na condução de crises em seus Estados-membros, como nos casos recentes de Madagascar, do Zimbábue e do Lesoto.

27. Desde 2006, com a Declaração de Windhoek, a atuação das agências internacionais de cooperação com a SADC é coordenada pela Embaixada da União Europeia em Gaborone, o que significa que organiza as atividades de articulação entre os doadores, convoca reuniões e atualiza e divulga dados sobre cada projeto em andamento. É natural, que como contrapartida, exija uma relação de lealdade da organização. Este fato em si, mostra a dificuldade dos demais países buscarem cooperar com a SADC. Em vista destes entraves para a cooperação brasileira, busquei verificar que áreas poderiam ser objeto de parceria, de forma a dar continuidade aos entendimentos iniciados em Brasília em 2010. No entendimento da SADC há quatro áreas de possível cooperação: mudanças climáticas, agricultura, energias renováveis e capacitação. Mudanças no Secretariado da organização regional dificultaram um avanço em possíveis negociações, que merecem ser retomadas pelo próximo Chefe do Posto.

Economia

28. Desde a independência, Botsuana apresentou uma das taxas de maior crescimento econômico no mundo. De um país bastante pobre em 1966, Botsuana teve uma média de 9% de crescimento ao ano nas três décadas seguintes. Em 2009, com a crise econômica mundial, houve uma queda deste crescimento para menos de 4,9%, mas o PIB voltou a crescer em 2010, quando alcançou 7,2%. O crescimento em 2014 foi de 5,2% e é esperado que seja de 4,9% em 2015. Segundo o Banco Mundial, em 2013 o PIB era estimado em US\$ 14.79 bilhões de dólares (US\$ 7.028 per capita).

29. No entanto, de acordo com os últimos números do Banco Mundial, Botsuana está entre os três países mais desiguais no mundo com um índice Gini de 60,5 (os outros dois são a África do Sul, com índice 65, e a Namíbia, com 61,3). Em vista desta alta desigualdade, o impressionante crescimento econômico de Botsuana resultou em limitado progresso na redução da pobreza, cujo nível permanece extremamente alto para um país de renda média alta.

30. Vale ressaltar que o histórico econômico de Botsuana foi construído e fundamentado no eficiente uso das rendas geradas pela mineração de diamante, que representam aproximadamente um terço do PIB do país, 50% das receitas governamentais e 70% das receitas de exportação. Em junho de 2014, as reservas cambiais em moeda estrangeira eram estimadas em US\$ 8.2 bilhões de dólares. A taxa de inflação em 2014 foi de 3,8%, menor do que em 2013, que fora de 4,1 %. A taxa de juros foi reduzida em 2013 em dois pontos percentuais para 7,5%, e tem sido mantida desde então.

31. O investimento estrangeiro é bem vindo em Botsuana, que aboliu o controle cambial em 1999 e não proíbe a propriedade estrangeira de empresas. Além da mineração de diamante, há mineração de níquel, cobre, ouro, carvão e carbonato de cálcio, sendo o turismo, a pecuária e a agricultura os outros principais setores econômicos.

32. Na proposta de orçamento para 2015/16, apresentada à Assembleia Nacional, o Governo indicou pretender buscar o crescimento econômico e a diversificação, que permanecem prioritários para enfrentar os desafios do desenvolvimento, como a pobreza, o desemprego e a desigualdade de renda. Para o Ministro das Finanças, será necessário manter o ajuste fiscal aplicado nos últimos anos, que levou à recuperação do crescimento econômico necessário para enfrentar o desemprego e gerar rendas para apoiar os programas de bem estar social do governo. O orçamento não apresenta novos projetos de infraestrutura, embora aloque recursos para a manutenção da infraestrutura existente, importante para promover o crescimento da economia.

33. A proposta orçamentária indica que o crescimento inclusivo de Botsuana não pode ser alcançado sem a capacitação de seus cidadãos, de forma a que assumam um papel mais ativo nas atividades econômicas. Trata de reformas no setor público, da melhoria no desenvolvimento em pesquisa científica e tecnológica, bem como na inovação, especialmente em áreas de beneficiamento do carvão, energia solar e agregação de valor na produção local. Indica que os programas de erradicação da pobreza fizeram a pobreza cair de 30,6% em 2002/03 para 19,3% em 2009/10 e que, em novembro de 2014, mais de 9.500 projetos de erradicação da pobreza estavam recebendo fundos orçamentários em todos os distritos do país.

34. Embora os empresários tenham considerado positiva a proposta de orçamento, difunde-se na comunidade estrangeira de Botsuana a percepção de que o sistema migratório botsuanês é hostil à entrada e à permanência de estrangeiros no país. Em 2012, o procedimento para a concessão de vistos de residência e trabalho foi alterado, por meio da adoção de sistema de pontos. O objetivo da medida era, além de garantir a qualificação dos imigrantes, assegurar o suprimento de mão-de-obra a setores da economia que dela necessitassem. No entanto, parece ser consensual que o novo sistema tem gerado efeitos contrários aos esperados. Gradualmente, Botsuana vê erodir a sua imagem de país "business-friendly", conforme atestam sucessivas quedas de posição no "World Bank's Ease of Doing Business Index" e no "World Economic Forum's Competitiveness Index".

35. Além da questão migratória, os pontos fracos do ambiente de negócios estão relacionados com um mercado doméstico muito pequeno e uma carência significativa de mão de obra qualificada; custos trabalhistas relativamente altos se comparados com seus competidores; e, por ser um país sem litoral, custos de transporte de e para os portos mais próximos que oneram a produção. Além disso, a economia botsuanesa é fortemente dependente de fatores exógenos e tem sofrido com a recessão nas economias desenvolvidas, em razão da queda da demanda de diamantes. Vale registrar ainda, a falta de energia e de água que assola o país, seja por falta de investimentos, seja por investimentos mal sucedidos. A companhia de eletricidade de Botsuana, a "Botswana Power Corporation" (BPC) produz atualmente 220 megawatts em duas das unidades da termelétrica de Morupule B. As outras duas unidades estão com problemas técnicos e continuam sendo consertadas. Outros 160 MW são obtidos de usinas movidas a diesel, que gastam 17 mil litros de diesel por hora e não podem funcionar por mais de 10 horas, já que foram instaladas para fornecer energia em caso de emergência. Com a África do Sul, a BCP tem um contrato de fornecimento de 100MW, que deve expirar em dezembro de 2015. No entanto, a África do Sul tem cortado o suprimento à Botsuana sempre que há um aumento de sua demanda interna, o que tem ocorrido quase que diariamente. O dilema da BCP é que a demanda atual de 550MW já apresenta um

deficit de 70MW, com perspectiva de aumento no próximo inverno para 620MW. Com relação ao fornecimento de água, a falta deve-se a seca prolongada em país desértico, onde a água é captada no norte do país e trazida por meio de um aqueduto, que tem apresentado problemas de vazamento em diversos pontos do sistema. Outro aqueduto é previsto ser construído nos próximos três anos.

36. Durante meu período de gestão, a única empresa brasileira que se interessou manter um escritório de negócios neste país foi a Construtora Queiróz Galvão, que sustentou um funcionário por um ano em Gaborone, buscando estudar o mercado local. Devido a dificuldades encontradas em fazer negócios, decidiu manter seu escritório regional em Windhoek.

Conclusão

37. Em um contexto bilateral em que os fluxos de comércio são diminutos, pelas dimensões do mercado botsuanês e por sua economia pouco diversificada, além de estar atrelada estruturalmente à da África do Sul, as oportunidades de alargamento substancial do comércio direto com o Brasil, mesmo no médio prazo, são reduzidas. Botsuana é área de interesse secundário de nossa política externa e a presença brasileira é recente neste país. Botsuana, embora destacada no contexto africano, apresenta necessidades típicas de país em desenvolvimento, portanto, a cooperação técnica revela-se o meio por excelência para conferir fundamento à existência de uma missão brasileira.

38. Considerando que entre os dois países existe Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Desenvolvimento Social (firmado em 2011, quando de visita do atual Vice Presidente da República, M. Masisi, ao Brasil), permito-me sugerir que se confira prioridade e substância a esse eixo de cooperação, que, em um primeiro momento, poderia desdobrar-se no envio de missão composta por técnicos do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a Botsuana.

39. Finalmente, embora a cooperação com a SADC necessite de persistência e atenção aos desígnios e meandros da Comunidade, dificultada pela presença e pelo financiamento maciços da União Europeia, acredito merecer ser retomada.

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DE BOTSUANA
EMBAIXADOR MÁRCIO ARAUJO LAGE

Apresenta relatório de gestão de atividades realizada pela Embaixada em Gaborone no período de 2012 a 2015.

Relações Bilaterais

Em cerimônia protocolar no Gabinete presidencial, menos de 24 horas depois de minha chegada a Gaborone, entreguei minhas credenciais ao Presidente Ian Khama no dia 10 de setembro de 2012. Na ocasião, reiterei o compromisso do Governo brasileiro de buscar um relacionamento mais próximo e denso com Botsuana. Afirmei que nossa cooperação com Botsuana tinha sido muito positiva nos últimos anos em diversos campos de atuação e que esperava que ela se fortalecesse durante minha gestão neste país. Nestes quase três anos em Gaborone, muito foi feito para desenvolver esta cooperação, embora esteja ciente das restrições orçamentárias que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) sofreu no período.

2. Em todos os contatos que mantive com autoridades deste país, verifiquei o grande interesse em aprofundar os temas de cooperação já presentes na agenda bilateral, mas também examinar novas áreas de cooperação. Em dezembro de 2013, realizou-se, em Gaborone, reunião de seguimento da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana, chefiada, pelo lado brasileiro, pelo Diretor do Departamento da África, Ministro Nedilson Ricardo Jorge, e pelo lado botsuanês, pelo Secretário Permanente do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Embaixador Lapologang C. Lekoa. Na ocasião, foi destacado pela parte botsuanesa o significativo papel que o Brasil exerce nos países do Sul e salientado o progresso da cooperação bilateral nos últimos anos. Ainda na reunião de seguimento da Comissão Bilateral, foi examinada a proposta brasileira de se assinar um memorando de entendimento para o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas. Em princípio, o lado botsuanês afirmou apreciar a ideia, expressando que o tema seria examinado pelo Governo deste país, de forma a acolher a experiência botsuanesa em mecanismos semelhantes que mantem com outros países. O lado brasileiro ressaltou que o mecanismo era bem amplo e abria a oportunidade de que altos funcionários dos dois países venham a se reunir sobre temas de seus interesses, no nível e local que as partes venham a acordar. O tema deverá, provavelmente, voltar a ser discutido na II Reunião da Comissão Bilateral, prevista para o segundo semestre de 2015.

Cooperação bilateral

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, com a assinatura do Acordo Bilateral de Cooperação Técnica em julho de 2005, diversos projetos começaram a ser implementados com o apoio brasileiro de forma a contribuir para a redução do impacto da epidemia de HIV/AIDS em Botsuana; para a expansão da produção de pecuária de corte; para a diversificação de atividades primárias relacionadas com a produção de alimentos através do desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural; para

treinamento técnico da polícia de Botsuana; e para programas de erradicação da pobreza. Deve-se destacar que a negociação dos projetos de cooperação é por vezes lenta, em razão do processo decisório botsuanês. O trabalho da Embaixada, junto aos técnicos da ABC, é parte constante de esclarecimentos e busca de soluções para a finalização dos referidos projetos.

4. O projeto "Fortalecimento da estrutura nacional para HIV/AIDS", assinado em dezembro de 2009, teve diversas atividades ao longo deste período, cuja implementação objetiva reduzir o impacto da AIDS neste país, mediante a capacitação de profissionais multiplicadores. A última parte do projeto, que prevê atividades relacionadas ao envio de técnicos brasileiros a Botsuana para realizar avaliação das necessidades do Centro Nacional de Pesquisa de IST (infecções sexualmente transmitidas) de Botsuana e elaborar relatório sobre possíveis melhorias e apoios futuros; bem como, ministrar treinamento sobre técnicas básicas de pesquisa para HIV e DSTs, acabou não ocorrendo em 2014, seja por discrepância nas datas propostas pelas partes, seja por indisponibilidade de recursos. Em março de 2015, foi novamente solicitado ao Governo de Botsuana que confirmasse interesse em realizar estas atividades, cuja resposta ainda não foi fornecida.

5. Dois projetos, "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte em Botsuana" e "Capacitação em Cisternas e Gerenciamento de Recursos Hídricos para a Agricultura Familiar", que foram objeto de missão de verificação da ABC a Gaborone, em setembro de 2011, encontram-se sem a implementação iniciada. O primeiro teve minuta de projeto submetida à Chancelaria local, não havendo resposta do governo botsuanês. O segundo teve seu ajuste complementar submetido à Chancelaria botsuanesa, que propôs alterações. O lado brasileiro respondeu às propostas botsuanesas, mas o tema não avançou, não tendo sido assinado o ajuste complementar. A Embaixada tem-se eximido de gestionar junto à Chancelaria local com vistas a promover a execução desses projetos, devido à sabida indisponibilidade de recursos. Em dezembro de 2013, em reunião de acompanhamento da Comista Botsuana-Brasil, realizada nesta capital, o tema foi uma vez mais suscitado.

6. O projeto "Desenvolvimento de Cooperativas e Associações Rurais em Botsuana" teve sua primeira atividade realizada no Brasil em junho de 2014, quando participaram técnicos botsuaneses de um "workshop" em Brasília, organizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Em março de 2015, missão de especialistas brasileiros veio a Gaborone, onde cumpriu extenso programa de atividades relacionadas com a execução do projeto, que visa a fortalecer as associações rurais, com o propósito de incrementar a produção de alimentos em Botsuana.

7. O projeto "Treinamento Técnico para a Polícia de Botsuana Police - Fase I", que visa a fornecer o necessário treinamento em recursos humanos para a qualificação da força policial botsuanesa, levou cerca de um ano (junho 2013 a maio de 2014) para ser assinado. Em princípio, a entidade executora, a Polícia Federal, indicou que poderia executar as duas primeiras atividades do projeto em novembro/dezembro de 2014, o que acabou não ocorrendo. Atualmente, aguarda-se momento mais conveniente para a retomada do projeto, de forma a priorizar a alocação de recursos humanos e financeiros em atividades já iniciadas pela ABC. Cabe agora o lado brasileiro indicar interesse em prosseguir com o projeto.

8. O tema da erradicação da pobreza (e a contribuição que o Brasil poderia prestar a Botsuana nesse campo) é constantemente levantado por meus interlocutores no governo local. Conquanto país de renda média alta, cerca de 20% da população de Botsuana vive abaixo da linha da pobreza, problema cujo enfrentamento é prioritário para o governo do Presidente Khama. O governo botsuanês demonstra admiração e curiosidade pelos programas brasileiros de transferência de renda às camadas pobres. A título de exemplo do interesse botsuanês, pouco depois de minha chegada a Gaborone fui convidado para almoço pelo então Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Mokgweetsi Masisi, para tratar de possíveis aportes brasileiros para o plano de erradicação da pobreza botsuanês. Ainda, em agosto de 2013, participei, a convite do Ministro Masisi, de seminário sobre erradicação da pobreza em pequena vila no noroeste do país, em que os participantes recebem treinamento técnico na aquisição de algum processo produtivo. Em novembro de 2013, delegação botsuanesa deslocou-se a Brasília para participar de seminário sobre políticas sociais promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

9. Outros temas da cooperação como a importância do fortalecimento da cooperação cultural e da cooperação educacional, com a abertura da possibilidade para os estudantes botsuaneses possam participar dos Programas Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e Pós-graduação (PEC-PG) continuam na pauta das relações bilaterais. Em 2016, os primeiros botsuaneses poderão participar do programa e o processo de seleção está em andamento. A cooperação esportiva teve pouco desenvolvimento neste período, embora exista sempre a vontade de treinamento no Brasil de treinadores e jogadores de futebol. Com as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016, Botsuana pretende enviar uma pequena delegação de atletas que possam ganhar de 4 a 6 medalhas, especialmente em atletismo. Registro, igualmente, que há disposição botsuanesa em voltar a discutir a cooperação na área de biocombustíveis, tendo em vista a necessidade deste país de buscar uma alternativa energética renovável.

Cooperação em TV Digital

10. A cooperação técnica prestada pelo Brasil, junto com o Japão, nos testes de comparação entre os diversos sistemas de televisão digital, foi fundamental para que Botsuana pudesse ter decidido pela migração digital através do sistema nipo-brasileiro ISDB-T. Desde 2009, Botsuana já se destacava como um dos países da África Austral mais interessados em desafiar o aparente consenso sub-regional a favor do sistema europeu DVB-T. Em 2011, com a nomeação do Ministro Masisi para a pasta de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, o tema da TV digital adquiriu uma nova dinâmica. Em julho de 2011, veio a Gaborone missão brasileira, quando foi reiterado o interesse deste país em adotar o sistema nipo-brasileiro. Na viagem do Ministro Masisi ao Brasil em setembro de 2011, ele entrevistou-se com o ex-Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, que colocou a experiência brasileira à disposição do governo de Botsuana. A partir de então, diversas atividades foram efetuadas tanto no Brasil como em Botsuana, até que em julho de 2013 ocorreu a cerimônia oficial de início de transmissão digital nesse país. O governo de Botsuana deu amplas mostras, ao longo do período de avaliação dos diferentes padrões de TV Digital, de especial apreço pelos aspectos de interatividade e inclusão social proporcionados pelos conteúdos interativos com base no "middleware" brasileiro Ginga. Atualmente, o Governo de Botsuana vem anunciando que iniciará a migração, através de testes, no próximo dia 17 de junho. Embora o Japão tenha cooperado financeira e fortemente para a implantação

do mencionado sistema digital em Botsuana, cabe registrar que, em 2015, houve importante volume de exportação de material eletrônico e transmissores de televisão brasileiros para este país.

Comércio bilateral

11. A corrente de comércio entre Brasil e Botsuana ainda é bastante modesta, tendo havido nos últimos anos uma variação nas transações entre os dois países. Em 2011, as exportações brasileiras alcançaram 1 milhão 269 mil dólares, uma diminuição de 19,4% em relação a 2010, quando as exportações para Botsuana atingiram US\$ 1 milhão 576 mil dólares. Em 2012, as exportações foram de apenas US\$ 658 mil (-48,1%), em 2013, alcançaram US\$ 994 mil (+ 50,87%), e em 2014 obtiveram US\$ 1.446 mil (+ 45,5%), chegando quase ao nível de 2010. Até abril de 2015, as exportações atingiram o valor de US\$ 1.653.519,00, maior valor dos últimos 5 anos, em razão da exportação de aparelhos transmissores de televisão. As importações brasileiras no mesmo período dos últimos cinco anos foram de apenas US\$ 331.605,00, sendo que somaram US\$ 169.468 mil em 2010 e US\$ 130.935, nos primeiros quatro meses de 2015.

12. O Banco de Botsuana não registra investimentos brasileiros em Botsuana.

Assuntos consulares e comunidade brasileira

13. A comunidade brasileira em Botsuana é mínima, em torno de 25 pessoas, o que não permite abrir uma zona eleitoral. A rede consular se restringe ao Setor Consular da Embaixada, não dispondo o país de Conselho de Cidadãos, uma vez que a maioria dos brasileiros vive em cidades do interior, em trabalho missionário.

Política interna

14. Botsuana tem uma florescente democracia multipartidária constitucional, com sistema político que tem proporcionado ao país significativa estabilidade e crescimento econômico. Eleições gerais são realizadas a cada cinco anos, de forma livre, imparcial e transparente. O presidente de Botsuana é eleito indiretamente. O candidato presidencial do partido que obtém a maioria dos assentos na Assembléia Nacional, de 57 lugares, é eleito Presidente da República. Há um conselho consultivo da Assembléia Nacional, chamado Casa dos Chefes, sem poderes legislativos ou de veto, mas que deve referendar qualquer projeto que diga respeito a questões tribais ou costumes tradicionais.

15. Na eleição nacional de outubro de 2014, o Partido Democrata de Botsuana (BDP), que está no poder desde a independência, obteve 37 cadeiras e reelegeu o atual Presidente Ian Khama. Os partidos opositoristas, a UDC ("Umbrella for Democratic Change") com 17 deputados chegou em segundo lugar e o BCP ("Botswana Congress Party") elegeu somente 3 deputados. Nenhum candidato independente foi eleito desta vez. No final, a Comissão Independente Eleitoral contabilizou apenas 478 mil eleitores que participaram do processo, embora pudessem votar cerca de 1.2 milhão de botsuaneses. Recorde-se que o voto não é obrigatório.

16. Pela primeira vez, os partidos usaram modernas técnicas de campanha, incluindo as redes sociais ainda insignificantes no país. Como consequência, houve muitas

surpresas em distritos eleitorais governistas, onde batalhas foram travadas entre membros do BDP nas primárias do partido, com resultados inesperados e aumento da Oposição na Assembleia Nacional.

17. Em consequência, houve uma mudança significativa no Gabinete ministerial em novembro de 2014, uma vez que todos os Ministros devem ser membros da Assembleia Nacional. Quatro ex-deputados que perderam as eleições foram reconduzidos, através do sistema denominado "especialmente eleitos", que permite ao partido majoritário aumentar sua presença no Parlamento. Assim, a renovação no novo Parlamento foi grande, 32 novos deputados em 57 eleitos. A primeira batalha no começo dos trabalhos parlamentares foi a eleição do Presidente ("Speaker") da Assembleia Nacional, quando a anterior, Margaret Nasha, que lutava para ser reeleita foi derrotada pela candidata apoiada pelo Presidente Khama, Gladys Kokorwe.

18. Com a aposentadoria do veterano político, Dr. Ponatshego Kedikilwe, que havia sido apontado Vice Presidente da República em agosto de 2012, abriu-se a oportunidade para o ex-Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Mokgweetsi Eric Masisi, ser indicado para a Vice Presidência do país. Masisi tem agora pela frente a oportunidade de assumir o poder em 2018 e ser o candidato do partido governista nas eleições de 2019, como ocorreu com os últimos três Presidentes. Na próxima Convenção nacional do BDP, que se realizará em julho de 2015, Masisi apresenta-se como candidato à presidência partidária, fortalecendo, em caso de vitória, suas aspirações políticas.

19. Masisi visitou o Brasil em agosto de 2011, quando assinou Memorando de Entendimento com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome na área do desenvolvimento social. A questão da erradicação da pobreza é tema que ele tratou com muita intensidade nos últimos anos e a expectativa que tem na cooperação com o Brasil em áreas como o cadastramento de beneficiários de programas sociais e na construção de cisternas são sempre ressaltadas por ele nos encontros que mantivemos nos últimos quase três anos.

20. A nova Ministra dos Negócios Estrangeiros, Pelonomi Venson-Motoi, que assumiu no início de novembro último, é a política mais antiga na Assembleia Nacional e dona de grande prestígio no BDP. Nos poucos encontros que manteve com o corpo diplomático, mostrou-se bem disposta e aberta ao diálogo. Não aparenta ter experiência com relação à América Latina e não há registro de viagem sua ao Brasil.

Política externa

21. Como disse o Presidente Ian Khama, em sua mensagem de abertura do ano legislativo de 2014, "como um país pequeno e em desenvolvimento, a diplomacia multilateral continua ser o veículo mais efetivo através do qual nós avançamos e protegemos nossos interesses nacionais no complexo sistema global". Botsuana é membro fundador da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cujo Secretariado tem sede em Gaborone. É membro da União Africana e de diversos organismos internacionais, tendo desempenhado funções importantes de promoção da paz e da convivência pacífica no contexto africano. A Força de Defesa de Botsuana participou de diversas operações

humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, como no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

22. Botsuana, por sua localização geopolítica, procura manter uma política de coexistência pacífica e boa vizinhança com seus vizinhos, priorizando a melhoria dessas relações e aprofundamento da cooperação. Botsuana, como outros países da região meridional da África, mantém vínculos estruturais de ligação com a África do Sul, dependendo das redes de estradas e portos sul-africanos para seus fluxos de importação e exportação. Além disso, a indústria sul-africana oferece empregos diretos a trabalhadores botsuaneses e capitais sul-africanos atuam em toda a região, especialmente na prospecção e comercialização de minérios, na geração de energia e nas grandes redes varejistas. A África do Sul é o principal parceiro comercial de Botsuana, de onde vêm 75% de suas importações.

23. Os demais vizinhos, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue, mantêm relações cordiais com Botsuana. As relações com o Zimbábue, que estiveram estremecidas depois de anos de desavença e alguma desconfiança públicas entre os Presidentes Ian Khama e Robert Mugabe, parecem ter melhorado com a eleição dos dois mandatários para a presidência e vice presidência da SADC em agosto de 2014. Analistas têm arguido que ultimamente Khama parece ter sucumbido na batalha que lutou por longo tempo contra Mugabe, ficando numa posição isolada no âmbito da SADC, com relação ao Zimbábue. Na visita que Mugabe fez à sede da SADC, em maio último, Khama o convidou para uma reunião privada, seguida de almoço na Residência presidencial. O Zimbábue é um dos principais parceiros comerciais de Botsuana e fonte de alguma preocupação com a imigração ilegal para este país.

24. Botsuana é membro da Comunidade Britânica e tem participado das atividades daquela organização em todos os níveis, recebendo assistência técnica em treinamento para o serviço público, saúde, agricultura e vários setores econômicos. Botsuana é membro da OMC e do FMI, que tem sido um parceiro no que diz respeito a implementação de políticas fiscais e monetárias.

SADC

25. Em novembro de 2012, entreguei ao então Secretário Executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) uma carta a ele endereçada pelo então Chanceler Antônio Patriota, solicitando meu credenciamento como Representante Especial do Brasil junto à organização regional. Na ocasião, reiterei o desejo do Brasil de manter uma cooperação frutífera com a SADC, uma vez que os fundamentos desta cooperação já haviam sido estabelecidos no Acordo de Cooperação e Parceria firmado em 2010. Indiquei que havia recebido instruções do Ministro Patriota para que esta cooperação se aprofundasse e esperava que da parte da SADC houvesse um empenho de se encontrar áreas de interesse comum em que o Brasil pudesse aprofundar esta parceria.

26. A SADC reúne 15 países, engloba uma população de 277 milhões de pessoas, com um PIB estimado de 575,5 bilhões de dólares. Esta Comunidade atua visando a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico regional, através da integração de mercados e da manutenção da estabilidade política e social. As assimetrias do desenvolvimento na África Austral, no entanto, têm sido um desafio para os países

da região, no que diz respeito a seus esforços de integração. A SADC pode ser avaliada como a organização regional africana mais bem-sucedida e coesa, tendo demonstrado maturidade na condução de crises em seus Estados-membros, como nos casos recentes de Madagascar, do Zimbábue e do Lesoto.

27. Desde 2006, com a Declaração de Windhoek, a atuação das agências internacionais de cooperação com a SADC é coordenada pela Embaixada da União Europeia em Gaborone, o que significa que organiza as atividades de articulação entre os doadores, convoca reuniões e atualiza e divulga dados sobre cada projeto em andamento. É natural, que como contrapartida, exija uma relação de lealdade da organização. Este fato em si, mostra a dificuldade dos demais países buscarem cooperar com a SADC. Em vista destes entraves para a cooperação brasileira, busquei verificar que áreas poderiam ser objeto de parceria, de forma a dar continuidade aos entendimentos iniciados em Brasília em 2010. No entendimento da SADC há quatro áreas de possível cooperação: mudanças climáticas, agricultura, energias renováveis e capacitação. Mudanças no Secretariado da organização regional dificultaram um avanço em possíveis negociações, que merecem ser retomadas pelo próximo Chefe do Posto.

Economia

28. Desde a independência, Botsuana apresentou uma das taxas de maior crescimento econômico no mundo. De um país bastante pobre em 1966, Botsuana teve uma média de 9% de crescimento ao ano nas três décadas seguintes. Em 2009, com a crise econômica mundial, houve uma queda deste crescimento para menos de 4,9%, mas o PIB voltou a crescer em 2010, quando alcançou 7,2%. O crescimento em 2014 foi de 5,2% e é esperado que seja de 4,9% em 2015. Segundo o Banco Mundial, em 2013 o PIB era estimado em US\$ 14.79 bilhões de dólares (US\$ 7.028 per capita).

29. No entanto, de acordo com os últimos números do Banco Mundial, Botsuana está entre os três países mais desiguais no mundo com um índice Gini de 60,5 (os outros dois são a África do Sul, com índice 65, e a Namíbia, com 61,3). Em vista desta alta desigualdade, o impressionante crescimento econômico de Botsuana resultou em limitado progresso na redução da pobreza, cujo nível permanece extremamente alto para um país de renda média alta.

30. Vale ressaltar que o histórico econômico de Botsuana foi construído e fundamentado no eficiente uso das rendas geradas pela mineração de diamante, que representam aproximadamente um terço do PIB do país, 50% das receitas governamentais e 70% das receitas de exportação. Em junho de 2014, as reservas cambiais em moeda estrangeira eram estimadas em US\$ 8.2 bilhões de dólares. A taxa de inflação em 2014 foi de 3,8%, menor do que em 2013, que fora de 4,1 %. A taxa de juros foi reduzida em 2013 em dois pontos percentuais para 7,5%, e tem sido mantida desde então.

31. O investimento estrangeiro é bem vindo em Botsuana, que aboliu o controle cambial em 1999 e não proíbe a propriedade estrangeira de empresas. Além da mineração de diamante, há mineração de níquel, cobre, ouro, carvão e carbonato de cálcio, sendo o turismo, a pecuária e a agricultura os outros principais setores econômicos.

32. Na proposta de orçamento para 2015/16, apresentada à Assembleia Nacional, o Governo indicou pretender buscar o crescimento econômico e a diversificação, que permanecem prioritários para enfrentar os desafios do desenvolvimento, como a pobreza, o desemprego e a desigualdade de renda. Para o Ministro das Finanças, será necessário manter o ajuste fiscal aplicado nos últimos anos, que levou à recuperação do crescimento econômico necessário para enfrentar o desemprego e gerar rendas para apoiar os programas de bem estar social do governo. O orçamento não apresenta novos projetos de infraestrutura, embora aloque recursos para a manutenção da infraestrutura existente, importante para promover o crescimento da economia.

33. A proposta orçamentária indica que o crescimento inclusivo de Botsuana não pode ser alcançado sem a capacitação de seus cidadãos, de forma a que assumam um papel mais ativo nas atividades econômicas. Trata de reformas no setor público, da melhoria no desenvolvimento em pesquisa científica e tecnológica, bem como na inovação, especialmente em áreas de beneficiamento do carvão, energia solar e agregação de valor na produção local. Indica que os programas de erradicação da pobreza fizeram a pobreza cair de 30,6% em 2002/03 para 19,3% em 2009/10 e que, em novembro de 2014, mais de 9.500 projetos de erradicação da pobreza estavam recebendo fundos orçamentários em todos os distritos do país.

34. Embora os empresários tenham considerado positiva a proposta de orçamento, difunde-se na comunidade estrangeira de Botsuana a percepção de que o sistema imigratório botsuanês é hostil à entrada e à permanência de estrangeiros no país. Em 2012, o procedimento para a concessão de vistos de residência e trabalho foi alterado, por meio da adoção de sistema de pontos. O objetivo da medida era, além de garantir a qualificação dos imigrantes, assegurar o suprimento de mão-de-obra a setores da economia que dela necessitassem. No entanto, parece ser consensual que o novo sistema tem gerado efeitos contrários aos esperados. Gradualmente, Botsuana vê erodir a sua imagem de país "business-friendly", conforme atestam sucessivas quedas de posição no "World Bank's Ease of Doing Business Index" e no "World Economic Forum's Competitiveness Index".

35. Além da questão imigratória, os pontos fracos do ambiente de negócios estão relacionados com um mercado doméstico muito pequeno e uma carência significativa de mão de obra qualificada; custos trabalhistas relativamente altos se comparados com seus competidores; e, por ser um país sem litoral, custos de transporte de e para os portos mais próximos que oneram a produção. Além disso, a economia botsuanesa é fortemente dependente de fatores exógenos e tem sofrido com a recessão nas economias desenvolvidas, em razão da queda da demanda de diamantes. Vale registrar ainda, a falta de energia e de água que assola o país, seja por falta de investimentos, seja por investimentos mal sucedidos. A companhia de eletricidade de Botsuana, a "Botswana Power Corporation" (BPC) produz atualmente 220 megawatts em duas das unidades da termelétrica de Morupule B. As outras duas unidades estão com problemas técnicos e continuam sendo consertadas. Outros 160 MW são obtidos de usinas movidas a diesel, que gastam 17 mil litros de diesel por hora e não podem funcionar por mais de 10 horas, já que foram instaladas para fornecer energia em caso de emergência. Com a África do Sul, a BCP tem um contrato de fornecimento de 100MW, que deve expirar em dezembro de 2015. No entanto, a África do Sul tem cortado o suprimento à Botsuana sempre que há um aumento de sua demanda interna, o que tem ocorrido quase que diariamente. O dilema da BCP é que a demanda atual de 550MW já apresenta um déficit

de 70MW, com perspectiva de aumento no próximo inverno para 620MW. Com relação ao fornecimento de água, a falta deve-se a seca prolongada em país desértico, onde a água é captada no norte do país e trazida por meio de um aqueduto, que tem apresentado problemas de vazamento em diversos pontos do sistema. Outro aqueduto é previsto ser construído nos próximos três anos.

36. Durante meu período de gestão, a única empresa brasileira que se interessou manter um escritório de negócios neste país foi a Construtora Queiróz Galvão, que sustentou um funcionário por um ano em Gaborone, buscando estudar o mercado local. Devido a dificuldades encontradas em fazer negócios, decidiu manter seu escritório regional em Windhoek.

Conclusão

37. Em um contexto bilateral em que os fluxos de comércio são diminutos, pelas dimensões do mercado botsuanês e por sua economia pouco diversificada, além de estar atrelada estruturalmente à da África do Sul, as oportunidades de alargamento substancial do comércio direto com o Brasil, mesmo no médio prazo, são reduzidas. Botsuana é área de interesse secundário de nossa política externa e a presença brasileira é recente neste país. Botsuana, embora destacada no contexto africano, apresenta necessidades típicas de país em desenvolvimento, portanto, a cooperação técnica revela-se o meio por excelência para conferir fundamento à existência de uma missão brasileira.

38. Considerando que entre os dois países existe Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Desenvolvimento Social (firmado em 2011, quando de visita do atual Vice Presidente da República, M. Masisi, ao Brasil), permito-me sugerir que se confira prioridade e substância a esse eixo de cooperação, que, em um primeiro momento, poderia desdobrar-se no envio de missão composta por técnicos do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a Botsuana.

39. Finalmente, embora a cooperação com a SADC necessite de persistência e atenção aos desígnios e meandros da Comunidade, dificultada pela presença e pelo financiamento maciços da União Europeia, acredito merecer ser retomada.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 42,
DE 2015
(Nº 191/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

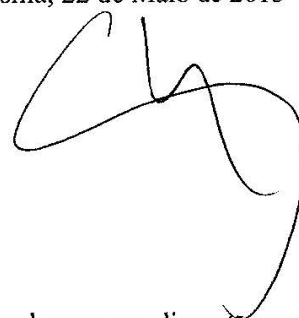
Os méritos do Senhor Ricardo André Vieira Diniz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

00001.001874/2015-69

EM nº 00234/2015 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2015



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ
CPF.:342.836.501-10

ID.: 9081 MRE

1955 Filho de Celso Diniz e Vera Lucia Vieira Diniz, nasce em 5 de novembro, em Baltimore/EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1977	Graduação (Bachelor of Sciences) em Física e Filosofia pela The American University, Washington-DC/EUA
1982	Mestrado em Economia pela The American University, Washington-DC/EUA
1986	CPCD - IRBr
1996	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, O processo de integração regional no continente africano: o caso da África austral.

Cargos:

1987	Terceiro-Secretário
1993	Segundo-Secretário
2000	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1988-89	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1989-92	Embaixada em Islamabad, Terceiro-Secretário
1992-94	Embaixada em Kuala Lumpur, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1994-97	Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1997-98	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor

1998-2001	Divisão da África I, assistente
2002-03	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunto
2003-07	Embaixada em Pretória, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-10	Embaixada em Montevidéu, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-	Embaixada em Saint George's, Embaixador

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA II

BOTSUANA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE O BOTSUANA	
NOME OFICIAL:	República do Botsuana
CAPITAL:	Gaborone
ÁREA:	581.730 km ²
POPULAÇÃO:	1,99 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e setsuana
RELIGIÕES:	Cristãs e tradicionais africanas
SISTEMA DE GOVERNO:	Semi-Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	A Assembleia Nacional tem 57 membros eleitos e 4 apontados pelo partido majoritário. Após as eleições gerais, o partido com maioria na Casa elege o Presidente da República. A Casa dos Chefes tem funções apenas consultivas – sem poder legislativo ou de veto-, e é composta por 35 membros, representando as oito principais tribos do país.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Seretse Khama Ian Khama (desde abril 2008)
CHANCELER:	Ministra Pelonomi Venson-Moitoi (desde outubro/2014)
PIB NOMINAL:	US\$ 15,3 bilhões (2014, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 34 bilhões (2014, FMI)
PIB PER CAPITA (2013):	US\$ 7.315 (2014)
PIB PPP PER CAPITA (2014):	US\$ 15.751 (2014)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	5,2% (est.2014); 5,9% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (IDH) (2013):	0,634 (119ª posição entre 184 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,2 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	84,5% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2013):	17% (Dados Oficiais do Ministério da Fazenda do Botsuana)
UNIDADE MONETÁRIA:	Pula
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Bernadette Rathedi (desde outubro/2013)
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Há registro de 28 brasileiros com residência fixa no Botsuana

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BOTSUANA (fonte: MDIC)										
Brasil → Botsuana	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio (US\$ mil)	2.197	3.684	2.726	2.006	1.231	1.746	1.274	669	1.005	1.452
Exportações (US\$ mil)	2.197	3.684	2.711	1.995	960	1.576	1.270	659	994	1.447
Importações (US\$ mil)	0	0	15	11	272	169	5	10	11	5
Saldo (US\$ mil)	2.197	3.684	2.696	1.985	688	1.407	1.265	649	983	1.442

PERFIS BIOGRÁFICOS

General Seretse Khama Ian Khama

Chefe de Estado e de Governo



Nasceu em 27 de fevereiro de 1953, em Surrey (Inglaterra). Graduou-se pela Real Academia Militar de Sandhurst.

Foi um dos responsáveis pela consolidação das Forças Armadas do Botsuana. Aos 25 anos, recebeu a patente de General. Em 1989, assumiu o posto de Comandante das Forças Armadas do Botsuana.

Tornou-se Vice-Presidente em março de 1998, cargo que exerceu por dez anos. Foi eleito Presidente do Partido Democrático do Botsuana (BDP, na sigla em inglês) em julho de 2003.

Foi eleito Presidente da República nas eleições gerais de 16 de outubro de 2009. Foi reconduzido ao cargo após a vitória do BDP nas eleições gerais de outubro de 2014.

Pelonomi Venson-Motoi

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Formada em jornalismo, Pelonomi Venson-Motoi é a política mais antiga na Assembleia Nacional de Botsuana e dona de grande prestígio no Partido Democrático do Botsuana (BDP, na sigla em inglês). Antes de assumir a Chancelaria, em outubro/2014, Pelonomi foi Ministra das Pastas de Trabalho, Transporte e Comunicações; Comércio, Indústria, Vida Selvagem e Turismo; Comunicações, Ciência e Tecnologia; e Educação.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985. Inicialmente sem Embaixadas residentes, as relações bilaterais eram mantidas pelas Embaixadas do Brasil em Pretória, e do Botsuana em Washington. Com o adensamento das relações, o Brasil abriu embaixada residente na capital do Botsuana, Gaborone, em 2007. Em julho de 2009, o Botsuana abriu embaixada em Brasília – a primeira do país na América Latina.

Desde 2003, ocorreram três visitas presidenciais: o Presidente Festus Mogae realizou visita oficial ao Brasil em julho de 2005, quando foi assinado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica. Retornou ao País para participar, como convidado de honra, da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador em julho de 2006. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Gaborone em fevereiro de 2006, quando foi firmado Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomático, Oficial e de Serviço.

A última visita de Chanceler ocorreu em maio de 2009, quando o Ministro botsuanês, Phandu Skelemani, visitou o Brasil. Na ocasião, foram firmados os seguintes compromissos: Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Botsuana; e Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Botsuana.

Em março de 2010, teve lugar em Gaborone a I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana. Em dezembro de 2013, foi realizada, em Gaborone, reunião de seguimento da I Comissão Mista, com a presença do Diretor do Departamento de África do Itamaraty.

Ciência e Tecnologia

O Governo botsuanês anunciou oficialmente a adoção a padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T) em 29 de julho de 2013, tendo sido o primeiro país da África a escolher referido sistema.

O Itamaraty foi responsável pela cobertura dos gastos associados a diversas missões técnicas ao Botsuana desde 2011, para realização de testes comparativos entre o ISDB-T e o sistema europeu de TV Digital. Os resultados do trabalho desses especialistas brasileiros foram determinantes para que a decisão final do Botsuana fosse favorável ao ISDB-T, em especial no que se refere à percepção das vantagens associadas ao middleware com recursos de interatividade GINGA, solução técnica brasileira introduzida ao sistema.

Após a escolha do padrão ISDB-T, o Itamaraty financiou a vinda, em março de 2014, de delegação técnica botsuanesa na área de TV Digital, que participou de cursos técnicos e reuniões para troca de informações organizadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Não obstante a atual situação de restrição orçamentária e as demandas decorrentes do processo interno de transição do sinal televisivo analógico para o digital – que têm restringido as possibilidades de atuação do Ministério das Comunicações e outras instituições brasileiras na estratégia de disseminação internacional do ISDB-T – o governo brasileiro mantém o interesse em apoiar, em parceria com o Japão, os países que aderiram ao padrão ISDB-T de TV Digital, como o Botsuana.

Cooperação Educacional

A cooperação tem como base legal o Acordo de Cooperação Educacional, assinado em 11/06/2009, e que entrou em vigor em novembro de 2014.

Com a entrada em vigor do Acordo, o país será incluído entre os participantes dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), nos próximos editais, a partir de 2015.

Assuntos Migratórios e Consulares

A comunidade brasileira no Botsuana é estimada em 28 cidadãos, vivendo em sua maioria na capital do país, Gaborone. Não há Cônsules Honorários do Brasil no Botsuana. Não há brasileiros detidos no Botsuana.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica com o Botsuana está amparada no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Botsuana, celebrado em julho de 2005.

A I Reunião da Comissão Mista Brasil–Botsuana foi realizada em março de 2010 em Gaborone, quando foram definidas como áreas prioritárias para a cooperação agricultura, políticas de desenvolvimento social, esporte e saúde. A partir das decisões da I Comissão Mista, foi realizada, em 2011, missão de prospecção a Gaborone, na qual foram prospectados projetos nas áreas de Pecuária, Cooperativismo e Construção de Cisternas.

Em abril de 2014, foi assinado projeto bilateral na área de cooperativismo. Foram realizadas atividades em junho e novembro-dezembro de 2014, ambas no

Brasil, e em abril de 2015, com a ida de dois técnicos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – instituição executora brasileira – ao Botsuana.

Atualmente, encontra-se também em execução o projeto “Fortalecimento da Estrutura Estratégica Nacional para HIV/AIDS”, que objetiva contribuir para a redução do impacto da epidemia de AIDS mediante a capacitação de profissionais multiplicadores. O projeto foi considerado referência mundial no tema, e recebeu o prêmio South-South Awards da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em maio de 2012, a Agência Brasileira de Cooperação e a Polícia Federal organizaram missão a Gaborone para prospecção na área de segurança pública. A Polícia Federal apresentou minuta de projeto atendendo às demandas botsuanesas nas áreas específicas de Inteligência Policial, “Cibercrime” e apoio à formação de formadores. Em junho de 2014, o projeto foi assinado pela parte botsuanesa e encaminhado ao Brasil. Entretanto, a Agência Brasileira de Cooperação, devido a cortes orçamentários, optou por aguardar momento mais oportuno iniciar sua execução.

Em dezembro de 2014, delegação botsuanesa visitou o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), interessada em conhecer as operações das cortes itinerantes no Brasil. A referida visita foi lembrada pelo Governo do Botsuana, em fevereiro de 2015, quando da cerimônia de abertura do ano judiciário de 2015. Como resultado da iniciativa, o Botsuana deverá dar início a programa similar ao brasileiro em sua jurisdição.

Por fim, a Embaixada do Botsuana em Brasília apresentou demanda para conhecer o sistema privado de transporte de Brasília e o planejamento integrado de transporte de Curitiba. A missão está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.

Defesa

A “Botsuana Defence Force” (BDF) tem demonstrado interesse em adquirir aeronaves Super Tucano e sistema de lançadores múltiplos de foguetes Astros. Por solicitação do Governo de Botsuana, representante da Embraer Defesa realizou visita a Gaborone no final de outubro de 2013, com o intuito de apresentar a aeronave A-29 Super Tucano. No âmbito da visita, o representante da empresa manteve reunião com o Comandante da Força Aérea do Botsuana, Major-General Odirile Mashinyana. Em seguimento à visita da Embraer a Gaborone, delegação da BDF veio ao Brasil, com o objetivo de visitar as instalações da Avibrás, em São José dos Campos, e do 6º Grupo de Múltiplos de Foguetes do Exército, em Formosa (GO), bem como de manter reunião com representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE).

A despeito do interesse manifesto por parte do Botsuana pelos produtos de defesa supracitados, não houve, até o momento, avanços concretos relativos a negociações comerciais.

POLÍTICA INTERNA

A independência do Botsuana, antigo Protetorado Britânico de Bechuanalândia (desde 1885), ocorreu em 1966. Fortemente dependente da economia sul-africana, Botsuana manteve uma política de não interferência nos assuntos internos do vizinho durante os governos minoritários brancos e recusou-se a permitir operações de guerrilha contra a África do Sul a partir de seu território — não deixando, porém, de acolher refugiados políticos. Apenas na década de 1970 o país alinhou-se com os países opositores dos regimes segregacionistas, grupo que posteriormente originaria a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em 1980 com o objetivo de diminuir a dependência dos países da África meridional da economia da África do Sul. Com a transição sul-africana, a SADCC transformou-se na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992, ampliando sua agenda para a integração regional *lato sensu*.

O Botsuana é uma república semipresidencialista. O Presidente, chefe de Estado e de Governo, é eleito pela Assembleia Nacional (61 assentos, sendo 57 eleitos pelo voto direto e 4 designados pelo partido majoritário). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Além da Assembleia Nacional, há um Conselho Consultivo não permanente, composto por 15 membros e convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais. O Gabinete ministerial é formado por quinze ministérios.

O Botsuana ostenta uma história de estabilidade institucional. O primeiro Governo do Botsuana foi formado pelo Partido Democrático do Botsuana (BDP, na sigla em inglês), nas eleições de 1965, ano em que o país obteve a autonomia política que precedeu sua total independência do Reino Unido. O BDP manteve-se no poder desde então. O primeiro Presidente eleito, Seretse Khama, neto de Khama III, o principal líder botsuanês no século XIX, ocupou o cargo desde 1966 até sua morte em 1980. Khama deixou legado de democracia estável e consolidada, com alto grau de institucionalização.

Merece destaque o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o país e sua boa colocação em índices de percepção da corrupção. De acordo com relatório de 2014 da Transparência Internacional, Botsuana é percebido como o país menos corrupto do continente africano, com nota 6,3 sobre 10, fato que lhe garante a posição de número 31 no ranking internacional.

De acordo com resumo dos indicadores do Afrobarômetro, publicado em 2012, o apoio popular à democracia em Botsuana sempre foi bastante alto, bem como a rejeição ao unipartidarismo e a alternativas autoritárias à democracia.

Embora sejam frequentes os artigos assinados por Ministros e oficiais de Governo na imprensa oficial, ela tem liberdade de criticar políticas públicas e fornecer espaço aos membros dos partidos de oposição. Em períodos de eleição, a

imprensa oficial oferece cobertura equilibrada a todos os partidos que concorrem, assim como a imprensa privada. A cobertura desta última, no entanto, demonstra certo viés contrário ao partido governista, o que não significa que não produza artigos críticos aos partidos de oposição.

Um dos maiores desafios enfrentados por Botsuana é a epidemia de HIV/Aids. Apesar de ter sido o primeiro país da África a disponibilizar medicamentos antirretrovirais no sistema público de saúde, Botsuana ainda luta para reduzir significativamente o número de pessoas contaminadas pelos vírus. Segundo dados de 2013 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/Aids (UNAIDS), 320 mil botsuaneses estão infectados pelo HIV, equivalentes a cerca de 15% da população total do país. Esse número chega a 23% da população adulta, sendo a segunda maior taxa de infecção em todo o mundo, atrás apenas da Suazilândia.

O Governo tem intensificado os esforços para combater a disseminação da doença. Com a ampliação da cobertura do tratamento (estima-se que 80% dos infectados tenham acesso a tratamento), os óbitos relacionados à Aids diminuíram em mais de 50% nos últimos cinco anos, também de acordo com dados da UNAIDS. A prevenção, no entanto, continua sendo desafio. O Governo tem-se concentrado nas campanhas de conscientização da população, com enfoque no incentivo a que as pessoas realizem o teste de HIV/AIDS e evitem comportamentos de risco.

Em relação ao cenário político, nas eleições gerais de 1999, o BDP conquistou 33 dos 40 assentos disputados, seis a mais que na eleição anterior, e elegeu o Presidente Festus Mogae. Sua gestão foi marcada pelo pragmatismo econômico, moderação e tolerância política, além de reconhecido sentido de responsabilidade na gestão pública.

Em abril de 2008, o Presidente Mogae anunciou sua aposentadoria – após quase dez anos à frente do Governo –, passando o cargo ao Vice-Presidente Ian Khama. Com a aprovação do Parlamento, Khama assumiu suas funções em caráter formalmente transitório. Conforme estabelece a Constituição de Botsuana, a permanência do Presidente no poder depende de confirmação eleitoral, a qual, no caso, ocorreu em outubro de 2009.

Khama foi recentemente reconduzido para um segundo mandato à frente da PR, como resultado da vitória do BDP nas eleições gerais de 24 de outubro de 2014. O partido governista assegurou 37 dos 57 assentos da Assembleia Nacional (pior resultado desde a independência do país em 1966), enquanto que seu principal rival, a coligação “Guarda-chuva para a Mudança Democrática” (Umbrella for Democratic Change – UDC), obteve 17 cadeiras. O também opositor Partido do Congresso de Botsuana obteve 3 assentos.

Estas foram as eleições mais disputadas da história do país, com a maioria parlamentar do BDP tendo sido reduzida em relação às eleições de 2009, quando obtivera 45 assentos na Assembleia Nacional. Em seu discurso de posse, o Presidente

reeleito ressaltou os compromissos assumidos por seu partido no manifesto eleitoral 2014-2019, dentre os quais ressaltou a criação de empregos, a segurança alimentar, a erradicação da pobreza e empoderamento econômico dos cidadãos.

Não obstante o partido do Presidente Khama ainda desfrutar de uma presença significativa no país, ele experimentou um declínio em seus votos populares, que chegaram a apenas 46,7 por cento dos votos se comparado com os 52,3 por cento nas eleições gerais de 2009, (50,6 por cento na de 2004 e 54,3 por cento na de 1999). Tal declínio foi atribuído a um crescente descontentamento entre os eleitores mais jovens e da classe média urbana, que pediram mudanças depois de quase cinco décadas de governos do BDP.

As eleições provocaram oito importantes baixas no Gabinete ministerial. Por não terem sido eleitos, tiveram que deixar seus respectivos cargos os Ministros Phandu Skelemani (Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional), Dr. John Seakgosong (Saúde), Dikgakgamatso R. Seretse (Justiça, Defesa e Segurança), Peter L. Siele (Governo Local), Lebonaamang T. Moklake (Terras e Habitação), Ontefetse K. Matambo (Finanças e Planejamento do Desenvolvimento), Johnnie K. Swartz (Infraestrutura, Ciência e Tecnologia) e Kitso O. Mokaila (Minerais, Energia e Recursos Hídricos). A nova Ministra dos Negócios Estrangeiros, Pelonomi Venson-Motoi, que assumiu no início de novembro último, é a política mais antiga na Assembleia Nacional e dona de grande prestígio no BDP. Nos poucos encontros que manteve com o corpo diplomático, mostrou-se bem disposta e aberta ao diálogo. Não aparenta ter experiência com relação à América Latina e não há registro de viagem sua ao Brasil.

A escolha do Vice-Presidente foi ponto de particular interesse, dado que o titular da Vice-Presidência é, potencialmente, o próximo Presidente da República. O nome indicado foi o de Mokgweetsi Eric Masisi, que fora Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública de 2011 a 2014, ademais de Ministro interino da Educação nos últimos meses antes das eleições de outubro/2014. A indicação de Masisi mostra o real poder do Presidente Khama no BDP, ao colocar em posição de destaque pessoa de sua confiança, popular entre os membros do partido e familiarizado com a estrutura operacional partidária.

Mokgweetsi Masisi visitou o Brasil no final de agosto de 2011, quando assinou com a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, um memorando de entendimento de cooperação na área de desenvolvimento social. Durante o período que esteve à frente da pasta de Assuntos Presidenciais e Administração Pública foi responsável pela implementação de políticas de erradicação da pobreza e de diversificação da economia em diversas regiões do país. Coordenou também o projeto de implantação da televisão digital em Botsuana. Tem grande apreço pelo Brasil, país pelo qual sempre ressaltou admiração.

POLÍTICA EXTERNA

É corrente a avaliação de que Botsuana é o país da região austral da África mais alinhado com as posições dos países europeus e Estados Unidos. Tradicionalmente, adota postura crítica em relação ao Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, em contraposição à política de “quiet diplomacy” adotada inicialmente pela África do Sul em relação ao país. Além disso, com respeito a crises na Côte d’Ivoire e na Líbia, foi o primeiro país africano a assumir posicionamento semelhante ao das grandes potências: no primeiro caso, reconheceu imediatamente a vitória de Alassane Ouattara, alinhando-se com a posição francesa; no segundo, rompeu relações diplomáticas com o regime de Muamar Khadafi logo no início da crise na Líbia. No caso da guerra civil na Síria, o Presidente Khama defendeu abertamente que o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizasse intervenção naquele país, ademais de haver rompido relações diplomáticas com o Governo de Damasco.

Botsuana favorece o enfoque multilateral na solução dos problemas mundiais, e projeta-se a partir de uma plataforma que enfatiza temas como boa governança, estado de direito, a defesa do meio ambiente e o reconhecimento dos direitos humanos. Neste sentido, o Presidente Khama diz-se disposto – na contramão de posição adotada pela União Africana – a cooperar com o Tribunal Penal Internacional na execução da sentença contra o mandatário sudanês, Omar Al-Bashir. Igualmente, o Governo de Botsuana decidiu pôr fim às relações diplomáticas com a República Popular Democrática da Coreia, em vista de relatório de comissão de inquérito das Nações Unidas apontando graves violações de direitos humanos cometidas de forma continuada por Pyongyang.

Botsuana é membro fundador da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A Força de Defesa de Botsuana (BDF) participa de diversas operações humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, com destaque para sua atuação passada no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

África do Sul

A África do Sul é, indiscutivelmente, o principal parceiro de Botsuana em temas políticos e econômicos. Não obstante a notável dependência botsuanesa, as relações bilaterais são essencialmente positivas. Em declarações conjuntas, presidentes de ambos os países costumam ressaltar a excelente relação entre os dois países, fundada em profundos laços históricos, culturais, linguísticos e familiares, bem como compartilhada nos valores de respeito mútuo, compromisso com a democracia, boa governança, estado de direito e respeito aos direitos humanos.

Apesar da intensa atividade migratória em ambos os lados da fronteira comum, o tema não suscita grande animosidade entre as populações – não são significativos os ataques contra cidadãos botsuaneses na recente onda de xenofobia na África do Sul.

Em visita do Presidente Jacob Zuma a Gaborone em 2014, o Presidente Ian Khama salientou a necessidade de trabalhar com seu vizinho do sul de forma a avançar “metas coletivas de desenvolvimento através da cooperação bilateral e regional para a melhoria de nossos povos”. Disse que os esforços que foram feitos nos setores de defesa e segurança asseguravam a melhoria da segurança pública ao buscar impedir todas as formas de crimes transfronteiriços. Ressaltou o progresso alcançado nos setores comerciais e econômicos, especificamente com a conclusão do Acordo de Parceria Econômica (APE) com a União Europeia, em 2014.

São avanços recentes, igualmente, os tratados firmados na área de infraestrutura, como a finalização de acordos para fornecimento de água a regiões desérticas de Botsuana, bem como para a construção de pontes na região fronteira de Platjann.

Estados Unidos

Os Estados Unidos têm em Botsuana um de seus principais aliados no continente africano. A cooperação militar é um importante vetor das relações entre Botsuana e os Estados Unidos, país com o qual os botsuaneses, em linhas gerais, alinham-se em matéria de política externa. Os norte-americanos são os principais parceiros de Botsuana na área militar, provendo assistência por meio dos programas “Foreign Military Financing” (FMF) e “International Military Education and Training” (IMET). Grande parte dos oficiais das Forças de Defesa de Botsuana (BDF) recebe treinamento militar nos EUA. Além disso, os Estados Unidos, juntamente com o governo de Botsuana, mantêm em Gaborone a “International Law Enforcement Academy” (ILEA), a qual desde 2001 fornece treinamento a agentes policiais de toda a África Subsaariana. Cogita-se que Botsuana seria um destino preferencial na eventualidade de o “United States Africa Command” (AFRICOM) transferir-se de Stuttgart, na Alemanha, onde se encontra atualmente sediado.

Zimbábue

Na África Austral, Botsuana foi o país mais crítico a Robert Mugabe, alinhando-se à posição do Reino Unido, desde que a coesão dos países-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) começou a se enfraquecer a partir da Cúpula Extraordinária de Lusaca, em fins de 2007.

Após as eleições no Zimbábue em 2013, em que o líder da missão de observadores eleitorais botsuaneses e ex-Vice Presidente de Botsuana, Mompoti Merafhe, as descreveu como um “circo”, Khama havia indicado que não reconhecia o atual regime do Zimbábue.

Após uma série de desavenças e alguma desconfiança pública entre os Presidentes Robert Mugabe e Ian Khama, os dois mandatários aparentam haver se reconciliado, após serem eleitos, respectivamente, para a Presidência e Vice-Presidência da SADC. Analistas têm arguido que ultimamente Khama parece ter sucumbido na batalha que lutou por longo tempo contra Mugabe, ficando numa posição isolada no âmbito da SADC com relação ao Zimbábue.

China

Como em toda a África, a presença chinesa é massiva em Botsuana. No setor de construção civil, ela é mais aparente: obras-chave em Botsuana ficaram sob a responsabilidade de empreiteiras chinesas, como a usina termelétrica de Morupule B e as reformas do aeroporto de Gaborone e do estádio nacional. As três obras citadas, contudo, apresentaram sérios problemas, propiciando insatisfação – já disseminada entre a população local – quanto aos serviços de construção prestados pelos chineses. Em março de 2014, o Presidente Khama criticou publicamente a atuação das empreiteiras chinesas, afirmando que o governo botsuanês “pensará duas vezes antes de conceder novas obras importantes a construtoras do país asiático”.

Integração Regional

Botsuana é parte da União Aduaneira da África Austral (SACU) - mais antigo exercício de integração do mundo, com 105 anos de existência, comprazendo ainda África do Sul, Namíbia, Suazilândia, Namíbia e Lesoto –, bem como da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – com a qual possui, no âmbito da SACU, acordo de livre comércio.

A SACU encontra-se atualmente envolta em polêmica referente à questão de seu arranjo de divisão de receitas aduaneiras, a qual é feita obedecendo não ao peso de cada país no comércio total da SACU, mas sim à parcela dos países-membros no total de importações intra-bloco – arranjo prejudicial à África do Sul e benéfico aos países menores, tais quais Botsuana.

Os repasses aduaneiros da SACU constituem, ao lado da exportação de diamantes, a maior fonte individual de receitas do Governo de Botsuana, respondendo por cerca de 30% das receitas totais do Estado, o que vem levando estudiosos e membros da oposição a alertarem para os riscos dessa dependência.

Frise-se que, em 2011, a Cúpula de Chefes de Estado da SACU decidiu realizar revisão do arranjo de divisão de receitas, deixando em aberto, contudo, as modificações a serem implementadas. Desde então, o tema vem constando na agenda dos encontros do bloco, bem como das reuniões bilaterais entre seus membros, sem que haja, contudo, sinal de que o impasse esteja prestes a se resolver.

ECONOMIA

Nos últimos quarenta anos, o Botsuana tem sido um dos países com maior crescimento econômico na África. A soma de políticas macroeconômicas sólidas, boa governança e exportação de diamantes elevou o país de uma das economias mais pobres do mundo quando de sua independência, em 1966, para o status de economia de renda média elevada. O Botsuana apresenta o maior “rating” de dívida soberana da África, sendo classificada como “grau de investimento”.

Maior produtor mundial de diamantes (em valor), o Botsuana tem uma economia ancorada na exploração da pedra, que responde por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e metade da arrecadação do Governo. Em setembro de 2011, o Governo botsuanês fechou acordo com a multinacional De Beers para a transferência da “Diamond Trading Company” (DCT) – braço de comercialização da empresa, responsável por cerca de 40% das vendas globais de diamantes – de Londres para Gaborone. A iniciativa integra esforço governamental para transformar o Botsuana em mais do que um exportador de diamantes brutos, tornando Gaborone um hub internacional para o comércio do produto.

Mais recentemente, tem sido feito esforço de diversificação do setor produtivo, sem prejuízo da manutenção da tradicional austeridade fiscal botsuanesa. O Governo tem-se empenhado em atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços (especialmente o financeiro) e para o manufatureiro, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento do setor privado, especialmente na indústria do turismo.

A inflação segue trajetória declinante, havendo atingido, ao fim de 2014, a mínima histórica de 3,6% ao ano, dando margem a otimismo por parte das autoridades. Neste sentido, o Banco do Botsuana anunciou, em 18 de fevereiro, a redução da taxa de juros do país em um ponto percentual, de 7,5% para 6,5% ao ano, menor patamar dos últimos 25 anos. A última alteração na taxa de juros havia se dado em dezembro de 2013. A expectativa do Governo é de que a redução seja rapidamente replicada pelos bancos comerciais do país, incentivando o crédito ao consumo e a demanda privada.

Medidas recentes do Governo – redução dos preços de combustíveis, desgravação dos preços de alimentos –, bem como uma melhora nos termos de troca do país levam os analistas financeiros a antever a manutenção de um cenário benigno, com previsão de inflação de 3,5% em 2015. O índice encontra-se distante do teto de 6% do sistema de metas implementado pelo Banco do Botsuana – cujo funcionamento se assemelha ao modelo brasileiro.

O PIB também segue trajetória levemente declinante, com o crescimento havendo reduzido de 5,4% em 2013 para estimados 5,2% em 2014 e 4,9% em 2015. A expectativa do Governo é de que a recente alteração na taxa de juros seja

rapidamente absorvida pelos bancos comerciais, reduzindo a “prime-rate” (taxa de crédito concedido aos tomadores considerados confiáveis) do país para uma média de 8%, patamar ainda tido como elevado – a título de comparação, a prime-rate americana é de 3,5%.

O objetivo de médio prazo do Governo é incentivar a demanda do setor privado, estacionada nos últimos anos em função de uma política fiscal restritiva implementada pelo Governo como reação à crise econômica global. O setor público tem importância central na economia do Botsuana, e os servidores públicos não vem recebendo reajustes salariais acima da inflação nos últimos anos. Atualmente, Governo e sindicatos encontram-se em um impasse quanto a uma demanda de 15% de aumento salarial defendida pelos trabalhadores.

O pacote de medidas que vem sendo implementado pelo Governo, contudo, vem alimentando o otimismo dos setores produtivos, refletindo melhoras recentes na produção do setor minerador (principal motor da economia nacional) e não minerador. Com menos encargos sobre os consumidores e empréstimos mais acessíveis, a expectativa é de que o setor privado possa trazer novo dinamismo à economia botsuanesa, reduzindo o peso do setor público e incentivando o crescimento do país.

Em 2014, o Botsuana ficou mais uma vez bem classificado no Annual Index of Economic Freedom, publicado pela Heritage Foundation e pelo The Wall Street Journal: alcançou a 36ª posição entre 183 países e territórios. O índice mede o nível de liberdade econômica nos países, com foco em dez categorias de liberdade, dentre as quais liberdade empresarial, comercial, fiscal, financeira, de investimentos, de direitos de propriedade e de corrupção. O Botsuana ficou classificado como o 36º país no mundo e o 2º na África (depois de Maurício) e obteve pontuações bem acima da média mundial na maior parte das categorias.

O relatório por países publicado pelas duas agências constatou que o Botsuana é um líder regional em abertura econômica. A competitividade e flexibilidade do país são fundadas em ambiente regulatório sensato e na abertura ao investimento estrangeiro e ao comércio. O setor financeiro mantém-se relativamente bem desenvolvido, com um banco central independente e pouca intervenção governamental. Além do setor financeiro, a independência e transparência do poder judiciário do Botsuana e a proteção dos direitos de propriedade também são elogiados. O Botsuana é ainda caracterizado como tendo o menor nível de corrupção na África, ademais de um Poder Judiciário efetivo na proteção dos contratos e na proteção dos direitos de propriedade, incentivando a competitividade no país.

O sistema bancário do Botsuana é um dos mais avançados da África. O setor financeiro proporciona amplo acesso ao crédito para os empresários e, em geral, adere-se aos padrões mundiais de transparência da política financeira e supervisão bancária. O crédito é alocado de acordo com termos de mercado, embora o governo conceda empréstimos subsidiados. Tem sido feita reforma das instituições financeiras

não bancárias nos últimos anos, com destaque para a criação de uma agência regulatória financeira responsável por fiscalização mais eficaz no setor. O governo aboliu os controles cambiais e com a criação de novas opções de investimento de carteira, o a Bolsa de Valores do Botsuana, apesar de pequena, está crescendo.

A dívida externa botsuanesa é de aproximadamente US\$ 2 bilhões (dados de 2013). Os principais países credores são Japão, China (que oferece ao Botsuana empréstimos preferenciais a baixas taxas de juros para financiar projetos aprovados pelo Governo chinês e Expor-Import Bank of China), Kuwait e Estados Unidos.

No aspecto social, a distribuição de renda e o desemprego permanecem como importantes desafios do Governo botsuanês. Com coeficiente de Gini (que mede a desigualdade) de 0,61, o Botsuana permanece com 18,4% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza. Igualmente, o desemprego permanece alto, na casa de 17% – o auge da crise, o nível chegou a atingir 30% – em função da redução da absorção de mão-de-obra local pelas minas de diamantes e pela desaceleração da economia sul-africana. Para compensar a pequena capacidade de geração de empregos do setor minerador, o Governo tornou-se o maior empregador do país, respondendo por 45% dos postos de trabalho formais.

Energia

A matriz energética do Botsuana é centrada em fontes fósseis, sendo as fontes renováveis responsáveis por apenas 23% do total. A geração energética é baseada nas grandes reservas de carvão, estimadas em 212 bilhões de toneladas. O Governo botsuanês tem buscado incentivar a utilização de energia renovável, tendo em vista que 55% da energia utilizada no país é importada (basicamente petróleo e carvão). Com exceção do carvão vegetal, o uso de fontes renováveis é incipiente, apesar dos esforços governamentais em promovê-las e das condições naturais propícias para a produção de biocombustíveis. Botsuana tem, ainda, imenso potencial em termos de energia solar (21 MJ por m² por dia, um dos mais altos níveis de radiação do mundo), o qual o Governo planeja aproveitar em seu projeto de levar eletricidade às áreas rurais. Há, ainda, pequeno potencial de desenvolvimento de energia eólica, bem como possibilidade de aproveitamento hidrelétrico de rios na região Norte do país.

O Governo do Botsuana possui meta de elevar para 25% a participação de energia renovável na geração de eletricidade até 2030 e incluiu, no 10º Plano Nacional de Desenvolvimento 2009-2016, o objetivo de aumentar tal uso para 15% até 2016. O Ministério de Mineração, Energia e Recursos Hídricos estabeleceu como plano a adição de 10% de biodiesel em diesel fóssil até o ano 2020 e, em 2010, foi criada uma Força-Tarefa para Biocombustíveis, buscando implementar as políticas para biocombustíveis do mesmo ano.

A energia no Botsuana é gerada, transmitida e distribuída pela estatal “Botswana Power Corporation” (BPC). O desenvolvimento de energia renovável tem sido limitado ao pequeno sistema fotovoltaico, a minirredes e a pequeno digestor de biogás. Para aumentar o uso de energias renováveis, o Governo promoveu, em agosto de 2014, grande workshop internacional sobre o tema, com apoio do Banco Mundial, da União Europeia e do Banco de Desenvolvimento da África. Em junho deste ano, o país organizará a Botswana Renewable Energy Expo, em parceria com a Africa Sustainable Energy Association e com apoio do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento da África.

Como importador de energia e pequeno consumidor, o Botsuana tem uma importância relativamente marginal no mercado de energia da região. Nos últimos meses, frequentes interrupções no fornecimento de energia têm despertado a atenção da sociedade e do Governo no Botsuana. O problema mostra-se desgastante para o Governo – controlador da BPC –, pois afeta diretamente a vida da população e a economia do país. Não há comércio bilateral na área de energia com o Brasil, nem a presença de empresas brasileiras no setor no Botsuana.

Investimentos

Para o Governo do Botsuana, os setores econômicos prioritários para a atração de investimentos estrangeiros diretos são, além da mineração, os ligados ao setor de serviços, especialmente o financeiro e o de turismo. Em termos de valor, o Botsuana é o maior produtor mundial de diamantes e a mineração é o principal setor para o PIB do país, contribuindo normalmente com cerca de 40% do PIB e 90% do total das exportações botsuanesas. Como parte dos esforços de diversificar a economia e consciente da necessidade de reduzir a dependência dos diamantes, o Governo tem dado atenção à exploração de outros minerais, especialmente o carvão, cujos depósitos são estimados em 200 bilhões de toneladas. De acordo com o relatório anual do Banco de Botsuana, cerca de 75% dos investimentos diretos estrangeiros são feitos na mineração, sendo que 18% são alocados no setor financeiro. 74% destes investimentos vêm de países da União Europeia, sendo a África do Sul outra importante fonte de investimentos diretos.

Para empresas brasileiras, os setores de potencial interesse seriam, ademais da mineração, os ligados à manufatura de têxteis, couro, vidro e joalheria, além de tecnologia da informação. Na área de serviço, além de investimentos no setor de turismo, a construção civil em grandes obras públicas poderia ser do interesse de empreiteiras brasileiras.

Em decorrência de visita do Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública do Botsuana ao Brasil, em agosto de 2011, o governo de Botsuana demonstrou interesse no envolvimento do Brasil em projetos voltados para a indústria do couro. Segundo representante daquele Governo, começa-se a discutir,

no Botsuana, uma estratégia destinada a incentivar a expansão desse setor manufatureiro, com ênfase no aproveitamento dos rebanhos caprino e ovino, existentes, em grandes números, no deserto de Kalahari. O objetivo a ser alcançado, nos projetos que estão sendo concebidos, é a geração de renda e de empregos mediante incentivos para a instalação de fábricas de sapatos, bolsas e outros produtos de couro.

O ambiente de negócios no Botsuana é, geralmente, favorável ao investidor estrangeiro, em razão da estabilidade política do país, da baixa corrupção, do bom gerenciamento econômico e de um governo altamente sintonizado com a iniciativa privada. As regulamentações aos investimentos são em geral transparentes e os trâmites burocráticos são simplificados e abertos, embora um pouco lentos. O Centro de Comércio e Investimentos do Botsuana”, órgão do Ministério de Comércio Exterior e Indústria, atua na promoção do desenvolvimento da economia botsuanesa, encorajando a expansão das oportunidades de investimento e das parcerias de negócios através de incentivos como: isenção de impostos sobre máquinas e equipamentos importados para fins industriais; empresas manufatureiras são elegíveis para isenção de imposto de circulação de mercadorias sobre matérias-primas importadas, desde que o produto seja exportado para fora da zona aduaneira; disponibilidade de retirada de impostos para empresas manufatureiras que exportem para fora da zona aduaneira; e, companhias que buscam a aprovação para seus projetos de desenvolvimento podem obter uma taxa especial ou mesmo um tratamento especial para suas despesas de capital.

Os pontos fracos do ambiente de negócios estão relacionados com um mercado doméstico muito pequeno e uma carência significativa de mão de obra qualificada; custos trabalhistas relativamente altos se comparados com seus competidores; e, por ser um país sem litoral, custos de transporte de e para os portos mais próximos que oneram a produção. Além disso, a economia botsuanesa é fortemente dependente de fatores exógenos e tem sofrido com a recessão nas economias desenvolvidas, em razão da queda da demanda de diamantes.

Como membro das diversas organizações regionais da África Austral, se o ambiente de negócios se mantiver e continuar a melhorar, o Botsuana será uma base atrativa para as companhias estrangeiras que buscam investir naquela região. Cabe recordar, ademais, que o Botsuana, por ser membro da União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês) tem acesso preferencial ao mercado da União Europeia, em razão do existente acordo de livre comércio. Novas oportunidades foram abertas através da Lei norte-americana para o Crescimento e Oportunidade da África, que permite, através de quotas e livre de impostos, a entrada de mercadorias manufaturadas no Botsuana no mercado norte-americano.

Não existem, atualmente, investimentos brasileiros no Botsuana; não obstante, empresas brasileiras vêm prospectando oportunidades nos setores de construção civil, aeronáutica, de televisão digital, de mineração, de biocombustíveis e de couro. Em

março de 2013, representantes da Queiroz Galvão realizaram missão a Gaborone, para estabelecimento de contatos e prospecção de negócios.

Não há, nos dados do Banco Central do Brasil, registro de investimentos diretos entre Brasil e Botsuana. O Banco do Botsuana também não registra investimentos bilaterais.

Comércio Exterior

A economia do Botsuana é uma das mais abertas da África. Não existem restrições significativas aos fluxos de capitais nem controles cambiais (abolidos em 1999). Lucros, dividendos e capitais podem ser repatriados livremente.

Ao longo dos últimos dez anos, as exportações botsuanesas de bens registraram aumento de 78,5%, passando de US\$ 4,431 bilhões, em 2005, para US\$ 7,907 bilhões, em 2014. As exportações cresceram 2,5% em 2014 na comparação com o ano anterior. Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas botsuanesas: Bélgica (participação de 26,8% no total); Índia (15,8%); África do Sul (10,9%); Israel (8,8%); Namíbia (6,4%); Emirados Árabes (5,0%); Singapura (4,4%); Suíça (3,6%). O Brasil foi o 83º mercado de destino dos produtos de Botsuana, com participação discreta. Conforme já salientado, a pauta de exportações do país mostra alta concentração em produtos extrativos minerais. Assim, em 2014, os principais grupos de produtos da pauta botsuanesa de exportação foram os seguintes: ouro e pedras preciosas (85,5% do total); níquel e suas manufaturas (4,2%); minérios (1,7%); carnes (1,5%).

Nos dez últimos anos, as importações botsuanesas de bens cresceram 133% evoluindo de US\$ 3,162 bilhões, em 2005, para US\$ 7,817 bilhões, em 2014. Ainda em 2014, foram os seguintes os principais fornecedores de bens a Botsuana: África do Sul (63,1% de participação); Namíbia (12,2%); Canadá (10,1%); Bélgica (4,0%); Israel (1,5%); Estados Unidos (1,4%); China (1,1%). O Brasil, por sua vez, foi o 38º fornecedor de produtos ao país, com participação de 0,03% no total das importações botsuanesas. A pauta de importações do Botsuana em 2014 foi composta pelos seguintes grupos de produtos: ouro e pedras preciosas (34,3% do total geral); combustíveis e lubrificantes (15,5%); veículos e autopeças (7,2%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,2%); máquinas e instrumentos elétricos (4,5%); obras de ferro ou aço (2,0%); plástico e manufaturas (1,7%); cereais (1,5%); produtos farmacêuticos (1,4%); borracha e manufaturas (1,2%).

Após mostrar resultados negativos por cinco anos consecutivos, a balança comercial de Botsuana inverteu o resultado em 2013 e passou a registrar posição levemente superavitária. O fato do principal grupo de produtos importado pelo país atualmente ser ouro e pedras preciosas, em geral no estado bruto, é resultado da estratégia de incorporar indústrias secundárias da cadeia produtiva da mineração no país, o que tem possibilitado o aumento do valor agregado das exportações, e tem

como resultante a obtenção pelo país de superávits, mesmo no contexto de queda global dos preços das commodities minerais.

Em 2007, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia firmaram, em caráter provisório, Acordo de Parceria Econômica interino com a União Europeia. Em 2014, após extensas negociações, o país assinou – ao lado de seis outros membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – Acordo de Parceria Econômica definitivo com o bloco, garantindo acesso privilegiado ao mercado europeu para suas exportações de carnes e diamantes.

O país se beneficia também de livre acesso ao mercado dos EUA, sob os auspícios do Ato para o Crescimento e Oportunidade na África (AGOA), firmado em 2000 – e cuja renovação está sendo negociada atualmente, dado que expira ao fim de 2015. Ao abrigo do AGOA, aumentaram consideravelmente as exportações botsuanesas de diamantes e têxteis, sendo o país norte-americano responsável atualmente por 5% das importações e 1% das exportações botsuanesas.

O Botsuana é parte da SACU, juntamente com África do Sul, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Desde 2005, esses países eliminaram tarifas em 95% dos produtos e, em 2007, atingiram 99%.

O país também integra a SADC e é sede de seu Secretariado. A integração econômica do bloco é regida por Protocolo de Comércio que entrou em vigor em janeiro de 2000, e estipula um cronograma de desgravação tarifária, com vistas ao estabelecimento de Área de Livre Comércio em 2008; de Tarifa Externa Comum, em 2010, e de União Aduaneira até 2012. Somente a primeira (ALC), contudo, foi implementada até o momento. Além da redução tarifária, os Estados-Membros negociam regras de origem, mecanismo de solução de controvérsias, acordos para produtos especiais (açúcar, têxteis e vestuário), eliminação de barreiras não tarifárias e medidas de facilitação do comércio.

Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEx-Aliceweb, no período de 2005 a 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e Botsuana decresceu 33,9%, indo de US\$ 2,197 milhões para US\$ 1,452 milhão, respectivamente. Entre 2013 e 2014, no entanto, o intercâmbio cresceu 44,4%, em razão do aumento acentuado nas exportações brasileiras. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras oriundas do país africano são pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, tem se mantido favorável ao Brasil; no último triênio, por exemplo, os superávits foram de US\$ 649,0 mil (2012); US\$ 983,0 mil (2013); e US\$ 1,442 milhão (2014). De janeiro a março de 2015, as trocas comerciais entre os dois países se limitaram ao valor de US\$ 109,0 mil, o que significou uma diminuição de 72,1%,

em comparação ao mesmo período do ano anterior, provocada pela diminuição generalizada das vendas brasileiras à Botsuana. No mesmo período, o saldo comercial experimentou déficit de US\$ 70,0 mil, ante o superávit de US\$ 389,0 mil apurado nos três primeiros meses do ano anterior.

As exportações brasileiras destinadas a Botsuana decresceram 34,2% nos últimos dez anos, retraindo de US\$ 2,197 milhões, em 2005, para US\$ 1,447 milhão, em 2014. Entre 2013 e 2014, contudo, as vendas aumentaram 45,5%, motivadas, principalmente, pela expansão dos embarques de máquinas niveladoras de solo. Entre janeiro e março de 2015 as vendas se limitaram ao valor de US\$ 20,0 mil, uma diminuição de 94,9%, em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicada pelo decréscimo nas exportações de tabaco, obras de ferro e aço e de açúcar. Os principais grupos produtos embarcados para Botsuana, em 2014, foram: *i*) máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (valor de US\$ 369,0 mil; equivalentes a 25,5% do total); *ii*) obras de ferro ou aço (US\$ 258,0 mil; 17,8%); *iii*) tabaco e manufaturas (US\$ 205,0 mil; 14,2%); *iv*) açúcar (US\$ 173,0 mil; 11,9%); e *v*) armas e munições (valor de US\$ 155,0 mil; equivalentes a 10,7% do montante total).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as reduzidas importações brasileiras originárias de Botsuana tiveram registros bastante diferenciados, variando bastante ano a ano, mas mantendo-se sempre em níveis muito pequenos. Os melhores desempenhos da série são encontrados nos anos de 2009 (valor de US\$ 272,0 mil) e 2010 (valor de US\$ 169,0 mil), quando foram comprados pelo Brasil de Botsuana máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Entre 2013 e 2014, as aquisições sofreram queda de 54,8%, motivada, principalmente, pela retração nas importações de porcas de ferro fundido, ferro ou aço. De janeiro a março de 2015, as importações brasileiras de Botsuana somaram US\$ 90,0 mil e, no mesmo período do ano anterior as importações registraram apenas US\$ 4,0 mil. Os produtos adquiridos pelo Brasil de Botsuana em 2014 foram: *i*) diamantes industriais, em bruto (valor de US\$ 4,0 mil; equivalentes a 74,9% do total); *ii*) microfones e seus suportes (US\$ 1,0 mil; 24,4%).

ANEXOS

Cronologia Histórica

1867: Começo da mineração com a chegada de garimpeiros de ouro europeus.
1885: Proclamado o protetorado britânico da Bechuanalândia.
1962: Seretse Khama funda o <i>Bechuanaland Democratic Party</i> (BDP), que depois se transformaria no <i>Botswana Democratic Party</i> .
1965: O centro administrativo do país é estabelecido em Gaborone; o BDP vence as eleições legislativas – as primeiras com sufrágio adulto universal.
1966: Independência da Bechuanalândia com o nome de Botsuana e sob a Presidência de Seretse Khama.
1969: BDP vence nova eleição geral e Khama é reeleito.
1979: vitória do BDP nas eleições gerais, Seretse Khama é reeleito Presidente.
1980: Botsuana é membro fundador da <i>Southern African Development Coordination Conference</i> (SADCC), grupo que objetivava reduzir a dependência econômica da África do Sul; morte do Presidente Seretse Khama; a Assembléia Nacional elege Quett Masire, então Vice-Presidente, como novo Presidente.
1984: Vitória do BDP nas eleições gerais, Quett Masire reeleito Presidente nesta e nas duas eleições subsequentes.
1997: Aprovação de emendas constitucionais limitando a reeleição do Presidente a duas eleições por cinco anos, e diminuindo a idade mínima dos eleitores de 21 para 18 anos.
1998: Quett Masire renuncia à Presidência e se aposenta; o Vice-Presidente Festus Mogae assume o cargo.
2000: Presidente Mogae anuncia que medicamentos anti-AIDS serão distribuídos gratuitamente a partir de 2001.
2004: A proporção da população com HIV cai para 37,5%; Botsuana deixa de ter a maior taxa do mundo; Presidente Mogae é reeleito em grande vitória eleitoral.
2008: Seretse Khama Ian Khama assume a Presidência, após uma década de Governo Mogae.
2009: Ian Khama é confirmado na Presidência após vitória do BDP nas eleições legislativas.
2014: Ian Khama é reeleito Presidente após nova vitória do BDP nas eleições gerais

Cronologia das Relações Bilaterais

1985: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Botsuana.
Agosto de 2004: Visita a Brasília do Secretário-Permanente da Chancelaria do Botsuana, E. S. Mpofu.
Junho de 2005: Sr. Subsecretário-Geral de Política II visita Gaborone.
Julho de 2005: Visita Oficial ao Brasil do Presidente Festus Mogae.
Fevereiro de 2006: Visita Oficial a Botsuana do Presidente Lula.
Julho de 2006: Presidente Festus Mogae participa da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador.
Agosto de 2006: Visita ao Brasil do Chanceler Mempatí Merafhe.
Fevereiro de 2007: Início do funcionamento da Embaixada no Gaborone.
Fevereiro de 2008: Visita da Ministra da Juventude, dos Esportes e da Cultura, Sra. Gladys Kokorwe.
Maio de 2009: Visita ao Brasil do Chanceler Phandu Skelemani.
Junho de 2009: Visita do Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial a Gaborone.
Julho de 2009: Abertura da Embaixada de Botsuana em Brasília.
Março de 2010: I Reunião da Comissão Mista Brasil-Botsuana.
Dezembro de 2013: Realização da Reunião de Acompanhamento (“mid-term review”) da Comissão Mista Brasil-Botsuana, em Gaborone.

Atos Bilaterais

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA
Acordo de Cooperação Técnica	26/07/2005	06/04/2009
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomático, Oficial e de Serviço	18/08/2006	17/05/2009
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação	05/05/2009	05/05/2009
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	05/05/2009	11/2010
Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Botsuana	11/06/2009	07/2011
Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Botsuana	11/06/2009	11/2014

Dados econômico-comerciais

Principais Indicadores Econômicos de Botsuana

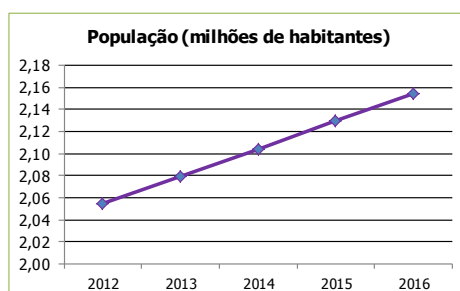
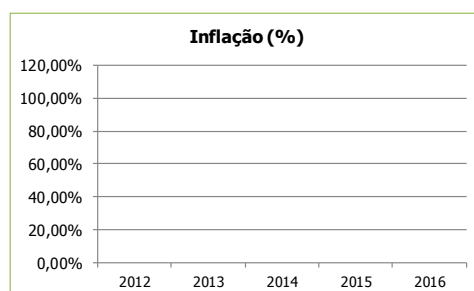
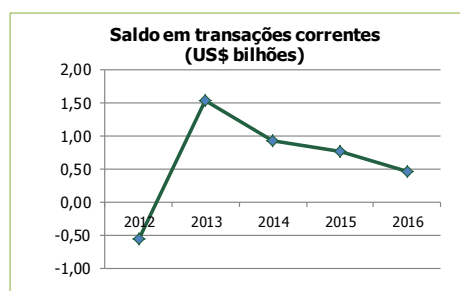
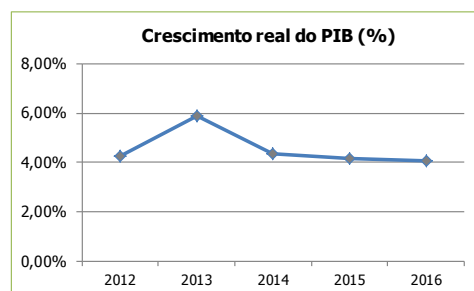
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	4,26%	5,90%	4,35%	4,18%	4,05%
PIB nominal (US\$ bilhões)	14,55	14,80	16,30	17,74	19,06
PIB nominal "per capita" (US\$)	7.082	7.120	7.750	8.332	8.850
PIB PPP (US\$ bilhões)	29,49	31,69	33,62	35,67	37,82
PIB PPP "per capita" (US\$)	14.349	15.241	15.982	16.758	17.557
População (milhões de habitantes)	2,06	2,08	2,10	2,13	2,15
Inflação (%)					
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-0,55	1,54	0,94	0,77	0,46
Dívida externa (US\$ bilhões)	2,49	2,43	2,16	2,10	2,07
Câmbio (P / US\$)	7,77	8,72	9,09	9,36	9,59

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	1,9%
Indústria	28,7%
Serviços	69,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

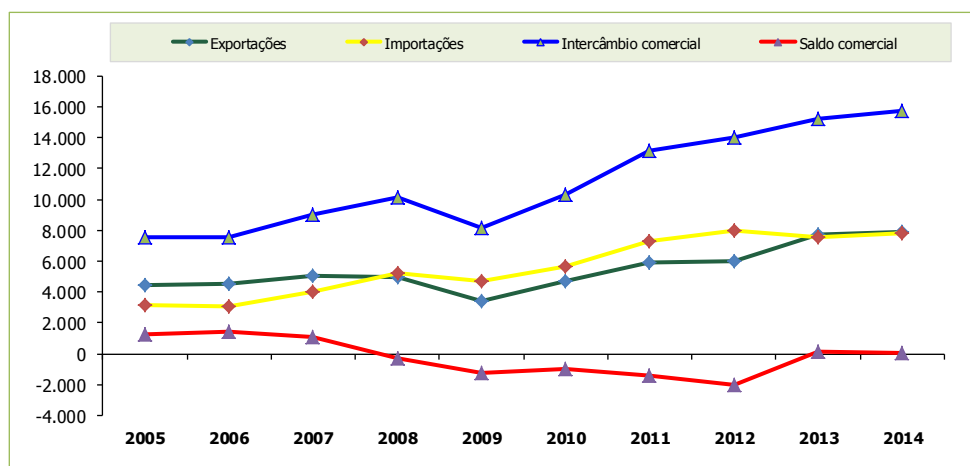
(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior de Botsuana
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	4.431	26,2%	3.162	-2,3%	7.593	12,6%	1.268
2006	4.506	1,7%	3.053	-3,4%	7.559	-0,4%	1.453
2007	5.073	12,6%	3.987	30,6%	9.059	19,8%	1.086
2008	4.951	-2,4%	5.211	30,7%	10.162	12,2%	-260
2009	3.456	-30,2%	4.728	-9,3%	8.184	-19,5%	-1.272
2010	4.693	33,7%	5.657	74,8%	10.350	53,4%	-964
2011	5.882	25,3%	7.272	28,6%	13.154	27,1%	-1.390
2012	5.971	1,5%	8.025	10,4%	13.997	6,4%	-2.054
2013	7.713	29,2%	7.536	-6,1%	15.248	8,9%	177
2014	7.907	2,5%	7.817	3,7%	15.724	3,1%	90
Var. % 2005-2014	78,5%	---	132,9%	---	126,0%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

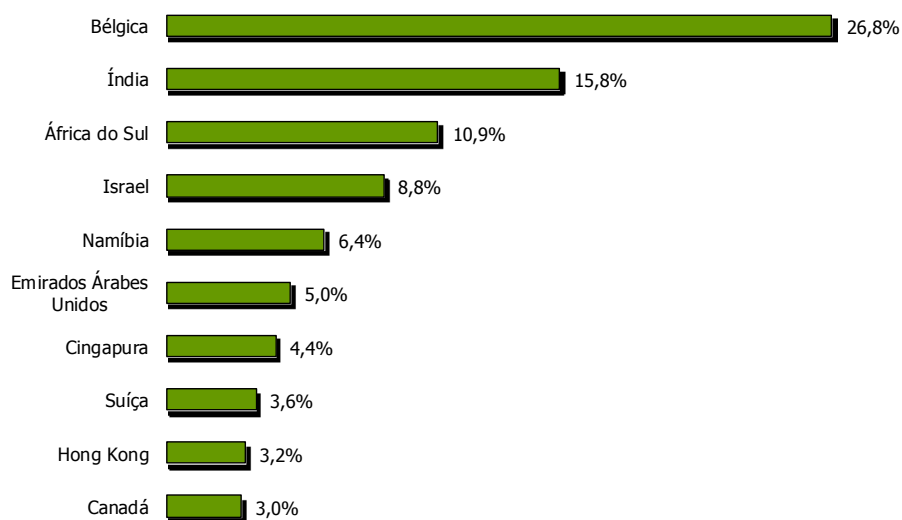


Direção das Exportações de Botsuana
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Bélgica	2.117	26,8%
Índia	1.250	15,8%
África do Sul	864	10,9%
Israel	693	8,8%
Namíbia	504	6,4%
Emirados Árabes Unidos	396	5,0%
Cingapura	349	4,4%
Suíça	286	3,6%
Hong Kong	253	3,2%
Canadá	240	3,0%
...		
Brasil (83ª posição)	0,002	0,00003%
Subtotal	6.952	87,9%
Outros países	955	12,1%
Total	7.907	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais destinos das exportações

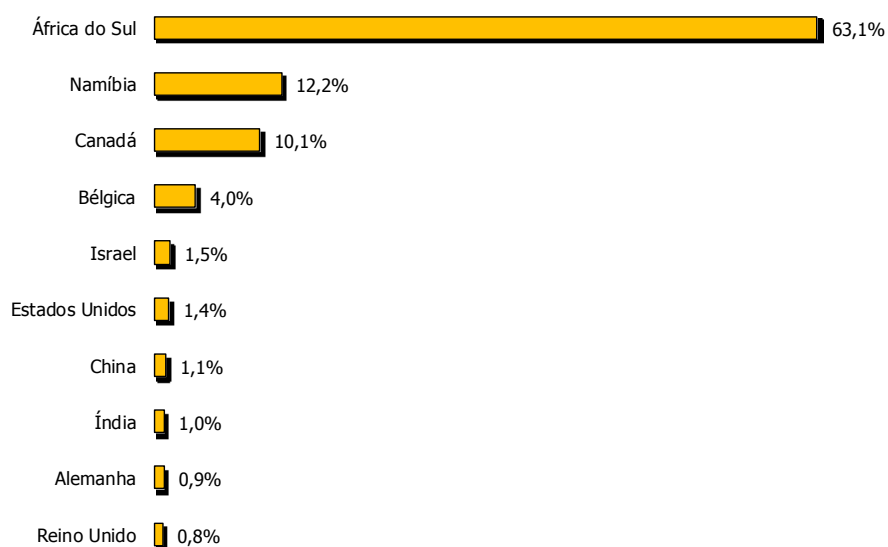


Origem das Importações de Botsuana
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
África do Sul	4.929	63,1%
Namíbia	950	12,2%
Canadá	788	10,1%
Bélgica	311	4,0%
Israel	120	1,5%
Estados Unidos	112	1,4%
China	87	1,1%
Índia	76	1,0%
Alemanha	74	0,9%
Reino Unido	65	0,8%
...		
Brasil (38ª posição)	2	0,03%
Subtotal	7.514	96,1%
Outros países	303	3,9%
Total	7.817	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais origens das importações

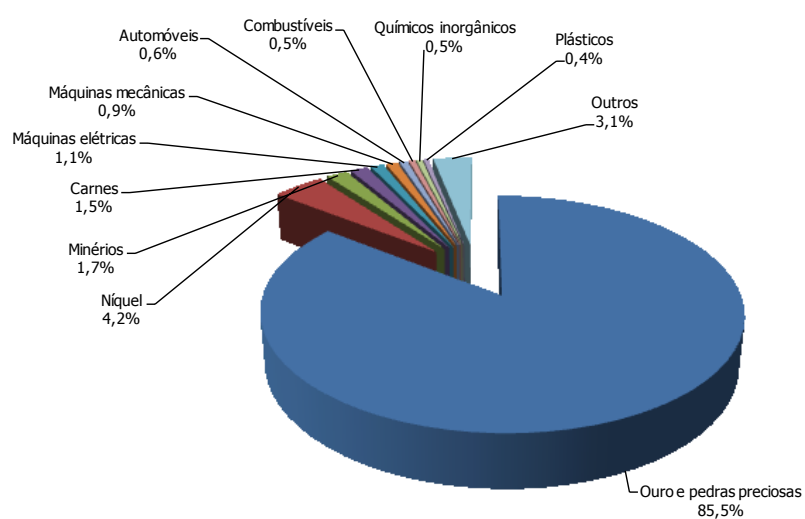


Composição das exportações de Botsuana
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	6.764	85,5%
Níquel	331	4,2%
Minérios	134	1,7%
Carnes	115	1,5%
Máquinas elétricas	84	1,1%
Máquinas mecânicas	75	0,9%
Automóveis	51	0,6%
Combustíveis	39	0,5%
Químicos inorgânicos	37	0,5%
Plásticos	32	0,4%
Subtotal	7.662	96,9%
Outros	245	3,1%
Total	7.907	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

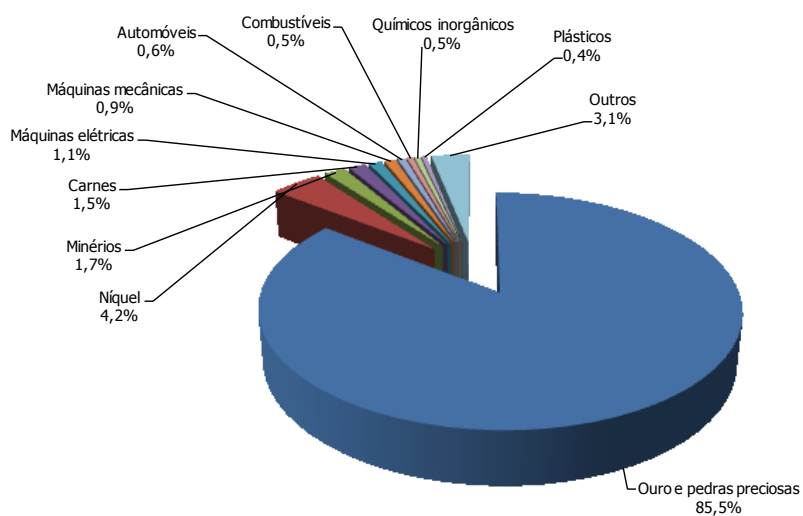


Composição das exportações de Botsuana
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	6.764	85,5%
Níquel	331	4,2%
Minérios	134	1,7%
Carnes	115	1,5%
Máquinas elétricas	84	1,1%
Máquinas mecânicas	75	0,9%
Automóveis	51	0,6%
Combustíveis	39	0,5%
Químicos inorgânicos	37	0,5%
Plásticos	32	0,4%
Subtotal	7.662	96,9%
Outros	245	3,1%
Total	7.907	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Botsuana
US\$ mil, fob

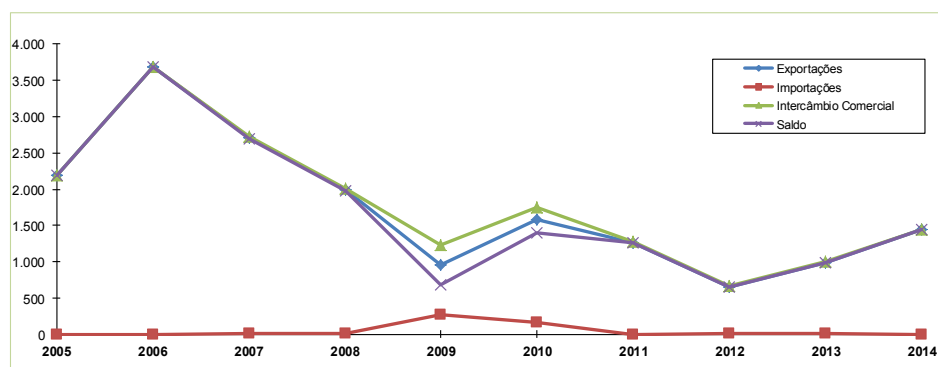
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	2.197	38,9%	0,00%	0	-99,9%	0,00%	2.197	37,5%	0,00%	2.197
2006	3.684	67,7%	0,00%	0	(+)	0,00%	3.684	67,7%	0,00%	3.684
2007	2.711	-26,4%	0,00%	15	n.a.	0,00%	2.726	-26,0%	0,00%	2.696
2008	1.995	-26,4%	0,00%	11	-29,8%	0,00%	2.006	-26,4%	0,00%	1.985
2009	960	-51,9%	0,00%	272	(+)	0,00%	1.231	-38,6%	0,00%	688
2010	1.576	64,2%	0,00%	169	-37,6%	0,00%	1.746	41,8%	0,00%	1.407
2011	1.270	-19,4%	0,00%	5	-97,3%	0,00%	1.274	-27,0%	0,00%	1.265
2012	659	-48,1%	0,00%	10	131,7%	0,00%	669	-47,5%	0,00%	649
2013	994	50,9%	0,00%	11	6,3%	0,00%	1.005	50,2%	0,00%	983
2014	1.447	45,5%	0,00%	5	-54,8%	0,00%	1.452	44,4%	0,00%	1.442
2015 (jan-mar)	20	-94,9%	0,00%	90	(+)	0,00%	109	-72,1%	0,00%	-70
Var. % 2005-2014	-34,2%	---	---	23881,0%	---	---	-33,9%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Aviso nº 235 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL.

PUBLICADO NO DSF DE ____/6/2015

3ª PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2015 (PDC nº 1.663, de 2014, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.*

RELATORA: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 182, de 2015, cuja ementa está acima epigrafada.

O texto do referido Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, assinado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 343, de 3 de novembro de 2014, da Presidente da República.

A mensagem presidencial é acompanhada de exposição de motivos (EM) do Ministério das Relações Exteriores. O Acordo foi assinado pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Vanuatu.

Na referida EM, destaca-se que *a assinatura do referido instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas*

prioritárias. O documento esclarece, ainda, que os programas e projetos serão implementados por meio de Ajustes Complementares, que definirão as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários a sua implementação. Informa, por fim, que dos citados programas e projetos, poderão participar instituições dos setores público e privado, organismos internacionais, bem como organizações não governamentais.

O Acordo em exame é composto por 12 (doze) artigos. O Artigo 1º fixa que a cooperação técnica objeto do Acordo atenderá setores considerados prioritários pelas Partes, em conformidade com seus respectivos planos nacionais de desenvolvimento. O Artigo 2º estabelece a possibilidade de instituição de cooperação trilateral mediante parcerias com outros países, organismos internacionais ou agências regionais. Os Artigos 3º e 4º cuidam de aspectos operacionais e de implementação. Já os Artigos 6º, 7º e 8º versam sobre fornecimento de pessoal e de apoio logístico. O texto estabelece, ainda, que o Acordo terá vigência de 3 (três) anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes manifeste sua intenção de denunciá-lo.

Após ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 1º de junho de 2015, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube a relatoria.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, o Acordo em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Certamente a cooperação técnica assume papel relevante nas relações entre os povos, sobretudo por estarmos inseridos numa sociedade internacional cada vez mais globalizada.

Nesse sentido, o preâmbulo do tratado em análise é feliz a vários títulos. Ele ressalta o fortalecimento dos laços de amizade entre ambos os países; indica o interesse mútuo em estimular o desenvolvimento social e econômico das Partes; lembra a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável de cooperação entre si; e reconhece as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum.

Diante desse quadro, o presente acordo constitui marco jurídico a estabelecer os vetores da cooperação entre Brasil e Vanuatu.

Ademais, reafirmamos que a cooperação técnica pode sempre servir de caminho sólido para que sejam fortalecidas as relações de amizade e para que se firme a paz entre as nações, com o fomento do intercâmbio de valores e experiências nos mais variados campos.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

4

, Relatora

4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2015

(nº 1.663/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE VANUATU**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Vanuatu
(doravante denominados “Partes”),

Com vistas a fortalecer os laços de amizade e de cooperação entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em estimular o desenvolvimento social e econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento sustentável de cooperação entre as Partes;

Reconhecendo as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum; e

Desejosos de desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a promoção da cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes, de acordo com seus respectivos planos nacionais de desenvolvimento.

Artigo 2º

Com o intuito de realizar os objetivos do presente Acordo, as Partes podem se beneficiar de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organismos internacionais ou agências regionais.

Artigo 3º

1. Os projetos de cooperação técnica serão implementados em conformidade com Programas Executivos, de acordo com os devidos processos nacionais.
2. Igualmente por meio de Programas Executivos, serão definidos as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação dos mencionados projetos.
3. Dos programas e projetos a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo, poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organizações não- governamentais, conforme acordado por meio de Programas Executivos.
4. De acordo com as respectivas leis e regulamentos, as Partes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas e projetos aprovados, bem como poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores, conforme as respectivas legislações e procedimentos nacionais.

Artigo 4º

1. As Partes deverão convocar reuniões periódicas, a fim de lidar com questões relacionadas com os projetos de cooperação técnica, tais como:
 - a) avaliar e definir áreas prioritárias comuns nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;
 - b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes;
 - c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;
 - d) analisar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e
 - e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.
2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo 5º

Os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo serão protegidos de acordo com a legislação interna de cada Parte aplicável à matéria.

Artigo 6º

Nos termos das respectivas leis e regulamentos, cada Parte deverá fornecer ao pessoal da outra Parte o necessário apoio logístico, relacionado com a sua acomodação, facilidades de transporte, acesso às informações necessárias para a execução de suas tarefas específicas, as quais serão detalhadas pelos Programas Executivos.

Artigo 7º

1. Cada Parte concederá ao pessoal designado pela outra Parte, para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de cidadãos de qualquer das Partes em seu próprio território ou de estrangeiros com residência permanente:

a) vistos, conforme as regras aplicáveis por cada Parte, solicitados por via diplomático;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis (6) meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção e restrição idênticas àsquelas previstas na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes;

e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e

f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. Nos casos em que os objetos de uso pessoal, incluindo veículos automotores,

não sejam reexportados, os proprietários são obrigados a pagar os impostos de importação e demais taxas de que foram originalmente isentos.

3. A seleção do pessoal será feita pela Parte que o envie e deverá ser aprovada pela Parte que o recebe.

Artigo 8º

O pessoal enviado de um país a outro, no âmbito do presente Acordo, deverá atuar em função do estabelecido em cada projeto e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião.

Artigo 9º

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, e definidos nos Programas Executivos, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos estabelecidos pela legislação das Partes.

2. Ao término dos projetos, todos os bens, veículos e equipamentos que não tiverem sido doados à outra Parte pela que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de importação e exportação e outros impostos, com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens, veículos automotores ou equipamentos destinados à execução de programas e projetos desenvolvidos no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo 10

O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes, por meio de Notas Diplomáticas.

Artigo 11

Qualquer controvérsia surgida da implementação ou da interpretação do presente Acordo deverá ser dirimida amigavelmente por consultas diretas entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 12

1. Cada Parte notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência trinta (30) dias úteis após a data de recebimento da última dessas notificações.
2. O presente Acordo terá vigência de três (3) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes manifeste, por via diplomática e por escrito, sua intenção de denunciá-lo com pelo menos seis (6) meses de antecedência da data de expiração do período correspondente.
3. O presente Acordo pode ser denunciado por qualquer das Partes, a qualquer tempo, por via diplomática. Em caso de denúncia do presente Acordo, as Partes deverão decidir conjuntamente sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução, incluindo as cooperações triangulares com outros Estados.

Feito em Port Vila, em 29 de Agosto de 2013, em dois (2) originais, nos idiomas português e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE
VANUATU

Fernando Abreu
Diretor da ABC

Edward Natapei
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mensagem nº 343, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

EM nº 00504/2013 MRE

Brasília, 13 de Dezembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem, que encaminha o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

2. A assinatura do referido instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias.

3. Os programas e projetos serão implementados por meio de Ajustes Complementares, que definirão as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários a sua implementação. Dos citados programas e projetos, poderão participar instituições dos setores público e privado, organismos internacionais, bem como organizações não governamentais.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo em seu formato original.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

3ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 214, de 2015 (PDC nº 2.836, de 2010, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.*

RELATOR: Senador **RONALDO CAIADO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 214, de 2015 (PDC nº 2.836, de 2010, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, a Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo por meio da Mensagem nº 73, de 25 de fevereiro de 2010.

Recebida na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que aprovou parecer favorável e apresentou o Projeto de Decreto Legislativo em 4 de agosto de 2010.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

O Projeto foi remetido à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), que aprovou parecer favorável em 24 de novembro de 2010, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que aprovou parecer favorável em 12 de maio de 2011.

O Projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 1º de junho de 2015.

Sobre o Acordo, a Exposição de Motivos nº 372, de 19 de outubro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, destaca que:

“A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação agrícola em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento econômico dos respectivos países.

O objetivo do Acordo é o de estimular o desenvolvimento agrícola em todos os campos da agricultura e, em particular, nas áreas de pecuária e saúde animal; desenvolvimento de matérias-primas para biocombustíveis, produtos lácteos; inocuidade de alimentos; gerenciamento do agronegócio; manejo sustentável do solo; biotecnologia; controle de doenças, vigilância agropecuária, análise de risco de pragas e cooperação em procedimentos de inspeção para o trânsito internacional de produtos animais e vegetais e de insumos agrícolas.

O Acordo faz parte do esforço do Brasil para ampliação das relações com o Uzbequistão e incorpora temas de interesse nacional, tais como facilitação do comércio, criação de condições favoráveis para o setor exportador brasileiro e envolvimento do setor privado no desenvolvimento de negócios e empreendimentos conjuntos, entre outros.

Sua assinatura estimulará a cooperação e desenvolvimento econômico bilateral por meio do setor agrícola e do agronegócio, aumentando a presença brasileira junto aos países da Ásia Central. A cooperação com países em desenvolvimento tem-se mostrado vantajosa ao Brasil, como meio de incrementar o número de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

parceiros comerciais e de reduzir a dependência em relação aos mercados dos países desenvolvidos.”

O Acordo é composto de dez artigos.

O artigo I trata dos objetivos e das áreas de cooperação já mencionadas.

O artigo II cita as formas de cooperação, tais como o intercâmbio de materiais genéticos, tecnologias e profissionais, a realização de eventos, pesquisas e projetos conjuntos.

O artigo III prevê a implementação da cooperação mediante projetos específicos negociados pelas Partes.

O artigo IV prevê o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Conjunto.

O artigo V dispõe que, em princípio, cada Parte é responsável pelas próprias despesas decorrentes do Acordo.

O artigo VI trata dos direitos de propriedade intelectual.

O artigo VII define que a solução de controvérsias se dará de forma amigável, por meio de consultas ou negociações entre as Partes.

O artigo VIII estabelece que o Acordo entrará em vigor na data da última notificação da aprovação interna.

O artigo IX prevê a possibilidade de modificações do Acordo mediante consentimento mútuo.

O artigo X estabelece uma duração de cinco anos para o Acordo, automaticamente prorrogada por igual período, salvo manifestação em contrário de uma das Partes. Também prevê que o término do Acordo não interrompe projetos, contratos, planos de trabalho ou atividades em andamento.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

O Acordo foi assinado em português, uzbeque e inglês, prevalecendo a versão em língua inglesa em caso de divergência de interpretação.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O Acordo pretende promover a cooperação entre Brasil e Uzbequistão na área agrícola.

A iniciativa está em sintonia com um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil: a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inciso IX do art. 4º da Constituição).

Além disso, o Acordo é conveniente e oportuno para os interesses nacionais e merece ser aprovado.

O Acordo representa um ponto de partida para a cooperação econômica, científica e tecnológica entre os países, não havendo, sob o ponto de vista técnico, econômico, orçamentário e financeiro, quaisquer óbices. Ao contrário, representa uma oportunidade de expansão das relações comerciais entre os países.

Já o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta vícios de qualquer natureza.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação à técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PDS nº 214, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2015**

(nº 2.836/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de
Cooperação em Agricultura entre o
Governo da República Federativa do
Brasil e o Governo da República do
Uzbequistão, assinado em Brasília,
em 28 de maio de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de
Cooperação em Agricultura entre o Governo da República
Federativa do Brasil e o Governo da República do
Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do
Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em
revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes
complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da
Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos
gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor
na data de sua publicação.

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Uzbequistão
(doravante referidos como “as Partes”);

Desejando fortalecer as relações de amizade existentes entre os dois países por meio do desenvolvimento da cooperação no campo da agricultura;

Reconhecendo a importância da agricultura no desenvolvimento econômico nacional dos dois países;

Desejando promover o comércio agrícola e os investimentos no agronegócio;

De acordo com as leis e regulamentos existentes em seus respectivos países,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

Objetivos E Áreas De Cooperação

1. As Partes estimularão o desenvolvimento em todos os campos da agricultura. Em particular, mas não se limitando a eles, destaca-se pecuária e saúde animal, desenvolvimento de matérias-primas para biocombustíveis, lácteos, horticultura, inocuidade dos alimentos, gerenciamento do agronegócio, manejo sustentável do solo, genética e biotecnologia, tecnologia de processamento pré e pós colheita, máquinas agrícolas e ciência vegetal e animal, incluindo o controle de doenças, quarentena, vigilância agropecuária, análise de risco de pragas, cooperação nos procedimentos de inspeção para o trânsito internacional de produtos animais e vegetais assim como de insumos agrícolas.

2. As partes promoverão a cooperação nas áreas mencionadas no parágrafo anterior por meio de cooperação científica, técnica e outras formas como especificado no Artigo II deste Acordo.

Artigo II

Formas De Cooperação

As formas de cooperação neste Acordo deverão incluir:

- a) intercâmbio de material genético e de tecnologia de melhoramento genético de acordo com os regulamentos domésticos, incluindo estrita observância dos protocolos sanitários e fitossanitários e em consonância com as obrigações decorrentes de tratados internacionais e outras leis relevantes de ambos os países;
- b) intercâmbio e desenvolvimento de ciência e tecnologia agrícola, incluindo tecnologia de biocombustíveis e desenvolvimento de matérias-primas;
- c) intercâmbio de especialistas, profissionais, cientistas e estagiários e a realização de visitas técnicas, seminários e outras formas de treinamento profissional;
- d) formulação conjunta de projetos envolvendo assistência técnica;
- e) pesquisa agrícola conjunta, desenvolvimento e extensão incluindo intercâmbio de informação técnica e científica, documentações e publicações;
- f) colaboração no desenvolvimento de instalações para processamento pré e pós colheita, assim como infra-estrutura agrícola;
- g) organização de treinamentos, simpósios, seminários, fóruns e conferências sobre assuntos relacionados ao agronegócio;
- h) condução de atividades estratégicas de facilitação de comércio incluindo feiras comerciais, atividades de promoção comercial e organização de exposições e de missões comerciais;
- i) promoção de empreendimentos conjuntos, de investimentos, de cooperação em comercialização e outras formas correlatas;
- j) qualquer outra forma de cooperação mutuamente acordada entre as partes.

2. As Partes estimularão e apoiarão o envolvimento do setor privado nas atividades de facilitação de comércio, desenvolvimento de negócios, empreendimentos conjuntos, assim como outros arranjos comerciais em agricultura.

3. As Partes concordam em promover o comércio e a tecnologia agrícola e enviares esforços para criar condições favoráveis para a importação e exportação de produtos importantes, em particular, pecuária e produtos cárnicos, sem prejuízo de seus respectivos compromissos assumidos sob acordos bilaterais e multilaterais já existentes.

4. Para ampliar as áreas de interesse, este Acordo autoriza o envolvimento de outras agências governamentais interessadas, assim como de comunidades científicas, acadêmicas, de negócios e do setor privado de ambos os países.

Artigo III

Dispositivos De Implementação

1. As partes negociarão projetos específicos, de acordo com as provisões deste Acordo, para implementar as áreas de cooperação acima mencionadas.
2. A implementação deste Acordo, incluindo os projetos e outras atividades neles baseadas, deverão estar em acordo com as leis e regulamentos de ambos os países.

Artigo IV

Grupo De Trabalho Conjunto

1. Para assegurar a implementação deste Acordo, as Partes estabelecerão um Grupo de Trabalho Conjunto composto de igual número de representantes das duas Partes, o qual será acordado por meio dos canais diplomáticos. As agências responsáveis pela coordenação serão as seguintes:

Pela República do Uzbequistão: Ministério da Agricultura e Recursos Hídricos

Pela República Federativa do Brasil: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

2. O Grupo de Trabalho Conjunto irá formular e submeter recomendações de políticas com vistas a promover o desenvolvimento da agricultura de ambos os países. Ele será, ainda, o responsável pelo planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos definidos sob este Acordo.
3. O Grupo de Trabalho Conjunto se reunirá a cada dois (2) anos, alternadamente, no Uzbequistão e no Brasil, sendo o representante do país anfitrião o Presidente do encontro. Quando necessário, uma reunião extraordinária poderá ocorrer, sujeita à concordância entre as partes e entendimentos feitos pelos canais diplomáticos.

Artigo V

Dispositivos Financeiros E Outras Formas De Apoio

As Partes serão responsáveis pelas próprias despesas relativas às atividades realizadas no âmbito deste Acordo, salvo se acordado diferentemente.

Artigo VI

Direitos De Propriedade Intelectual

1. Considerando a legislação nacional e os acordos internacionais em vigência em ambos os países, as Partes adotarão as medidas necessárias para proteger os direitos de propriedade intelectual que surjam da implementação deste Acordo.

2. As condições para aquisição, manutenção e exploração comercial de direitos de propriedade intelectual sobre possíveis produtos ou processos que possam vir a serem obtidos sob este Acordo serão definidas nos programas específicos, contratos ou planos de trabalho.

3. Os programas específicos, contratos e planos de trabalho também deverão estabelecer as condições relativas à confidencialidade das informações cuja publicação possa por em risco a aquisição, manutenção e exploração comercial de direitos de propriedade intelectual obtidos sob este Acordo.

4. Os programas específicos, contratos e planos de trabalho estabelecerão, quando necessário, as regras e procedimentos relativos ao processo de solução de controvérsias sobre assuntos de propriedade intelectual oriundos deste Acordo.

Artigo VII

Solução De Controvérsias

Qualquer dúvida quanto a interpretação, aplicação ou implementação deste Acordo será resolvida de forma amigável por meio de consultas ou negociações entre as Partes.

Artigo VIII

Entrada Em Vigor

Este Acordo entra em vigor na data da última notificação por escrito, feita por uma das Partes por meio dos canais diplomáticos, indicando que o mesmo está de acordo com os seus respectivos regulamentos internos.

Artigo IX

Modificações

Qualquer uma das Partes pode solicitar, por escrito e por meio dos canais diplomáticos, revisão ou modificação deste Acordo. Qualquer revisão ou modificação acordada pelas Partes entrará em vigor na data determinada por elas tendo em conta seus regulamentos internos e fará parte integrante deste Acordo.

Artigo X

Duração E Término

1. Este Acordo estará em vigor pelo período de cinco (5) anos e será prorrogado, automaticamente, por um período subsequente de cinco (5) anos, a menos que uma das Partes notifique, por escrito, com antecedência mínima de seis (6) meses, a sua intenção de terminá-lo.

2. O término deste Acordo não afetará a validade ou duração de qualquer projeto, contrato, plano de trabalho ou atividade em curso, até a completa execução do projeto, contrato, plano de trabalho, ou atividade.

Feito em Brasília, no dia 28 de maio de 2009, em dois originais em português, uzbeque e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. No caso de divergências de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO
UZBEQUISTÃO

Reinhold Stephanes
Ministro da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

Elyor Ganiev
Ministro de Relações Econômicas Externas,
Investimento e Comércio

Mensagem nº 73, 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

EM Nº 00372 MRE – DPB/DASC/DAI/AFEPA/PAIN-BRAS-UZBE

Brasília, 19 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009, firmado pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e pelo Ministro de Relações Econômicas Externas, Investimento e Comércio, Elyor Ganiev.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação agrícola em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento econômico dos respectivos países.

3. O objetivo do Acordo é o de estimular o desenvolvimento agrícola em todos os campos da agricultura e, em particular, nas áreas de pecuária e saúde animal; desenvolvimento de matérias-primas para biocombustíveis, produtos lácteos; inocuidade de alimentos; gerenciamento do agronegócio; manejo sustentável do solo; biotecnologia; controle de doenças, vigilância agropecuária, análise de risco de pragas e cooperação em procedimentos de inspeção para o trânsito internacional de produtos animais e vegetais e de insumos agrícolas.

4. O Acordo faz parte do esforço do Brasil para ampliação das relações com o Uzbequistão e incorpora temas de interesse nacional, tais como facilitação do comércio, criação de condições favoráveis para o setor exportador brasileiro e envolvimento do setor privado no desenvolvimento de negócios e empreendimentos conjuntos, entre outros.

5. Sua assinatura estimulará a cooperação e desenvolvimento econômico bilateral por meio do setor agrícola e do agronegócio, aumentando a presença brasileira junto aos países da Ásia Central. A cooperação com países em desenvolvimento tem-se mostrado vantajosa ao Brasil, como meio de incrementar o número de parceiros comerciais e de reduzir a dependência em relação aos mercados dos países desenvolvidos.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art.49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

3ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2015

(Nº 50/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284902&filename=MSC+349/2014

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL)

3ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 327, DE 2015

(Nº 52/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284909&filename=MSC+356/2014

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL)

3ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 338, DE 2015

(Nº 51/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284901&filename=MSC+348/2014

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL